UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

CICERO LOURENÇO DA SILVA

Permanências, deslocamentos e (re)produções midiáticas em torno do discurso da pobreza

JUAZEIRO DO NORTE – CE
2017

CICERO LOURENÇO DA SILVA

Permanências, deslocamentos e (re)produções midiáticas em torno do discurso da pobreza

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável (PRODER), da Universidade Federal do Cariri, como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável.

Área de concentração: Desenvolvimento Regional Sustentável.

Orientadora: Francisca Laudeci Martins Souza

JUAZEIRO DO NORTE – CE
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Cariri
Sistema de Bibliotecas

S586p SILVA, Cícero Lourenço da.
Permanências, deslocamentos e (re)produções midiáticas em torno do discurso da pobreza/ Cícero Lourenço da Silva. – 2017.
133 f.: il.; color.; enc. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Cariri, Centro de Ciências Agrárias e Biodiversidade, Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável, Juazeiro do Norte, 2017.
Orientação: Profª. Dra. Francisca Laudeci Martins Souza.

1. Pobreza. 2. Análise do Discurso. 3. Discurso Acadêmico. 4. Discurso da Assistência Social. 5. Discurso Midiático. I. Título.

CDD 305.5630981

CICERO LOURENÇO DA SILVA

Permanências, deslocamentos e (re)produções midiáticas em torno do discurso da pobreza

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável (PRODER), da Universidade Federal do Cariri, como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável.

Área de concentração: Desenvolvimento Regional Sustentável.
Linha de pesquisa: Sociedade, Estado e Desenvolvimento Regional Sustentável.

Aprovada em: 14 / 03 / 2017

BANCA EXAMINADORA:

Francisca Laud. M Souza
Prof.ª Dr.ª Francisca Laudeci Martins Souza (Orientadora)
Universidade Federal do Cariri (PRODER/UFCA)

Paulo Eduardo Silva Lins Cajazeira
Prof. Dr. Paulo Eduardo Silva Lins Cajazeira
Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Roberto Marques
Prof. Dr. Roberto Marques
Universidade Regional do Cariri (URCA)

Adriane Vieira Ferrarini
Prof.ª Dr.ª Adriane Vieira Ferrarini
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS-RS)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por ter me possibilitado essa conquista mais do que vitoriosa em minha vida, e que me destes força o suficiente para seguir em frente apesar de todos os obstáculos.

Aos meus familiares, a quem devo a minha existência e tudo o que tenho, além de serem o meu porto seguro, minha inspiração e fonte de força propulsora.

Aos meus pais, Antonia Lourenço (Dona Toinha) e Francisco Luceno (Seu Nego), por tudo que me possibilitaram, pela luta e esforço que travaram em criar os seus filhos, minhas duas joias que me enchem de brilho e esperança.

A professora/orientadora Francisca Laudeci Martins Souza (Lau), pela oportunidade, confiança, orientação, incentivo e apoio, pela sua grande luz e visão de si e do mundo. Mais que uma orientadora, és uma amiga, mãe, irmã, colega...

Aos professores da minha banca de dissertação: Adriane Vieira Ferrarini, Roberto Marques e Paulo Eduardo Silva Lins Cajazeira, pelas importantes contribuições efetuadas durante o caminho trilhado nesta pesquisa.

Aos meus colegas Yure Araújo, Di Vládia Araújo e Altamira Vicente, pela grande contribuição na concretização da minha pesquisa.

A turma de 2015.1 do Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade Federal do Cariri – UFCA, pela oportunidade de aprender e conviver com outras experiências e possibilidades.

Aos Professores do Programa em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade Federal do Cariri – UFCA, pelas conversas, atravessamentos, diálogos, troca de experiências e aprendizados.

Aos meus amigos, colegas, e a todos aqueles que colaboraram diretamente ou indiretamente para que este trabalho acontecesse. Àqueles que acreditaram em mim, muito obrigado!

RESUMO

A pobreza fabricada, projetada, inventada, estigmatizada, midiatizada é o interesse central da discussão deste estudo. O presente trabalho emerge do interesse em analisar o discurso como elemento de inventividade social, que busca instituir verdades, tendo por pano de fundo os debates forjados em relação a pobreza e o ser pobre. Nosso objetivo foi verificar como os discursos presentes na academia, nas normas e regulamentos da assistência social brasileira, bem como na mídia Folha de São Paulo forjam, classificam, enquadram, atualizam e modelam o conceito de pobreza e do ser pobre, assumindo como recorte o período de 2003 a 2010, período de gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no qual é instituído um enunciado do "Governo da erradicação da Pobreza". O caminho metodológico deste estudo segue uma abordagem da análise do discurso foucaultiano, adotando como instrumentais analíticos a apropriação dos conceitos de discurso, práticas discursivas e enunciado. A escolha pela análise do discurso em Foucault emerge da vontade de recorrer a outras possibilidades, outras nuances, caminhos outros, muitas vezes desconhecidos e silenciados. Dessa forma, a pesquisa aqui desenvolvida, buscou apresentar as manobras e outras dobras atreladas à pobreza e o ser pobre e, consequentemente, a possibilidade de se escrever um trabalho de caráter pós-estruturalista. Esta pesquisa nos proporcionou observar como se movimenta as engrenagens do discurso, das estratégias de dominação, dos estereótipos criados, da vontade de fixar corpos, de classificar a pobreza e o ser pobre como um ser em constante impotência, sem vez e sem voz. Destacamos, que a proposta de se pensar o desenvolvimento sustentável neste trabalho, não se enquadra em descrição de indicadores, nem tenta exaurir os mais variados conceitos sobre a temática, entendemos assim, o conceito de desenvolvimento sustentável como um exercício da prática das relações, sendo que essa prática perpassa a necessidade de alteração da percepção do outro e de si, algo que vai além de uma imagem congelada e estereotipada. Enfim, a pesquisa aqui empreendida, nos possibilitou ampliar as possibilidades outras de se abordar, visualizar e falar sobre o tema pobreza e o ser pobre.

Palavras – Chave: Pobreza; Análise do Discurso; Discurso Acadêmico; Discurso da Assistência Social; Discurso Midiático.

ABSTRACT

The poor fabricated, invented, stigmatized, mediated it the central interest the discussion of this study. The present work emegs from the interest in analyze the discourse as an element of social inventiveness, which seeks to institute truth, the background of research it merges of debates on poverty and be poor. Our objective was to verify how the discourses present in the academy, norms and regulations of the Brazilian social assistance, as well as in the Folha de São Paulo media, forge, classify, fit, update and model the concept of poverty and be poor, Taking as a cut the period from 2003 to 2010, the period of the administration of President Luiz Inacio Lula da Silva, in which a statement of the "Government for the Eradication of Poverty" was instituted. The methodological path of this study follows an approach of Foucaultian discourse analysis, adopting as analytical instruments the appropriation of discourse concepts, discursive practices and statement. The choice of discourse analysis in Foucault emerges from the will to resort to other possibilities, other nuances, other ways, often unknown and silenced. Thus, the research developed here, sought to present the maneuvers and other folds linked to poverty and being poor and, consequently, the possibility of writing a post-structuralist work. This research has allowed us to observe how the gears of discourse, the strategies of domination, the stereotypes created, the will to fix bodies, to classify poverty and to be poor as a being in constant impotence, without and without voice. We emphasize that the proposal to think about sustainable development in this work does not fit into a description of indicators, nor does it attempt to exhaust the most varied concepts on the theme, we understand the concept of sustainable development as an exercise in the practice of relationships. That this practice pervades the need to change the perception of the other and of oneself, to recognize their powers, their overflows, that goes beyond a frozen and stereotyped image. Finally, the research undertaken here enabled us to expand the other possibilities of approaching, visualizing and talking about the theme of poverty and being poor.

Key-Words: Poverty; Speech analysis; Academic Speech; Speech of Social Assistance; Media speech

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Textos jornalísticos extraídos do Jornal Folha de São Paulo, 2003-2010

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Procedimento de busca detalhada de textos jornalísticos que versavam sobre Pobreza no acervo Folha, durante o mês de junho de 2016.

Figura 2- Ilustração dos resultados de busca detalhada de textos jornalísticos que versavam sobre Pobreza no acervo Folha, durante o mês de dezembro de 2010.

Figura 3- Bolsões de extrema pobreza no Brasil- 2005

Figura 4 - Objetivos do milênio retirado da matéria "bolsões de pobreza no Brasil – Folha de São Paulo (2005)

Figura 5- Aprovação do Governo Lula 2004/2005, segundo o DataFolha, apresentado no texto jornalístico - Lula troca slogan de 'paz e amor' por 'pai dos pobres

Figura 6-Famílias beneficiárias do Bolsa Família, segundo o DataFolha, apresentado no texto jornalístico - Lula troca slogan de 'paz e amor' por 'pai dos pobres

Figura 7- Aprovação do Governo Lula 2004/2005 no Nordeste, segundo o DataFolha, apresentado no texto jornalístico - Lula troca slogan de 'paz e amor' por 'pai dos pobres.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARCA – Associação Raízes Culturais de Altaneira

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CF – Constituição Federal

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social

DPA – Diagnóstico Participativo da ARCA

ECOS – Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia Solidária e Sustentabilidade

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LOAS – Legislação orgânica da Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU - Organização das Nações Unidas

PBF – Programa Bolsa Família

PIB - Produto Interno Bruto

PIRAD – Programa de Aréas Degradadas

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNB - Produto Nacional Bruto

PRODER – Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável

SUAS – Sistema único de Assistência Social

UFCA – Universidade Federal do Cariri

UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

URCA – Universidade Regional do Cariri

WCEFA – World Conference on Education for All

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13

CAPÍTULO I - POBREZA: ENTRE FALAS, ENCONTROS E DESENCONTROS 16

1.1 Corredores, andanças e mudanças: um trapézio de criação e possibilidades 17

CAPÍTULO II - CAMINHOS E POSSIBILIDADES DA PESQUISA 23

2.1 As "armações" da pesquisa 23

2.2 Vozes e lentes: aproximações com o pensamento foucaultiano 29

2.3 A instituição dos *"lugares"* da pesquisa 33

2.3.1 O discurso acadêmico 34

2.3.2 O discurso das normas e regulamentos da assistência social no Brasil .. 36

2.3.3 O discurso da mídia Folha de S. Paulo 37

CAPÍTULO III - POBREZA: UM TEATRO DE ATORES E ENCENAÇÕES FUGIDIAS 42

3.1 Invasores, vagabundos e preguiçosos: A lógica da propriedade privada e os despossuídos 43

3.2 Desenvolvimento econômico, crescimento econômico, ações e orientações institucionais: errâncias e processos de (re)produzir e modelar corporeidades-pobres 50

3.3 Conceituações sobre a "pobreza" e os "pobres" enquadramentos de corpos sofridos, desprivilegiados e impotentes 61

CAPÍTULO IV - POLÍTICAS NORMATIVAS E REGULATÓRIAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O DISCURSO DA POBREZA NO BRASIL (2003-2010) 67

4.1 A instituição do discurso do "Governo da erradicação da Pobreza" 68

4.2 Análise dos textos legislativos 70

4.3 O discurso da Legislação Orgânica da Assistência Social - LOAS 73

4.4 Análise da Política Nacional de Assistência Social - PNAS 77

4.5 Análise do Sistema Único da Assistência Social - SUAS 80

CAPÍTULO V - FOLHA DE SÃO PAULO E POBREZA – TESSITURAS, USINAGEM MIDIÁTICA, TRAMAS E RETRAMAS 86

5.1 Percorrer as folhas do Jornal Folha de São Paulo 86

5.2 Produzindo os miseráveis, culpados, marginais e periféricos 88

5.3 Fabricando o impotente, submisso, controlado 99

5.4 Criando o acomodado assistido do "Bolsão" 104

5.5 Produzindo estatísticas/metodologias e o corpo produtivo 108

CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM CAMINHO ABERTO, UM MAPA EM CONSTRUÇÃO - TATEANDO BRECHAS, TEIAS E ENREDAMENTOS..... 117

REFERÊNCIAS..... 122

INTRODUÇÃO

A pobreza fabricada, projetada, inventada, estigmatizada, midiatizada é o interesse central da discussão deste estudo. As questões que envolvem a temática pobreza nos interessam pelos encontros e desencontros que compõem a trama dos discursos clássicos sobre o tema, além, do fato, desses discursos serem extremamente naturalizados, padronizados e reproduzidos em nossa sociedade, seja por textos científicos, legislativos, pela mídia, dentre outros lugares discursivos.

Acrescenta-se a essa questão as tramas e retramas dos discursos oriundos e vivenciados no percurso da formação acadêmica do corpo-pesquisador. Enfim, uma série de "inquietações" com elementos que se imbricam em curvas de normalização de discursos engendrados, inventados e disseminados sobre a pobreza e o ser pobre.

Podemos dizer assim, que o ponto de partida desta pesquisa talvez seja um diagnóstico que atravessa dimensões subjetivas, algo que penetra o movimento de corpos, ações, políticas, mentes, dizeres, poder, ou seja, é um movimento que Alburquerque Jr (2006), denomina de tramas e retramas.

Dessa forma, discutimos neste trabalho os discursos forjados em torno do conceito de pobreza e o ser pobre, verificando como esses discursos buscam instituir uma verdade sobre os sujeitos e os conceitos classificatórios atrelados à pobreza. Sendo que, a base da discussão das problematizações empreendidas é realizada a partir da Análise do Discurso - AD em Michel Foucault.

O discurso em nossa sociedade funciona como uma ordem, movido por uma vontade de regulação, controle e exclusão, movimento característico da ciência moderna, classificadora dos discursos que seriam válidos e desvalidos.

> [...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada, e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seus acontecimentos aleatórios, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1999, p.8-9).

A instituição da problematização aqui proposta parte da premissa que é relevante analisar como o discurso funciona como um elemento de inventividade social, que busca instituir verdades, modificando estratégias de dominação, controle, organização em torno da aceitabilidade dos dizeres. Nesse sentido, adotamos como ponto específico dessa pesquisa a análise do conceito de pobreza e do ser pobre, empreendidas por meio de três lugares

discursivos: o discurso acadêmico, o discurso da assistência social brasileira e o discurso da mídia Folha de São Paulo.

O percurso metodológico desta dissertação segue uma abordagem da AD em Foucault, partindo da abordagem de uma questão geral, qual seja, o questionamento do conceito de pobreza e do ser pobre, que emerge de três inquietações principais: a invenção de corpos-pobre nas teorias clássicas da Ciência Econômica, na qual, classificamos como discurso acadêmico da ciência econômica, a movimentação desses corpos na legislação da assistência social, além da padronização desses corpos na mídia Folha de São Paulo, ou seja, movimentos que buscam forjar maneiras de enquadrá-los, classificá-los, controlá-los.

Os instrumentais analíticos para problematizar o conceito de pobreza, se conceberam a partir da apropriação dos conceitos de discurso, práticas discursivas, enunciado empreendidos nos escritos de Foucault, com o propósito de verificarmos as nuances discursivas empreendidas no processo de se dizer/falar, enquadrar a pobreza e o ser pobre.

O texto deste trabalho encontra-se dividido em cinco capítulos. No Capítulo 1, *Pobreza: entre falas, encontros e desencontros*, apresentamos nossa aproximação com o tema da pesquisa realizada, além de evidenciar a instituição da problemática da presente dissertação.

No segundo capítulo, *Caminhos e possibilidades da pesquisa*, apresentamos a nossa aproximação com o pensamento foucaultiano. Além de apresentarmos as possibilidades e a relevância de se realizar pesquisa a partir de um referencial pós-estruturalista. Buscamos assim, explanar nosso posicionamento teórico-metodológico em que o presente trabalho se apoia.

No terceiro capítulo, *Pobreza: um teatro de encenações fugidia*, verificamos como os conceitos sobre pobreza/ser pobre são forjados teoricamente, modificados e atualizados.

No quarto capítulo, *Políticas normativas e regulatórias da assistência social e o discurso da pobreza no Brasil (2003-2010)*, fizemos uma análise do discurso das normas e regulamentos da Assistência Social No Brasil - Legislação Orgânica da Assistência Social – LOAS; Política Nacional de Assistência Social –PNAS e Sistema Único de Assistência Social – SUAS - em torno dos movimentos sobre as rostidades dos ditos “pobres”, empreendidos pela ideia de assistidos socialmente.

No quinto capítulo, *Folha de São Paulo e pobreza – tessituras, usinagem midiática, tramas e retramas*, apresentamos uma análise de 25 textos jornalísticos garimpados do jornal Folha de SP, entre os anos de 2003 a 2010, atrelados a temática da pobreza.

Por fim, o movimento empreendido neste trabalho se funda em um fluido que busca capturar inventividades. Sendo que, nesse fluxo de transformações contínuas e pulsantes, somos impelidos a pensar e repensar nossos modos e práticas científicas, nossos conceitos e pré-

conceitos, ou seja, somos instigados a criar ou produzir o novo, mesmo que de forma provisória. Dialogamos assim, com o pensamento de Pelbart (2003, p. 23):

> Produzir o novo é inventar novos desejos e novas crenças, novas associações e novas formas de cooperação. *Todos e qualquer um inventam,* na densidade social da cidade, na conversa, nos costumes, no lazer- novos desejos e novas crenças, novas associações e novas formas de cooperação. A invenção não é prerrogativa dos grandes gênios, nem monopólio da indústria ou da ciência, ela é potência do homem comum (Grifos nossos).

Nessa perspectiva da compreensão da inventividade, buscamos problematizar e capturar nuances, desvios e estratégias que engendram, forjam e inventam a pobreza e o ser pobre. Sendo assim, percorremos linhas de escape em busca de uma outra forma de se pensar e falar sobre pobreza. Como afirma Cerqueira (2006, p.11), "somente fora de uma perspectiva doutrinal, onde a falsa grandeza contemporânea nos aprisiona, isentos de tantas convicções, estaremos aptos a experimentar a vida como reinvenção contínua, como acontecimento inesperado". Em suma, constituímos, uma prática de escrita de trabalho cientifico que percorre outras possibilidades de perceber e escrever a pobreza e o ser pobre.

CAPÍTULO I - POBREZA: ENTRE FALAS, ENCONTROS E DESENCONTROS

> *Coitado do escritor que não é um brincante*
> *Escrever nada mais é do que um brincar-com-os versos*
> *Experimentar o mundo com o olhar de uma criança*
> *escreVER a novidade no que está posto e criar mundos-sem-fundo:*
> *pura superfície...*[1]

O propósito deste capítulo é indicar os impulsos para se vaguear sobre os discursos da temática pobreza e o ser pobre e, além disso, apresentar os caminhos para se edificar uma problemática, bem como o problema do presente trabalho. De antemão, assumimos que a nossa escolha, nossa forma de dizer o conceito de pobreza, busca questionar o modo como a pobreza e o ser pobre, é inventado, redundado e utilizado como uma massa de manobra em favor de sistematicidades econômicas, sociais, culturais e institucionais hegemônicas, que visam regrar, controlar, classificar e ditar formas binárias de ser e viver.

Passear pelos nossos impulsos/escolhas que motivaram nossa escrita pela temática abordada neste trabalho, não é um exercício simples, porém se constitui como um movimento pessoal/político, semelhante a uma escala musical, imerso a notas musicais que às vezes formam melodias, acordes e desacordes, uma espécie de idas e vindas que possibilitam e compõem a escrita desta dissertação. Como afirma Souza (2010, p.28):

> Pensar a própria trajetória, *contabilizar seu devir e seu passar,* refletir sobre a mesma, *suspender o automatismo da ação,* não são exercícios simples e, portanto, tornam-se uma tarefa árdua porque às vezes nos falta o bom senso que possibilita avaliar corretamente as escolhas e limites dessa travessia bem como eleger o que *permanece* e o que *desvanece*. Mesmo assim, a escrita de si pode permitir a capacidade de compreender a relação entre as escolhas/impasses pessoais e profissionais que pontuam uma vida e o entendimento de como estas escolhas foram produto de uma época e de suas circunstâncias (*grifos do autor*).

Ou seja, empreende-se uma espécie de constituição/escrita de si aliada a uma confluência sujeito-objeto, marcado por um terreno movediço de arranjos e desarranjos, um constante processo de territorialização, desterritoralização e reterritorialização. Seria um movimento de escrita marcado como um contra fluxo da episteme clássica moderna que:

> [...] impôs a crença de que é passível de conhecimento apenas o que for possível ser medido, ordenado, comparado e com a subjetividade devidamente exorcizada da ciência, haja vista que *cientistas* devem escrever sobre o que pesquisam e não sobre o que são. No contra fluxo desta episteme, esta é uma

[1] Trecho retirado da Página Esquizografias – Texto: *A literatura precisa devir-criança.* Por ser uma página que adota como princípio a construção de textos em rede, sem a figura de um autor específico e sem identificação de quem escreveu o texto, o recorte textual não apresenta o nome de um sujeito, mas de um coletivo em constante devir.

> escrita de fronteira que procura tensionar a relação sujeito-objeto a partir da exposição do modo contingente em que ambos são constituídos e reconstituídos (SOUZA, 2010, p.27).

1.1 Corredores, andanças e mudanças: um trapézio de criação e possibilidades

Nosso lugar de constituição de fala, se forja, inicialmente, com o ingresso no curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Regional do Cariri (URCA), no ano de 2010. Espaço marcado pelas verdades inquestionáveis, pelos modelos econométricos, pelas fórmulas quase totalizantes. Uma espécie de lugar onde as variáveis definem e enquadram pessoas, seus modos de ser e pensar.

O curso de Economia aparece como uma importante marca dentro do emaranhado dos assuntos relacionados à pobreza. Em sua maioria, as disciplinas da graduação, seriam uma espécie de confirmação/construção do corpo-pobre como um objeto da exclusão, impotente, sem vez e sem voz. As discussões da temática pobreza se desenhavam por uma dimensão homogênea, matematizada, modelizada e restrita à fatores monetários. Constituía-se, dessa maneira, uma produção recorrente e sem sentimento de inovação, mas, com foco à estratégias de modelos de crescimento, enquadramentos, programas estatísticos, ou seja, a busca da construção de um mundo "ideal". Em suma, projetava-se a arquitetura de um circuito fechado e de fórmulas "mágicas", na qual, estrategicamente, interessa ao nosso modelo econômico social vigente, regrar, classificar, controlar pessoas e processos sociais, como exercício de dominação e fabricação de indivíduos objetos.

Durante um longo período de tempo, isso nos levou a acreditar nas verdades e conceitos inquestionáveis. Porém, esse período na graduação foi marcado, também, por subversões e encontros outros, a partir do momento em que buscamos modificar o rumo da "normalidade" do horário de idas e vindas à universidade, o que nos possibilitou adentrar em um grupo de estudos[2] que se forjava, de forma tímida nos corredores da Universidade Regional do Cariri (URCA), porém marcado por deslocamentos metodológicos, práticas outras de se dizer o outro e a si. Essa adesão, subversão na constituição de si e do outro, nos possibilitou no nosso trabalho monográfico realizado, escrevermos uma temática que fugisse da "curva padrão", e voltarmos nossas energias para a temática da economia solidária e geração de renda, a partir de um estudo de caso da Associação Raízes Culturais de Altaneira- ARCA, localizada na cidade de Altaneira-

[2] Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia Solidária e Sustentabilidade (ECOS) – fundado no ano de 2010, na Universidade Regional do Cariri (URCA), hoje, integrado também ao programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade Federal do Cariri (UFCA).

CE[3]. Na pesquisa realizada, trabalhamos com uma abordagem qualitativa-quantitativa, na qual elaboramos o Diagnóstico Participativo da ARCA (DPA), uma espécie de auto-avaliação do projeto e das pessoas envolvidas no projeto, além disso, a partir de dados colhidos na pesquisa, construímos os Índices de Capital Social e Humano da referida instituição.

A partir desse movimento de escolhas outras, no ano de 2015, tivemos a oportunidade de ingressar no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável (PRODER) na Universidade Federal do Cariri (UFCA), emerge, dessa maneira, uma outra possibilidade de afetar e ser afetado, encontrar novos ecos, novas possibilidades epistemológicas, das quais destacamos o aprofundamento do debates realizados no Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia Solidária e Sustentabilidade (ECOS), que possibilitaram o encontro com leituras de pensadores pós-estruturalistas como Foucault (A Arqueologia do Saber – 2008; A ordem do discurso -1999; Microfísica do Poder , Vigiar e Punir-2014); Deleuze, Guatarri (Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia - 1995); Lyotard (A condição pós moderna - 2009) , entre outros, formando um enorme "vulcão" de ideias, que entrou em ebulição, expelindo vários questionamentos sobre as nossas práticas de escrever e dizer o mundo.

Nesse mesmo movimento de encontros, nos deparamos com a disciplina Redes e Territórios, no segundo semestre do ano de 2015, disciplina optativa do Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável. Os encontros e discussões realizadas nas aulas eram o que praticamente denominamos de "encontros desterritorializantes", nelas podemos nos aproximar de leituras de autores como: Alburquerque Junior (2006); Haesbaert (2010); Santos (2006), debatendo questões que convergiam com falas, questões, problematizações atreladas aos conceitos de pobreza, exclusão, desigualdade.

No decorrer do Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável nos deparávamos assim, com outras formas de olhar para os conceitos, com conceitos outros sobre o modo de se dizer pobreza e o ser pobre, porém as problematizações/conceituações apresentadas sobre essas questões continuavam a nos incomodar, uma vez que a abordagem recaia, mais uma vez, em verbos como superar/combater a pobreza, posicionando, mais uma vez, o ser pobre como aquele que precisa de "voz e ser visibilizado".

Tínhamos pensado, inicialmente, em analisar os discursos midiáticos que equacionavam Bolsa Família, Pobreza, Nordeste. Porém, após orientações dos membros da banca do exame

[3] Localiza-se no sul do estado do Ceará, mais precisamente na Região do Cariri, distante (em linha reta) 389 km da capital cearense. Limita-se ao norte com Farias Brito e Assaré, ao Sul com Santana do Cariri e Nova Olinda e ao Leste com Farias Brito e ao Oeste Assaré. Possui uma área de 73,3 Km, com temperatura variando de 24° a 26° e possui uma população de 6.856 habitantes segundo estimativa de 2010 (IPECE, 2011).

de qualificação, além da necessidade de enorme espaço de tempo para realizar uma pesquisa dessa magnitude, reorganizamos o projeto e decidimos concentrar nossas energias na tensão que se perpassa na relação pobreza, assistência social e mídia.

No entanto, mediante essas inquietações apresentadas, nos interessamos em questionar ou requestionar os discursos sobre a pobreza e o ser pobre engendrados no discurso acadêmico, normas e regulamentos da assistência social no Brasil e o discurso da mídia Folha de SP. Recorrendo, dessa forma, a AD em Foucault para se efetuar a nossa proposta.

Dessa forma, a instituição da problemática desta pesquisa é fruto do cotidiano da vida de acadêmico, do interesse por questões sociais e dos atravessamentos com o acesso as informações diárias recebidas pelos meios de comunicações.

A análise do discurso acadêmico e das normas e regulamentos da assistência social brasileira, nos interessa pelo fato da "questão social" ou da "pobreza" estar intimamente atrelada ao discurso economicista e assistencialista, pautado, estrategicamente, em instrumentos que recortam, classificam, moldam e constroem corpos-pobres.

Já o interesse pelo discurso midiático, decorre do fato de compreendermos este como um dispositivo extremamente importante na criação, recriação, invenção e reinvenção de corpos, falas e comportamentos. A mídia é um elemento presente diariamente na vida de grande maioria da população, seja por meio das imagens da televisão, do som do rádio, das leituras dos jornais, do acesso à internet, ou seja, um composto de informações instantâneas. Entendemos, também que a mídia é um dentre outros elementos discursivos, que ecoa, atualiza, ressignifica, estigmatiza, enfim, constrói dizeres e visibilidades sobre o que é ser pobre e pobreza.

Sendo assim, por questões de recorte temporal e espacial, buscamos analisar o discurso presente nas normas e regulamentos da assistência social sobre a questão pobreza, além do discurso da mídia, a partir do jornal Folha de São Paulo, realizando um recorte temporal entre os anos de 2003 a 2010.

Dentro do emaranhado dos discursos acadêmico, da legislação da assistência social e da mídia sobre o tema pobreza, algumas inquietações nos afetaram, tais como: Quais são os elementos que se recorrem na academia, nas normas e regulamentos da assistência social e na mídia para se falar da pobreza? Que permanências e rupturas sobre a pobreza são produzidas através dos textos jornalísticos, bem como nos textos das normas e regulamentos da assistência social e nas teorias científicas? Como a mídia, a academia e os textos legislativos da assistência social rotulam a posição dos considerados "pobres"? Qual o rosto construído pela mídia, pela academia e pelas normas e regulamentos da assistência social sobre o "corpo-pobre"?

Mediante esses questionamentos, nosso estudo é pautado na seguinte pergunta de partida: como os discursos presentes na academia, nas normas e regulamentos da assistência social brasileira, bem como na mídia Folha de São Paulo forjam, classificam, enquadram, atualizam e modelam o conceito de pobreza e do ser pobre?

Buscamos assim, analisar as permanências, deslocamentos e (re)produções do conceito de pobreza/pobre, a partir dos discursos presentes na acadêmico, nas normas e regulamentos da assistência social e no Jornal Folha de São Paulo, entre os anos de 2003 a 2010. Escolhemos a academia, as normas e regulamentos da assistência social e a mídia como elementos centrais da pesquisa, por entendermos esses três campos discursivos como instrumentos fortes, dinâmicos e complexos, que produzem e reproduzem discursos na sociedade, discursos estes que são tidos como ***"verdadeiros"*** e naturalizados, principalmente, pelos corpos que são ***"criações"*** dessas falas e conceitos reducionistas.

O embrião da presente pesquisa emerge dos incômodos das rotulações ou rostidades naturalizadas nos discursos sobre a figura do "pobre", bem como a necessidade de apresentar o conceito de pobreza como um elemento móvel, mutável, não linear, suscetível a novas e outras possibilidades.

Sendo assim, a presente dissertação trata de buscar os desdobramentos e movimentos discursivos que ativam e reativam dizeres sobre o conceito de pobreza e definem o ser pobre, presentes no discurso acadêmico, normas e regulamentos da assistência social e na mídia Folha de São Paulo, pautada na análise de discurso foucaultiano.

Propomos um recorte temporal entre os anos de (2003 – 2010), em que recorrendo as palavras de Souza (2010), para assumirmos/constituirmos este tempo, perseguimos conjunções intelectuais e empíricas que transformaram esse tempo natural em tempo humano. Conjunções que instituem um tempo e um enunciado para este tempo. Um enunciado do Estado como "o governo da erradicação da pobreza", que compreende, assim, a gestão do ex-presidente Lula.

Em linhas gerais, essa pesquisa se propõe a apresentar as tramas, retramas dos movimentos dos discursos arquitetados sobre o conceito de pobreza e o ser pobre, a partir de diferentes lugares. Buscando as relações, as amarras que se cruzam e entrecruzam, e buscam instituir uma verdade associada a pobreza e o ser pobre, além de um tempo associado a erradicação da pobreza.

No que se refere ao estado da arte da pesquisa, tivemos a preocupação de realizar uma pesquisa no banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), de trabalhos científicos que versassem sobre a pobreza a partir de uma perspectiva semelhante ao movimento empreendido neste trabalho. Encontramos 641 registros de trabalhos

escritos entre os anos de 2006 a 2015. Na análise dos trabalhos, observamos que poucos trabalhos versam sobre o conceito de pobreza a partir de outros olhares. Ou seja, em sua maioria, seguem padrões, recortes e modelos econométricos pré-estabelecidos. No entanto, trabalhos de autores como Cerqueira (2006); Ferrarini (2007); Stormowski (2011) e Souza (2014) apresentam possibilidades outras de se pensar, perceber e escrever pobreza.

Cerqueira (2006), em sua tese de doutorado intitulada, Pobres, Nomâdes e incivilizáveis: potência e criação de novos modos de vida, defendida na Pontifícia Universidade Católica- São Paulo (PUC-SP), avança ao tratar a pobreza tomando como referência o conceito de potência em Deleuze. A autora empreende uma pesquisa impulsionadora ao analisar três personagens da produção cinematográfica, quais sejam: O vagabundo Carlitos, de Charles Chaplin, a mulata Gabriela de Jorge Amado e a nordestina Macabéa da obra de Clarice Lispector. A partir desses personagens, Cerqueira busca apresentar as suas potências, suas capacidades e suas forças-invenção.

A tese "Pobreza: a possibilidade de construção de políticas emancipatórias", de Ferrarini (2007), avança ao pautar-se em um suporte teórico baseado na sociologia das ausências e emergências de Boaventura de Souza Santos, e estudo empírico a partir do Programa de Áreas Degradadas (PIRAD), no Bairro de Guajaviras no município de Canoas, em Rio Grande do Sul. O estudo nos ajuda a pensar a possibilidade de perceber o Outro, ou seja, o dito "pobre" como um agente construtor, interventor, subversivo e necessário para se pensar políticas e ações pautadas no território.

Stormowski (2011), em sua tese de doutorado intitulada: Interpretações sobre a pobreza na época do desenvolvimentismo: análise dos discursos de Vargas e JK, defendida no Programa de Pós-Graduação em História, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, no ano de 2011, realiza uma análise do discurso crítica dos discursos dos presidentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschet, tomando como referência o conceito de pobreza e desenvolvimentismo. A autora avança na análise do tema ao buscar articular os pressupostos teóricos sobre o desenvolvimento e pobreza aos discursos dos presidentes, ou seja, busca articular redes discursivas e suas implicações nos discursos sobre os corpos pobres e a pobreza disseminados na sociedade naquele período.

Souza (2014) em seu trabalho de dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável – PRODER, intitulado: Por outros modos de perceber a pobreza: Narrativas imagéticas de moradores do bairro Alto da Penha, em Crato – Ceará, avança ao debater o conceito de pobre a partir da utilização da metodologia etnográfica, utilizando-se de material fotográfico produzido pelos próprios participantes da

pesquisa, quais sejam, os moradores do Bairro Alto da Penha em Crato-Ceará. A leitura da sua pesquisa apresenta a possibilidade de vislumbrar outros modos de significar o conceito de pobreza.

Voltando para nossa pesquisa, o presente trabalho contribui em sua análise ao tentar compreender a pobreza como um conceito em movimento, provisório e mutável, verificando os seus desdobramentos e enquadramentos, tomando como ponto de referência à assistência social e a mídia brasileira, neste caso, o Jornal Folha de São Paulo, e como recorte temporal o Governo Lula (2003-2010), ou seja, uma análise de um período recente que busca apresentar os discursos projetados sobre os corpos pobres e o conceito de pobreza, bem como a necessidade de ressignificar a forma de se perceber e falar sobre o pobre e a pobreza. Além disso, se alicerça em uma análise discursiva de embasamento foucaultiano, o que amplia a complexidade do presente trabalho, que caminha em meio à vielas e becos repletos de rupturas, permanências e deslocamentos.

CAPÍTULO II - CAMINHOS E POSSIBILIDADES DA PESQUISA

> *"(...)Se re-ferir à escrita numa lógica moral que ordena como "tem que ser" e como "não pode ser"*
> *Uma dicotomia infértil entre filosofia e arte, ciência e arte, ciência e filosofia que nos leva sempre ao uno que tanto buscamos fugir*
> *O que é escrever?*
> *Qual a função de escrever? (....)"*
>
> *"(...)Que estejamos livres do rosto aprisionante, do regime identitário que querem nos enclausurar, que nos seja permitido experimentar, ousar, bricolar, inventar um estilo, roubar, torcer, criar, sem culpa de não estarmos sendo fidedignos a autores, nem pré-Ocupados com a capacidade da escrita ser entendida completamente."* [4]

O propósito deste capítulo é apresentar a fundamentação teórico-metodológica adotada nesta pesquisa, que se funda na perspectiva pós-moderna de se pensar/fazer ciência, adotando como fio condutor a análise do discurso foucaultiana. Além disso, mostrar os procedimentos e elementos metodológicos utilizados neste trabalho. Em suma, apresentar a composição dos documentos/monumentos edificante desta dissertação foram analisados por meio da AD em Foucault e, consequentemente, comporão os resultados da presente pesquisa.

Neste caminho composto de escolhas e estratégias é fundamental apresentarmos os lugares/vias que serviram de base para trilharmos essa estrada, caminho composto por três lugares discursivos, quais sejam: o discurso acadêmico, o discurso das normas e regulamentos da assistência social no Brasil e o discurso da mídia Folha de S. Paulo, que apesar do caráter enredado e rizomático desses três lugares, serão detalhados separadamente em três plataformas que serão expostas ao longo deste capítulo.

2.1 As "armações" da pesquisa

As "armações" da pesquisa, ou seja, a sustentação teórico-metodológica do trabalho é o "suporte" essencial na arte de tecer e compor uma dissertação. Esse sustentáculo será exposto

[4] Trecho retirado da Página Esquizografias – Texto: *Escrita*., A possibilidade de ousar, a possibilidade de construir linhas de escape, sair de um rosto aprisionante e fechado em regras e condutas fixas e imóveis, o texto chama atenção para o a arte da escrita como uma prática de si e do mundo, uma construção coletiva, um caminho de possibilidades, inventivo e criativo.

em alguns parágrafos que ressoam a importância de autores e pensamentos que compõem o alicerce da pesquisa.

Posicionamos nossa pesquisa como uma construção coletiva, o que de fato caracteriza um trabalho dessa natureza. Empregamos e acreditamos que o pronome ***"nós"*** seja o mais adequado para tratar as relações presentes no texto, que é resultado de vários atravessamentos, afetos e vozes.

Encontramos ecos nas palavras de Foucault proferidas na aula de 2 de setembro de 1970, na sua fala afirma que "no momento de falar uma voz sem nome o precedia há muito tempo" (Foucault, 1999, p.5). Essa voz que nos antecede nos revela o caráter "precário" e "transformável" das nossas expressões e escritos.

A concepção de multiplicidade de falas imbricadas na pesquisa, refletem o que Deleuze e Guatarri em Mil Platôs 1 afirmam no início do primeiro platô da obra, onde falam que escreveram a obra o *Anti-Edipo* a dois. Porém como cada um deles já era vários, já era muita gente. Ainda acrescentam o seguinte:

> Utilizamos tudo o que nos aproximava, o mais próximo e o mais distante. Distribuímos hábeis pseudônimos para dissimular. Por que preservamos nossos nomes? Por hábito, exclusivamente por hábito. Para passarmos despercebidos. Para tornar imperceptível, não a nós mesmos, mas o que nos faz agir, experimentar ou pensar. E, finalmente, porque é agradável falar como todo mundo e dizer o sol nasce, quando todo mundo sabe que essa é apenas uma maneira de falar. Não chegar ao ponto em que não se diz mais EU, mas ao ponto em que já não tem qualquer importância dizer ou não dizer EU. Não somos mais nós mesmos. Cada um reconhecerá os seus. Fomos ajudados, aspirados, multiplicados (1995, p.10).

Entendemos, dessa maneira, que escrever é esse processo de "encontros", "desencontros", "ajudas", "inspirações" e "aspirações". Assim delineamos e alicerçamos a elaboração da presente pesquisa de dissertação.

Dessa forma, almejamos a partir dos vários ecos, compor uma "pequena e importante peça" nessa engrenagem "inventada" de conceitos. Buscamos novos significados, novas possibilidades, mostrando nossa potência e força de se reinventar. Como afirma Pelbart (2003, p. 15):

> Não se tentou, em momento algum, propor uma sistematização acabada em relação aos problemas evocados, mas partilhar intuições, pistas, elaborações embrionárias, por repetitivas que me parecem (e não faltam pequenas repetições numa função quase que de ritornelo), na certeza de que o que aqui está escrito é apenas uma antenagem singular, parcial e provisória de uma elaboração coletiva em andamento.

Mediante o exposto, tentamos nos colocar em uma possibilidade epistemológica. Nos apoiamos em alguns pensadores como Foucault, Deleuze e Guatarri e Lyotard. Sendo assim, exporemos abaixo algumas considerações sobre os pensamentos desses autores.

O pensamento de Lyotard nos ajuda na articulação do nosso trabalho a partir do seu livro a condição pós moderna, em que relata a crise da ciência. A partir da análise de uma crise de legitimação da chamada ciência moderna, Lyotard enfatiza a relevância da legitimação do saber por meio do metarrelato, apesar do mesmo considerar simplificador, Lyotard considera "pós-moderna" a incredulidade em relação aos metarrelatos filosófico-metafísico, com suas pretensões atemporais e universalizantes. Lyotard afirma que:

> nasce uma sociedade que se baseia menos numa antropologia newtoniana (como o estruturalismo ou a teoria dos sistemas) e mais numa pragmática das partículas de linguagem. Existem muitos jogos de linguagem diferentes; trata-se da heterogeneidade dos elementos [...] (2009, p.1).

Esse pensamento dialoga com o de Veiga Neto (2010), o autor ressalta que a denominação "pós-modernidade", não se trata de uma escola unificada nem de um "ismo", mas de uma condição ou, talvez, perspectiva, que rejeita o pensamento totalizante, as metanarrativas iluministas, os referencias universais, as transcendências e as essências e que, implodindo a razão moderna, deixa-a nos cacos das racionalidades regionais, das razões particulares. Mas a rejeição às metanarrativas iluministas não consiste, propriamente, numa anteposição, isto é, o pós-moderno não quer argumentar contra as metanarrativas , senão dá as costas a elas, não se socorre delas para pensar o mundo. Entendemos que há uma mudança na forma de se pensar o conhecimento científico, que nas palavras de Lyotard (2009), não se busca organizar um quadro completo e acabado, busca-se apresentar a heterogeneidade, complexidade e descontinuidades do saber científico.

A partir de ressonâncias das leituras de Foucault, esclarecemos a nossa posição em relação as concepções de precariedade, descontinuidades, rupturas e complexidade das teorias e das ciências. De acordo com Foucault:

> (...) toda teoria *é provisória, acidental*, dependente de um estado de desenvolvimento da pesquisa que aceita seus limites, seu inacabado, sua parcialidade, formulando conceitos que clarificam os dados- organizando-os, explicitando suas interrelações, desenvolvendo implicações- mas que, em seguida, são revistos, reformulados, substituídos a partir de novo material trabalhado. Nesse sentido, nem a arqueologia, nem, sobretudo, a genealogia tem por objetivo fundar uma ciência, construir uma teoria ou se constituir como sistema; o programa que elas formulam é o de realizar *análises fragmentárias* e *transformáveis* (2007, p.XI, *grifos nossos*).

Apontamos e posicionamos nossa pesquisa na perspectiva apresentada por Foucault, sendo que, entendemos que a realização de uma pesquisa científica é uma investigação

provisória, característica inerente a todas as pesquisas científicas. A fragmentação é outra peculiaridade da pesquisa, pois não pretendemos apresentar a compreensão de um quadro moldurado e finalizado, mas em apresentar mapas mutáveis e sensíveis a transformações.

A concepção de mapa, apresentado por Deleuze e Guatarri para se falar do conceito de rizoma, na obra Mil platôs 1, nos ajuda a compreender as nossas aproximações teóricas e metodológicas, nossa forma de escrever e pensar ciência. Deleuze e Guatarri afirmam que:

> O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo numa parede, concebê-lo como obra de arte, construí-lo como uma ação política ou como uma meditação (1995, p.21).

Montar-se, desmontar-se, desterritorializar-se, enfim, uma série de outras possibilidades são apresentadas a partir de pensamentos e escritos, que partem de uma compreensão da ciência como não linear e descontínua. Sendo assim, nos apoiamos nesse emaranhado instável e complexo.

Seguindo na perspectiva de se pensar a ciência a partir de novos arranjos complexos, para Bachelard, fazer ciência não é organizar, sistematizar os dados da percepção. O objeto científico não é natural, é construído. Não há continuidade entre os procedimentos do senso comum e os do conhecimento científico. A ciência não é do mesmo nível que o conhecimento imediato, sensível, nem parte dele: insurge-se contra ele. Bachelard insurge-se contra a ideia de que o saber tenha um desenvolvimento contínuo que seguiria um percurso linear desde a aurora do saber até a ciência moderna. (MACHADO, 2012).

A palavra instabilidade é recorrente nos escritas pós-estruturalistas, Lyotard relata que a ciência pós-moderna se desenvolve como pesquisa de instabilidade, para além de determinado positivismo: “o traço surpreendente do saber pós-moderno é a imanência a si mesmo, mas explícita, do discurso sobre as regras que o legitimam” (LYOTARD, 2009, p.100).

A ideia predominante nas pesquisas científicas pós-modernas não é mais, portanto, a continuidade e a previsão como paradigmas do conhecimento. Interessando-se:

> pelos indecidíveis, nos limites da precisão do controle, pelos quanta, pelos conflitos de informação não completa, pelos ‘fracta’, pelas catástrofes, pelos paradoxos paradigmáticos, a ciência pós-moderna torna a teoria de sua própria evolução descontínua, catastrófica, não retificável, paradoxal. Muda o sentido da palavra saber e diz como esta mudança pode se fazer. Produz, não o conhecido, mas o desconhecido. E sugere um modelo de legitimação que não é de modo algum o da melhor performance, mas o da diferença compreendida como paralogia (LYOTARD, 2009, p.7-8).

A ciência pós-moderna pode ser assim compreendida por meio de dois elementos que ancoram nossas bases, a descontinuidade e o paradoxo. Lyotard pensa nesta questão e propõe uma legitimação por meio da paralogia[5].

Com a descrença nos 'metarrelatos', o desenvolvimento dos jogos de linguagem e o paradigma da paralogia, o discurso científico pós-moderno se autovalida através do pequeno relato e do dissenso. A legitimação do saber excluiu os grandes relatos, o discurso científico pós-moderno não recorre à dialética do Espírito e nem à emancipação da humanidade para a sua validação (MARINHO, 2008). A legitimação do saber ocorre por meio da proposição de novos enunciados, sendo que o consenso jamais será atingido, novas regras de linguagem determinarão o campo do saber à medida que ele é desestabilizado constantemente. "É preciso então chegar a uma ideia e uma prática da justiça que não seja relacionada à do consenso. O reconhecimento da heterogeneidade dos jogos de linguagem é um primeiro passo nesta direção." (Lyotard, 2009, p.118)

Lyotard, Foucault, Deleuze e Guatarri, são alguns pensadores que redesenham engrenagens na forma de se pensar ciência, fortalece à nossa base epistemológica, oferecem possibilidades outras de dizer e escrever. Reafirmamos que não tratamos de revelar verdades, buscamos analisar o jogo heterogêneo de discursos que se engendram em nossa sociedade. Destacamos mais uma vez que a presente pesquisa avança na possibilidade de apresentar outras concepções, olhares e dizeres sobre o que seria pobreza.

Dialogando com Romero (2015), palavras como Diferença, dispersão, mutação são termos que foram incorporados e fazem parte do emaranhado da presente pesquisa, e, revelam também uma mudança na intimidade epistemológica dos saberes. Neste sentido, é que buscamos ancorar a nossa pesquisa, em meio a imersão nas descontinuidades, multiplicidades e regularidades que atravessam esse universo do conhecimento cientifico.

Em linhas gerais, encaramos como um desafio tentar compreendermos a "pobreza" a partir de "outras perspectivas", sendo um desafio maior, fazer essa análise a partir de uma rede

[5] Significa que um bom saber é aquele que percebe anomalias e constrói novos conceitos. O que legitima o saber seria seu aspecto mais criativo. Descobrir, em uma infinidade de informações que bombardeiam a todo instante nossos sentidos, aquelas que são relevantes e se tornarão conhecimento.
Sendo que esse novo tipo de ciência proposto não vai depositar sua confiança na lógica, pois se caracteriza pelo raciocínio imperfeito, propositadamente contraditório, que vai ocupar o papel da legitimação do saber na era da fragmentação pós-moderna. No horizonte de possibilidades da "paralogia", Lyotard coloca a capacidade de transformação das próprias estruturas da razão. Declarando o critério de validação pelo consenso como insuficiente, pelo fato de estar atrelado à metanarrativa da emancipação, o filósofo deposita a confiança no "pequeno relato" como a forma por excelência que vai orientar a invenção imaginativa. Para ele, a invenção sempre nasce do dissenso, e dessa forma, ele deposita a esperança no fato de que o conhecimento pós-moderno abriria nossa sensibilidade para a diferença e aumentaria nossa potencialidade de tolerar o não ortodoxo e o incomensurável. (GARCIA, 2011).

de tramas, deslocamentos, multiplicidades, ou, complexo emaranhado de discursos que permeiam a abordagem em estudo. Nesse sentido, os conceitos de regularidade discursiva, formação discursiva, enunciado, série enunciativa, empreendidas nos escritos de Foucault, foram de fundamental relevância para cumprirmos os nossos objetivos.

Ao autonomizar o campo discursivo da referência ao sujeito constituinte, Foucault abandona a necessidade de um princípio transcendental, de forma que a arqueologia dispensa a necessidade de um ponto fixo ou de uma referência absoluta em valores universais para pensar a historicidade dos discursos (ALVES, 2007, p. 29).

Uma característica fundamental da arqueologia é justamente a multiplicidade de suas definições; é a mobilidade de uma pesquisa que, não aceitando se fixar em cânones rígidos, é sempre instruída pelos documentos pesquisados. Os sucessivos deslocamentos da arqueologia não atestam, portanto, uma insuficiência, nem uma falta de rigor: assinalam uma provisoriedade assumida e refletida pela análise. Com Michel Foucault é a própria ideia de um método histórico imutável, sistemático, universalmente aplicável que é desprestigiada (MACHADO, 2006, p. 14).

Não seria possível uma análise dos discursos que escapasse à fatalidade do comentário, sem supor resto algum ou excesso no que foi dito, mas apenas o fato de seu aparecimento histórico? Seria preciso, então, tratar os fatos de discurso não como núcleos autônomos de significações múltiplas, mas como acontecimentos e segmentos funcionais formando, pouco a pouco, um sistema. O sentido de um enunciado não seria definido pelo tesouro de intenções que contivesse, revelando-o e reservando-o alternadamente, mas pela diferença que o articula com os outros enunciados reais e possíveis, que lhe são contemporâneos ou aos quais se opõe na série linear do tempo. Apareceria, então, a história sistemática dos discursos (FOUCAULT, 2006a, p. XIV).

Buscamos, dessa forma, realizar um trabalho que, em ressonância com as palavras de Cerqueira (2006), busca incitar o pensamento e a vida a se abrirem ao múltiplo, longe de certezas e modelos, na direção de uma infinita experimentação criadora. Por isso, adotamos a análise do discurso foucaultiana como chave central de análise da nossa pesquisa. Sendo assim, na próxima subseção, detalharemos alguns elementos essenciais na compreensão da análise do discurso em Foucault.

2.2 Vozes e lentes: aproximações com o pensamento foucaultiano

Recorrer à vozes e lentes é recorrer a outras possibilidades, outras nuances, caminhos outros, muitas vezes desconhecidos e silenciados. A pesquisa aqui desenvolvida, busca apresentar o desencadeamento de efeitos, a arte do desencontrar-se, mostrar manobras e outras dobras sobre a temática abordada.

O pensamento de Foucault se inscreve neste trabalho como uma "caixa de ferramentas", termo utilizado pelo próprio Foucault, para delinearmos o mapa a ser construído ao longo da pesquisa. Nesse horizonte, apresentamos algumas ressonâncias do pensamento foucaultiano, que possibilitaram a composição de linhas e parágrafos construídos em um processo em que perder-se é uma arte de se encontrar.

Tomando por base a análise do discurso como eixo basilar deste estudo científico, Foucault (1999, p.8) ressalta que, "o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar". Percebemos que o autor amplia a concepção de discurso, chamando a atenção para elementos que moldam e controlam o discurso na sociedade, baseando-se em procedimentos de exclusão, quais sejam: interdição ou a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade. Ainda afirma que:

> (...) em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seus acontecimentos aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (1999, p.8-9).

Foucault acrescenta que um discurso manifesto repousaria secretamente sobre um já-dito; e que este já-dito não seria simplesmente uma frase já pronunciada, um texto já escrito, mas um jamais dito, um discurso sem corpo, uma voz tão silenciosa quanto um sopro, uma escrita que não é senão o vazio de seu próprio rastro (FOUCAULT, 2008).

Sendo assim, a análise do campo discursivo trata de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação, de determinar as condições de existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui. Ou seja, mostrar por que não poderia ser outro discurso, como exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar. A questão pertinente a uma tal análise ser assim formulada: que singular existência é esta que vem à tona no que se diz e em nenhuma outra parte? (FOUCAULT, 2008).

Segundo Deleuze (2005, p.26-27), a análise arqueológica empreendida por Foucault menos do que a busca de contornos e performances verbais para descobrir atrás delas ou sob sua superfície aparente um elemento oculto, um sentido secreto que se esconde nelas ou aparece através delas sem dizê-lo; apresenta o enunciado como algo que não é imediatamente visível; não se dá de forma tão manifesta quanto uma estrutura gramatical ou lógica mesmo quando esta não está inteiramente clara, mesmo quando é muito de se elucidar. Em suma, o enunciado, a um só tempo, não é visível e não é oculto.

Partimos do pressuposto de uma análise discursiva, que compreende o discurso como algo dado, buscaremos assim, recorrer a análise das regularidades, atravessamentos, complexidades e interconexões desses discursos.

O enunciado é um elemento chave no discurso, para Foucault (2008), um enunciado, é um acontecimento, é único, singular, realiza-se a partir de vários atravessamentos, como ele ressalta:

> um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. Trata-se de um acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro; em seguida, porque é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem (p.32).

Já o conceito de acontecimento enunciativo trata de apresentar como se fazem possíveis outras regularidades, as relações entre enunciados, mesmo que escapem à consciência do autor; mesmo que se trate de enunciados que não tem o mesmo autor; mesmo que os autores não se conheçam; relações entre grupos de enunciados assim estabelecidos, mesmo que esses grupos não remetam aos mesmos domínios nem a domínios vizinhos; mesmo que não tenham o mesmo nível formal; mesmo que não constituam o lugar de trocas que podem ser determinadas; relações entre enunciados ou grupos de enunciados ou acontecimentos de uma ordem inteiramente diferente (técnica, econômica, social, política). Fazer aparecer, em sua pureza, o espaço em que se desenvolvem os acontecimentos discursivos é tornar-se livre para descrever, nele e fora dele, jogos de relações (FOUCAULT, 2008; SANCHES e BARBOSA, 2015).

Jogo de relações, aparecimento de relações, regularidades que partem de um domínio amplo e complexo, possibilidades outras de se analisar a multiplicidade dos discursos proliferados, em nossa concepção descrevem bem o jogo de relações apresentados por Foucault. Mediante estas assertivas, Deleuze (2005) sugere que Foucault busca escapar do reino do sujeito

enquanto estrutura. A estrutura é proposicional, têm um caráter axiomático assinalável num nível bem determinado, forma um sistema homogêneo – enquanto o enunciado é uma multiplicidade que atravessa os níveis, que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que as faz aparecer, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço.

Formação discursiva é outro termo relevante adotado por Foucault, que é compreendido, como uma possibilidade de descrever, entre um certo número de enunciados dispersos, uma regularidade (uma ordem, uma correlações, posições e funcionamentos, transformações). As regras discursivas são as condições a que estão submetidos elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas). As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva (FOUCAULT, 2008). Ou seja, a proposta de Foucault vai no sentido de buscar as regularidades que existem por trás da dispersão de elementos (dispersão com um sentido também de diferença), regularidades estas que são resultado de um processo de formação discursiva (GIACOMONI e VARGAS, 2010).

Esses processos decorrem em meio à caminhos não familiares, longe das garantias a que estamos habituados, em um terreno ainda não esquadrinhado e na direção de um final que não é fácil prever. Não há um acabamento planejado, uma linearidade, há uma estrada aberta a se percorrer (SANCHES e BARBOSA, 2015). Essa estrada desconhecida e aberta é a que pretendemos desbravar, no desafio de buscar rostidades outras sobre o conceito de pobreza. Acreditamos que o suporte metodológico e campo de pesquisa que definimos para a pesquisa, são propícios e adequados para a concretização da nossa proposta.

Foucault a partir da concepção de descontinuidade, apresenta a ideia de dispersão dos acontecimentos históricos, que a maioria dos pesquisadores, tendem a suprimir, simplificar e linearizar. Mediante a proposta da pesquisa discursiva, Foucault compreende que:

> O problema é constituir séries: definir para cada uma seus elementos, fixar-lhes os limites, descobrir os tipos de relações que lhe é específico, formular-lhes a lei e, além disso, descrever as relações entre as diferentes séries, para constituir assim séries de séries, ou "quadros": daí a multiplicação dos estratos, seu desligamento, a especificidade do tempo e das cronologias que lhes são próprias; daí a necessidade de distinguir não mais apenas acontecimentos importantes (com uma longa cadeia de consequências) e acontecimentos mínimos, mas sim tipos de acontecimentos de nível inteiramente diferente (alguns breves, outros de duração média, como a expansão de uma técnica, ou um rarefação de uma moeda; outros, finalmente, de ritmo lento, com um equilíbrio demográfico ou o ajustamento progressivo de uma economia a uma modificação do clima; daí a possibilidade de fazer com que apareçam séries com limites amplos, constituídas de acontecimentos raros ou de acontecimentos repetitivos (2008, p.8-9).

A série enunciativa, logo, corresponde a um feixe de relações descritivas, reflexivas e, principalmente, discursivas, realizada a partir do estabelecimento de um *corpus* discursivo à qual pretende investigar (SANCHES e BARBOSA, 2015).

As relações discursivas, ocorrem por meio do que Foucault denominou de prática discursiva, que trata-se de um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício de uma função enunciativa. A identificação de um objeto discursivo se realiza por meio da identificação dos relacionamentos que caracterizam uma prática. Dessa maneira, não devemos tratar *mais os discursos como conjuntos de signos, mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam*. Certamente os discursos são feitos de signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis a lingua e ao ato da fala. E esse "mais" que é preciso aparecer e que é preciso descrever (FOUCAULT, 2008, SANCHES e BARBOSA, 2015, *grifos nossos*).

Mediante exposto as considerações de série discursiva, formação discursiva, acontecimento discursivo, prática discursiva, enunciados, Deleuze (2005) reforça que, na análise do arquivista-arqueólogo, se faz necessário perseguir as séries, atravessar os níveis, ultrapassar os limiares, nunca se contentar em desenrolar os fenômenos e os enunciados partindo por uma dimensão horizontal ou vertical, mas formar uma transversalidade, uma diagonal móvel. Sendo que os enunciados só se tornam legíveis ou dizíveis em relações com as condições que os determinam e que o constituem sua única inscrição sobre um "pedestal enunciativo". A única inscrição, a forma de expressão, é composta pelo enunciado e sua condição, o pedestal ou a cortina, na qual Foucault prefere um teatro dos enunciados ou uma escultura dos enunciáveis, "monumentos" e não "documentos"

Foucault como que em um zigue-zague sobre enunciados e formações discursivas reforça que, para descrever estes elementos, deve-se livrar da imagem tão frequente e obstinada do retorno. Ou seja, faz-se necessário compreender os enunciados na densidade do acúmulo em que são tomados e que, entretanto, não deixam de modificar, de inquietar, de agitar e, às vezes, de arruinar.

Modificações, agitações, mutação, dispersão, regularidades, são elementos que ecoam, se articulam e ajudam na realização da nossa proposta de análise do discurso. Os elementos, conceitos apresentados acima e pautados em Foucault, compõem a nossa base para a análise do discurso do material desta dissertação. Em suma, nos ajuda a posicionarmos a nossa caminhada analítica a ser empreendida nos resultados desta pesquisa, bem como o nosso alinhamento com o pensamento foucaultiano.

2.3 A instituição dos *"lugares"* da pesquisa

Metodologicamente a nossa pesquisa pode ser definida como exploratória-descritiva. Em relação à questão lógica da pesquisa, temos que a pesquisa exploratória, busca esclarecer conceitos, ideias e situações, para formulação de problemas ou de hipóteses a serem pesquisados em estudos posteriores. Na pesquisa descritiva, temos que esta objetiva descrever as características de uma população ou fenômeno, ou estabelecer relações entre variáveis (GIL, 2002).

Em relação ao delineamento da pesquisa, temos uma pesquisa totalmente de cunho qualitativo. Antes de expormos algumas nuances inerentes a esse tipo de pesquisa, dialogamos com o pensamento de Minayo & Minayo-Gómez (2003, p.118), que reforçam o seguinte

> Não há nenhum método melhor do que o outro, o método, "caminho do pensamento", ou seja, o bom método será sempre aquele capaz de conduzir o investigador a alcançar as respostas para suas perguntas, ou dizendo de outra forma, a desenvolver seu objeto, explicá- lo ou compreendê-lo, dependendo de sua proposta (adequação do método ao problema de pesquisa); 2) Os números (uma das formas explicativas da realidade) são uma linguagem, assim como as categorias empíricas na abordagem qualitativa o são e cada abordagem pode ter seu espaço específico e adequado; 3) Entendendo que a questão central da cientificidade de cada uma delas é de outra ordem [...] a qualidade, tanto quantitativa quanto qualitativa depende da pertinência, relevância e uso adequado de todos os instrumentos.

Segundo Goldenberg (1997), a pesquisa qualitativa não se interessa pela representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de um conceito, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa.

"Na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado" (DESLAURIERS, 1991, p. 58). A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que vão além dos aspectos da quantificação.

Em relação ao recorte específico espaço-temporal realizado na pesquisa, ressaltamos que esse é um elemento inerente e necessário aos trabalhos acadêmicos. Porém, não podemos

pensar nesse circuito como um elemento fechado em si mesmo. Recorremos, assim, ao conceito de rizoma, postulado por Deleuze e Guatarri (2000), na qual é apresentado como sendo um elemento que não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, *intermezzo.*

Dialogando com Ratto (2004), a mesma reforça que a questão será a de debruçar-se sobre o jogo aberto que move a realidade, em que a observação das lutas e dos conflitos que se desenvolvem em meio a suas tendências ou estruturas organizacionais serão decisivos para as configurações que adquire a cada momento.

A compreensão de que esse processo é um caminho errático e descontínuo, sendo que o caráter descontínuo está atrelado as alterações, modificações e atualizações na forma de se pensar uma coisa e de outro modo em determinada cultura (FOUCAULT, 2000).

Assimilar o descompasso, o zigue-zague, a dispersão no processo em que se forja os conceitos é algo complexo, algo que requer aquilo que Foucault realizar em suas obras, escavar, garimpar, realizar um trabalho arqueológico. A composição que buscamos realizar nesse trabalho sobre o conceito de pobreza-pobre é uma tentativa desafiadora, precária, incompleta, complexa, inédita e não-exaustiva. Encaramos este trabalho como uma rede discursiva que faz uma tecelagem manual e sincronizada, ou seja, um trabalho lento, demorado e instigante.

As estratégias metodológicas aqui utilizadas funcionam como um mapa, oposto ao decalque[6],ou seja, reconhecemos as múltiplas entradas possíveis de serem realizadas e sua infinidade. Segundo Ferreira (2008), ao fazermos um mapa estamos no plano da invenção e não mais no da representação.

A partir do exposto realizado, apresentaremos a seguir as estratégias metodológicas utilizadas nesta pesquisa, detalhando os nossos "lugares" discursivos que serão analisados, além de detalharmos a forma como extraímos os documentos/monumentos utilizados neste trabalho.

2.3.1 O discurso acadêmico da ciência econômica

A instituição do discurso acadêmico foi realizada a partir das obras/teorias clássicas, em sua maioria atreladas as ciências econômicas, priorizando a relação dos conceitos pobreza, crescimento e desenvolvimento econômico. A delimitação pelo discurso atrelado às ciências econômicas decorre da aproximação do pesquisador com o tema, ou seja, da sua trajetória

[6] Segundo Deleuze e Guatarri (1995, p.21),"Um mapa tem múltiplas entradas contrariamente ao decalque que volta sempre "ao mesmo". Um mapa é uma questão de performance, enquanto que o decalque remete sempre a uma presumida "competência"

acadêmica pela Graduação em Ciências Econômicas, realizada na Universidade Regional do Cariri – URCA, bem como pelo fato da realização do Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável.

Como procedimento inicial para a realização dessa análise, buscamos tratar das relações presentes nos conceitos de "Propriedade Privada" e "Pobreza". Dessa forma, tratamos de analisar as premissas defendidas na chamada "Lei dos pobres", considerada a primeira Lei Assistencialista e Política de Bem Estar Social, emergida na Inglaterra nos anos de 1601, e reformulada no ano de 1834, quais sejam, as denominadas primeira e segunda Lei dos pobres.

Dentro desse mesmo escopo, tratamos de analisar as teses defendidas pelo economista clássico Adam Smith, a teoria do Bem Estar Social, além dos movimentos empreendidos nas formas de produção taylorista, fordista e toyotista.

O segundo procedimento efetuado nesta análise foi a busca de documentos que tratassem da relação pobreza, crescimento e desenvolvimento econômico. Neste sentido, efetuamos buscas em sites de organismos internacionais de grande relevância na condução e direcionamento de políticas econômicas e sociais para os mais diversos países do mundo. Sendo assim, elegemos o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) como fontes principais de consulta para cumprirmos o nosso propósito, qual seja, documentos que apontassem para a questão da relação pobreza, crescimento e desenvolvimento econômico. Desse rastreamos realizado, selecionamos os seguintes documentos para serem analisados: O Relatório do Banco Mundial – Luta contra a pobreza dos anos de 1990, 2000 e 2001; O Relatório Desenvolvimento e Redução da Pobreza, publicado pelo FMI em 2004 e, por fim, o documento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável publicado no ano de 2016.

O terceiro e último procedimento realizado foi a identificação/seleção de autores de relevância no que toca o tema da questão da pobreza, sendo que alguns autores selecionados foram identificados nos documentos oficiais acima mencionados, como no caso do escritor Amartya Sen. Para identificarmos os outros autores, realizamos um mapeamento no site Google acadêmico dos textos que tratavam da questão da pobreza, na qual identificamos as produções cientificas mais citadas e autores mais referenciados no que se refere a temática, essa busca efetuada se realizou no período empreendido entres os meses de abril e maio de 2016. Dessa forma, se insere na nossa análise do discurso acadêmico proposto, os textos publicados em livros, teses, dissertações e revistas.

A nossa proposta com esse capítulo emergiu da vontade de apresentarmos de que forma a academia enquadra, redunda, inventa, estratégias discursivas em torno da pobreza e do ser

pobre. Ou seja, identificarmos a partir desse lugar a ativação de dizeres que posicionam, esquadrinha, e tentam instituir uma verdade única e padronizada.

2.3.2 O discurso das normas e regulamentos da assistência social no Brasil

O discurso da assistência social no Brasil foi instituído a partir da análise das normas e regulamentos da assistência social no Brasil, tendo como documentos de análise a Legislação Orgânica da Assistência Social (LOAS -1993); a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS, 2005).

A necessidade de se realizar esse recorte tomando por base a questão da assistência social decorre do entendimento da forte relação presente nos discursos das temáticas envolvendo a pobreza e assistência. Segundo Pinto (2012), a Assistência Social brasileira possui estreita relação com a filantropia e a caridade, concebidas como todo tipo de ajuda aos pobres identificados a partir da carência e miserabilidade, ou seja, direciona-se aos trabalhadores pobres com pouca ou nenhuma visibilidade para o capital, ou seja, os pobres.

Dessa forma, o nosso propósito foi identificar de que forma o discurso das normas e regulamentos da assistência social ativa e reativa dizeres no modo de se conceber a pobreza e o dito pobre. Menos que documentos oficiais legislativos, os textos analisados compõem um emaranhado discursivo que se entrelaça com outras sistematicidades econômicas, sociais e institucionais.

A operação empreendida na análise desses documentos busca apresentar as modificações conceituais, as negações e afirmações de nomenclaturas e adjetivações dos ditos assistidos, além da estratégia de se forjar espaços institucionais como os Centros de Referência em Assistência Social – CRAS e Centros de Referência Especializados em Assistência Social – CREAS. Em suma, buscamos verificar como o dito, no caso dos documentos oficiais analisados e o não dito, no caso dos espaços de apoio aos assistidos socialmente, quais sejam, os CRAS e os CREAS, inventa uma outra forma de enunciar, dizer a pobreza, além disso, a adoção de outras estratégias de controle e enquadramento do ser pobre.

Para a obtenção dos documentos oficias da LOAS, PNAS e SUAS, os mesmos foram extraídos do site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome -MDS, na qual na aba legislação, efetuamos a busca por esses documentos. Vale frisar, que no caso da LOAS, esta data de 7 de dezembro de 1993, porém já sofreu várias atualizações, sendo a mais recente a do ano de 2001. No caso da PNAS, a mesma data do ano de 2004, porém já sofreu várias atualizações, a mais recente é o ano de 2012, já no caso do SUAS, a mesma data de 2005, porém

já passou por várias modificações por meio das Normas Operacional Básica (NOB/SUAS), a atualização mais recente é do ano de 2014. Sendo que o período dessa busca dos documentos foi realizado durante o mês de maio de 2016.

2.3.3 O discurso da mídia Folha de S. Paulo

A instituição da Mídia Folha São Paulo foi realizado por meio da análise de 25 textos jornalísticos relacionados a temática "pobreza" e "pobre" no período de 2003 a 2010. A opção por delimitação a análise do lugar Folha de São Paulo ocorreu pelos seguintes motivos:

i) A necessidade de delimitação de um veículo de informação, dado o enorme número de informações que são dispostos pelo universo midiático;
ii) O tempo necessário para realizar uma análise minuciosa das informações;
iii) A influência das informações veiculadas no jornal folha de SP;
iv) A ampla circulação do jornal impresso e digital do veículo midiático Folha de SP, segundo o grupo folha, o jornal Folha de SP é hoje o jornal brasileiro de maior tiragem e circulação entre os diários nacionais de interesse geral, atingindo uma circulação média semanal de 293.469 exemplares pagos (impressos e digitais), segundo o instituto verificador de comunicação;
v) O número de visitantes únicos do Folha de SP é de 31.362.126, dado de junho de 2016, segundo a *adobe analytics*, ou seja, um número equivalente a quase 17% da população brasileira.

Menezes Silva (2011) em tese sobre " a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – A Folha de São Paulo e o Golpe de 1964", destaca que, " entre a segunda metade dos anos noventa e a primeira metade de 2000, o jornal Folha de São Paulo se tornou um dos mais importantes veículos de discussão política no país". Ou seja, este canal é um dos mais relevantes veículos de comunicação no Brasil, impactando de forma direta na formação de opinião de diversos temas em nosso país, principalmente na questão política. Dessa forma, estes argumentos reforçam a nossa escolha por analisar os textos jornalísticos veiculados por este canal de comunicação.

O recorte temporal (2003-2010) ocorreu pelo fato de almejarmos analisar as modificações, alterações, atualizações e permanências, discursos, olhares sobre a pobreza e o pobre no Brasil, em meio a transição dos Governos Fernando Henrique Cardoso (FHC) para o de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), marcado pelo pelo enunciado do "Governo da erradicação da pobreza". Buscando assim, analisar como os dizeres dos textos jornalísticos do jornal de São

Paulo, veiculados nesse período reproduz e produz formas padronizadas e estereotipadas sobre a pobreza e o ser pobre.

De forma detalhada, rastreamos no Jornal Folha de SP, em sua versão digital, textos jornalísticos que versassem sobre a temática pobreza/pobre, de forma mais específica, priorizamos os textos que em seus títulos traziam essas duas palavras-chave, na qual totalizaram 41 textos jornalísticos a serem analisados.

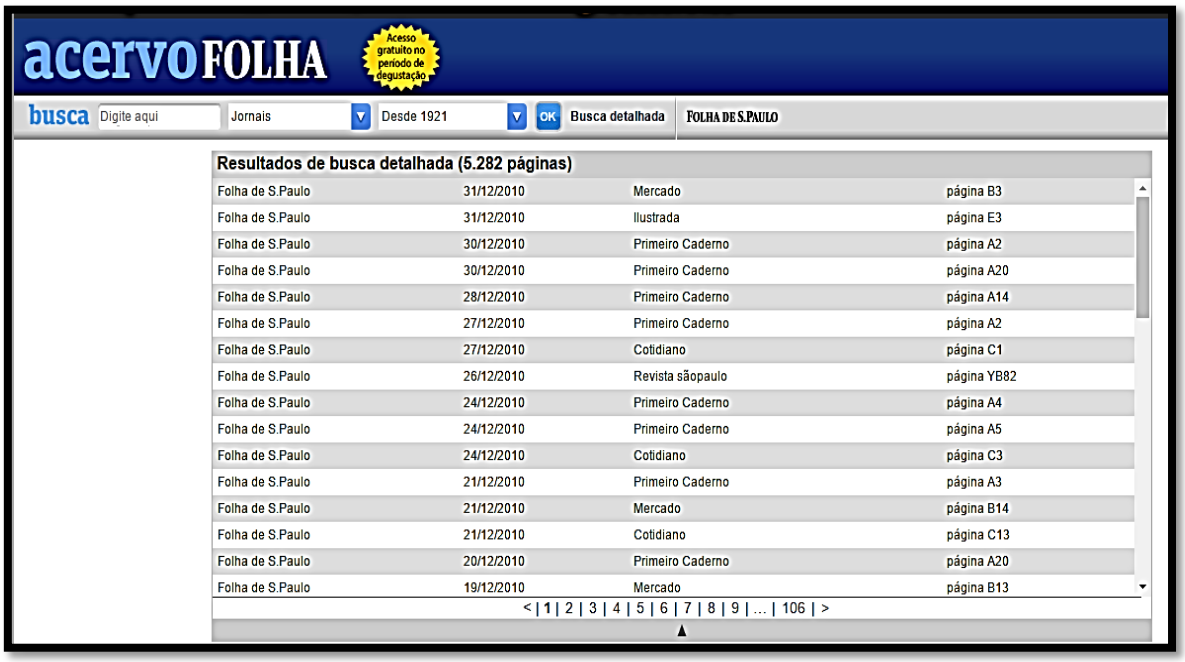
O procedimento realizado para se chegar ao número de 41 textos jornalísticos à serem analisados ocorreu após a realização dos seguintes procedimentos: o termo específico pobreza. Dado o recorte temporal entre os anos de 2003 a 2010. Minuciosamente, realizamos os seguintes passos:

- ✓ Acesso ao acervo da folha de SP;
- ✓ No campo busca detalhada, inserimos o termo POBREZA;
- ✓ Escolha do período de 01/01/2003 a 31/12/2010;
- ✓ Após esses procedimentos, o site retornou um número de 5.282 textos jornalísticos;
- ✓ Realizamos assim, uma análise detalhada dos 5.282 textos jornalísticos, durante todo mês de junho e julho de 2016, dado que os textos retornados pelo acervo, reportavam sobre diversos assuntos que não condiziam com a nossa proposta;
- ✓ Priorizamos assim, os textos que tivessem em seu título a palavra pobreza ou pobre, e se referissem ao Brasil.
- ✓ Ao explorar os textos jornalísticos, verificamos que alguns traziam as mesmas informações, dessa forma, sendo alguns destes descartados, dessa forma, após a aplicação desses critérios mencionados, ficamos com um número de 25 textos jornalísticos a serem analisados.

As figuras abaixo apresentadas ilustram o procedimento de busca realizado no acervo do Jornal Folha de SP.

Figura 1: Procedimento de busca detalhada de textos jornalísticos que versavam sobre Pobreza no acervo Folha, durante o mês de junho de 2016.

Figura 2: Ilustração dos resultados de busca detalhada de textos jornalísticos que versavam sobre Pobreza no acervo Folha, durante o mês de dezembro de 2010.



A figura acima representa como as informações eram dispostas, seguindo uma ordem decrescente, indo de dezembro de 2010 até janeiro de 2003. Após a realização desse primeiro procedimento, foi possível selecionar os textos que serviram de fonte de dados primários à serem analisados nesta pesquisa. Logo abaixo, apresentamos um quadro com o título dos textos jornalísticos escolhidos e a data de sua publicação.

Quadro 1: Textos jornalísticos extraídos do Jornal Folha de São Paulo, 2003-2010.

Nº	*Título do texto jornalístico*	*Data de publicação*
01	*Programas sociais não bastam para superar a pobreza*	*5 de janeiro de 2003*
02	*Economista propõe índice de pobreza*	13 de agosto de 2003
03	*Governo tem programas 'pobres'*	*20 de janeiro de 2004*
04	*Os filhos dos pobres*	*21 de janeiro de 2004*
05	*A gula do Estado e a pobreza do povo*	*27 de junho de 2004*
06	*Pobreza, multiculturalismo e justiça social*	*27 de julho de 2004*
07	*ONU identifica 13 bolsões de extrema pobreza no Brasil*	*19 de janeiro de 2005*
08	*Os imbróglios da luta contra a pobreza*	*27 de março de 2005*
09	*Metas sociais: erradicar a extrema pobreza e a fome*	*31 de março de 2005*
10	*'Radar social' do IPEA diz que Brasil tem 53,9 mi de pobres*	*2 de junho de 2005*
11	*'Brasil miserável' é o 6º mais pobre do mundo*	*7 de setembro de 2005*
12	*Bolsa Família e a pobreza*	*18 de dezembro de 2005*
13	*Lula troca slogan de 'Paz e Amor' por Pai dos Pobres*	*01 de janeiro de 2006*
14	*Uma vacina infalível contra a pobreza*	*29 de janeiro de 2006*
15	*A vergonha de ser pobre*	*23 de fevereiro de 2006*
16	*O que não se sabe de ricos e pobres*	*24 de agosto de 2006*
17	*Público de cinema rejeita pobreza*	*12 de março de 2007*
18	*A pobreza e a pouca vergonha*	*14 de setembro de 2007*
19	*O que é um miserável? Pnad abre rodada de medição de pobreza*	*20 de setembro de 2007*
20	*O dia dos direitos humanos e a pobreza*	*02 de dezembro de 2007*
21	*Planejamento familiar para pobres*	*04 de janeiro de 2008*
22	*Quanto mais tempo na pobreza, mais difícil é deixá-la*	*13 de julho de 2008*
23	*Punição da pobreza*	*01 de novembro de 2009*
24	*Lula atraiu pobres de metrópoles, diz analista*	*05 de abril de 2010*
25	*Um país pobre*	*17 de outubro de 2010*

Esses são os títulos dos textos jornalísticos que serviram de suporte para a nossa análise da pesquisa, estes estão dispostos em ordem crescente, indo de 2003 a 2010, além disso, especificamos o dia e o mês em que o texto foi publicado.

Ressaltamos que não seguiremos uma ordem cronológica na apresentação dos fragmentos selecionados dos textos jornalísticos, pois nosso propósito é de identificar imbricações e consonâncias presentes na rede discursiva em análise. No entanto para efeitos didáticos, apresentaremos os fragmentos textuais a partir de uma numeração ordinal dos textos selecionados. Enfatizamos, também, que a presença de um recorte textual em determinada seção, não isenta a sua presença em uma seção posterior.

Desse modo, no próximo capítulo, iniciaremos nosso diálogo com a temática da pobreza, partindo da análise de concepções/questões teóricas clássicas, além de alguns debates presentes nos textos dos órgãos nacionais e internacionais relacionadas ao tema a ser debatido.

CAPÍTULO III - POBREZA: UM TEATRO DE ATORES E ENCENAÇÕES FUGIDIAS

Que nosso horizonte seja o inacabamento
Que nosso norte seja o movimento
O que pode o outramento?
Des-Criar corpororeidades
Inventar hecceidades
O que pode a possibilidade?
Retorne sobre nós a pura diferença
Informes sois vós verdadeira onipotência
O que pode a negação da consciência?
Destruir o rosto
Ruir o que está posto
M U D A N Ç A R [7]

A proposta principal deste capítulo é apresentar como são engendrados os discursos dos conceitos de pobreza e o ser pobre, e, consequentemente, modificados e atualizados, tendo como elemento central o lugar de fala o discurso acadêmico. Esse lugar de fala escolhido justifica-se pela inquietação do movimento realizado pela ciência moderna, na sua vontade de instituir verdades fixas, axiomas inquestionáveis. Essas inquietações nos levaram a tentar expor, capturar esses regimes de verdades e, consequentemente, buscarmos apresentar como essas falas, discursos, classificam, dividem, carimbam pessoas e, ao mesmo tempo, criam estratégias controladoras que são disseminados nas relações sociais, pensamentos e instituições.

Pensando a partir do prisma da construção do quadro fechado da ciência econômica, Capra (1999) enumera alguns elementos que engessaram e marcaram o pensamento da sociedade moderna. Mecânicas de aumento da produtividade, expansão do crescimento, padronização de estilos de vida, intensificação da tecnologia, são alguns elementos, dentre outros, apresentados pelo autor. Apresentamos esse pensamento para enfatizarmos o desenho da visão fragmentária e mecanicista do mundo, que exerceu e ainda exerce enorme influência às ciências de um modo geral, processo que possibilitou e possibilita o engendramento do que chamaremos "arte de classificação, quantificação e identificação de corpos binários".

O movimento da arte de classificar, dividir e identificar, emerge a partir de vários instrumentos técnicos ou tecnologias articuladas dentro de uma arquitetura de relações sociais,

[7] Trecho retirado da Página Esquizografias – Texto: *Des-Criar Corporeidades*. Ruir o que está posto, destruir o rosto..., o texto chama atenção para a prática da escrita como um movimento de subversão, de construir outros modos de dizer, de sair do 'modelo fechado' de escrita, da busca de outros horizontes, conexões... ou seja, o que pode a possibilidade?

pensamentos, instituições, práticas discursivas, ou seja, um emaranhado de processos intenso e descontínuos.

Alguns instrumentos processados no seio da sociedade, nos ajuda a pensar a pobreza a partir de enquadramentos, cortes e molduras adaptadas a tal contexto social. A arte da propriedade privada, transformações nas formas de trabalho, estratégias de hierarquização das nações, institucionalização de políticas públicas, práticas institucionais, são alguns processos, dentre outros, que buscaremos analisar na busca de apresentar como mecânicas são forjadas, no intuito de enquadrar, recortar, qualificar, o que seria os atores possuídos e os despossuídos.

Estes elementos que apresentaremos na presente pesquisa nos permite indicar a articulação e estratégias forjadas no conceito de pobreza e ser pobre. Buscando indicar ou mostrar os deslocamentos de uma engenharia multiforme sobre o conceito de pobreza, projetada como um teatro de atores e encenações fugidias.

3.1 Invasores, vagabundos e preguiçosos: A lógica da propriedade privada e os despossuídos

Pensar a lógica da propriedade privada como um elemento que classifica, inventa uma divisão social, organiza práticas sociais, não é tarefa fácil, porém tentaremos realizar esse exercício. Buscando mostrar esse elemento como um jogo de inventividade social que rotula, organiza e afeta relações.

Sendo assim, recorremos, inicialmente, ao ano de 1601, quando na Inglaterra é reconhecida a chamada "Lei dos Pobres"[8]. O aumento da população, a migração do campo para a cidade, o aumento do número de pessoas que não conseguiam se inserir no mercado de trabalho, foram elementos utilizados para justificar a criação da referida Lei. A desordem, a preocupação com a violência, o aumento de problemas sociais foram alguns artifícios criados para regular os considerados fora do "eixo", os "anormais" ou os "pobres".

[8] Durante o século XVI, a Inglaterra passou por um aumento populacional que repercutiram em diversas cidades inglesas migrações de trabalhadores rurais para áreas urbanas a procura de trabalho. Essas pessoas nem sempre eram absorvidas nos campos de trabalho e aumentava na Inglaterra o número de miseráveis que ficavam perambulando nas ruas, gerando diversos problemas sociais. A Coroa inglesa junto com o parlamento inglês discutiu um projeto de lei que assistia essas pessoas, esse preceito legal foi conhecido como Lei dos Pobres em 1601. Foi um projeto que aperfeiçoou outra norma legalística assistencialista de 1597, sendo que o parlamento inglês alcunhava religiosos para serem espécies de "inspetores dos pobres". As igrejas se tornavam instituições religiosas e ao mesmo tempo estatal com a finalidade de dar abrigo ao súdito inglês que estivesse sem trabalho, alguns hospitais também foram criados e muitos possuíam a estrutura de asilo para abrigar os pobres que viviam perambulando pelas ruas das cidades sem trabalho remunerado (SILVA JR, 2012).

Os inspetores desses pobres eram os religiosos, esses faziam isso por meio de uma norma legalística de 1597, na qual os religiosos eram alcunhados pelos parlamentares, sendo que as suas funções eram:

> Zelar pela instituição, tomar conta dos pobres, fazer que o descamisado aprenda a profissão, ensinar o oficio religioso para que o pobre camponês seja *obediente e fiel* ao sistema, *manter a ordem nesses "asilos"*, cuidar da alimentação e saúde desses desprovidos sociais, também recebiam a incumbência de procurar trabalhos remunerados para os carentes que não tinham ocupações, viviam nas ruas perambulando e causando danos sociais as cidades inglesas (Silva, Jr. 2012, p.1, grifos do autor).

Ordem, obediência, causador de danos sociais, ou seja, o personagem pobre é apresentado como um rótulo de "erro de fábrica", sendo este "corpo" necessário de correções, devendo ser obediente e ter uma ocupação. O Legislativo e a Igreja, mediante as forças sociais, políticas, econômicas, projetam, o que chamaremos de "corpo do pobre-assistido-regulado" que deveria trabalhar para essas instituições.

Nessa perspectiva, se engendra o discurso do corpo-pobre como um intruso, um "objeto" que precisa ser regulado, ser produtivo, pois, do contrário, este é enquadrado como "indispensável", "descartável", devendo sofrer punições, reclusão. Ou seja, projeta-se falas "fixas" e "naturalizadas" em torno da figura dos ditos pobres, sendo estas incorporadas e disseminadas até hoje em nossa sociedade.

Nesta perspectiva, o trabalho seria uma espécie de "punição" para os desocupados. Essa é uma das várias estratégias delineadas pelo regulamento legal da Lei, que propunha o seguinte:

> (...) fazeres manuais que geravam renda mínima ao homem inativo como punição para o desocupado e para o pobre que tinha capacidade; pagamento em dinheiro, considerado uma pensão, para aqueles que não podiam trabalhar; proibição do auxílio ao mendigo e ao frequentador casual dos asilos, que buscavam auxílio apenas naquele momento. Essa remuneração era um valor irrisório que possuía o valor dos alimentos mais consumidos na época no Reino da Grã-Bretanha, como por exemplo; batata, milho, ervilha e trigo. Essa renda era um valor mensal correspondente ao preço do alimento que a família fosse gastar ao longo do mês, portanto essa bonificação era extremamente mínima, não resolvia os problemas de ordem econômica na Inglaterra, somente agia como enorme paliativo.

A garantia apenas da existência dessas pessoas, foi uma estratégia do estado, com proprietários de terras, a igreja, ou seja, uma série de articulações que compunham a Lei, pautada por um discurso impositivo de manutenção da ordem social, combate a violência e ações criminosas. Porém, nitidamente, essas organizações buscavam regular seus domínios, interesses e extração de vantagens políticas e econômicas.

As casas de apoio aos pobres reguladas pelas paróquias de igrejas, além da assistência que daria aos ditos pobres, visava a obtenção de lucros com a venda de produtos que eram produzidos nessas casas. Porém grande parte dos abrigados eram doentes, idosos e crianças,

cujo trabalho não era tão produtivo e lucrativo. Sendo assim, as instituições passam a não apoiar mais essas pessoas, ressurgindo as mazelas sociais na Inglaterra. (Silva Jr, 2012).

A divisão ou qualificação que as paróquias realizavam visando a obtenção de lucro, definiam o padrão dos "pobres" que seriam acolhidos. Seriam acolhidos aqueles que fossem saudáveis, fortes e inteligentes, enquanto os idosos, adoentados, crianças seriam os "intrusos". Esse fato remonta aos microprocessos que ocorrem em nosso cotidiano e vão sendo atualizados, classificações do que seria o pobre "padrão, trabalhador, honesto" e o do pobre que seria "os doentes e os intrusos". Em suma, vários rótulos vão sendo absorvidos por meio de vários espaços institucionais, por meio dos discursos, e reproduzidos em nossas falas e ações

A Reformulação da Lei dos pobres propunha a organização e administração do auxílio aos pobres, na qual se ajudaria os que realmente necessitassem e puniria os que recusassem trabalho, a ordem seria a criação de instituições para retirar o pobre da rua, educá-los e inseri-lo no mercado de trabalho (Silva Jr, 2012). A lógica prescrita é simples, o refinamento de estratégias de vigilância, controle, produtividade e punição dos "pobres", sendo que a visão lucrativa dos "asilos" imperou a situação, sendo que os necessitados ficaram em segundo ou terceiro plano.

Segundo Ugá (2008), entre o século XVI e o século XVIII, emergem dois tipos de "pobres": o "bom pobre" e o "mau pobre" e, para cada um desses tipos, cria-se um tratamento específico. A figura do "bom pobre" referia-se aos indivíduos inválidos, às crianças e aos velhos – ou seja, àqueles que eram incapazes de trabalhar. Apenas esse "bom pobre" era "merecedor" da assistência da caridade cristã. O "mau pobre" era definido como o pobre válido, que podia e deveria trabalhar, mas que preferia viver de benefícios dos outros. O "mau pobre" foi personificado na figura do "vagabundo" ou mendigo, ao qual não cabia nem a assistência nem a caridade, mas sim, a repressão.

Recorrendo à literatura cientifica da ciência econômica para se pensar a lógica da propriedade privada, encontramos a tese defendida pelo liberal Adam Smith, em que afirma ser a propriedade privada um "bem inviolável", sendo a invasão da propriedade uma injustiça contra aqueles que passaram a vida a trabalhar, sacrificando o consumo presente, em prol de um futuro melhor. Reforça que, aqueles que viveram entregues aos prazeres e confortos imediatos da vida, não tem direito de invadir a propriedade de quem a adquiriu com tanto sacrifício, talvez com o trabalho penoso de tantas gerações. Os que não tiveram coragem e disposição para sacrificar o presente, em prol do amanhã, são obrigados a recompensar aqueles que não temeram a fadiga do trabalho e o desconforto de adiar o consumo (TEIXEIRA, 2004).

As ideias de intocabilidade, preguiça ou vagabundagem e submissão são figuras que promulgam uma legitima qualificação dos "despossuídos".

As ideias presentes na tese de Smith, as concepções de repressão e castigo prescrita na promulgação da Lei dos pobres na Inglaterra, revelam modos de dizer sobre a propriedade privada. Por meio de um discurso de "paz coletiva", "interesse geral", "ordem social", "combate a violência", "segurança", que está imerso a estratégias de controle para aqueles que tiveram restrições de acesso à propriedade, além disso, instrumentos de submissão dos "corpos pobres" aos detentores de "bens", cada vez mais, sofisticados, moldados e reconfigurados.

Dispositivos institucionais de punição, pena, reclusão, todos operam sob uma lógica, denominada por Foucault como "economia do tempo". Para os que infrigiam as "leis" ou àqueles submetidos ao trabalho fabril funciona uma mesma lógica de disciplinamento e docilização de corpos, como instrumentos de ordem e utilidade produtiva.

> Desde o fim do século XVII, com efeito, nota-se uma diminuição considerável dos crimes de sangue e, de um modo geral, das agressões físicas; os delitos contra a propriedade parecem prevalecer sobre os crimes violentos; o roubo e a vigarice sobre os assassinatos, os ferimentos e golpes; a delinqüência difusa, ocasional, mas freqüente das classes mais pobres é substituída por uma delinqüência limitada e "hábil"; os criminosos do século XVII são "homens prostrados, mal alimentados, levados pelos impulsos e pela cólera, criminosos de verão"; os do XVIII, "velhacos, espertos, matreiros que calculam", criminalidade de "marginais" (FOUCAULT, 2014, p.75).

São esses homens prostados, mal alimentados, velhacos, pobres, que necessitavam de controle, repressão e exclusão. Processo que se articula com o período da revolução industrial iniciada no final do século XVII.

Com relação a revolução industrial no final do século XVII e a criação de espaços disciplinares, controladores e disciplinadores do corpo e da mente:

> A fábrica parece claramente um convento, uma fortaleza, uma cidade fechada; o guardião "só abrirá as portas à entrada dos operários, e depois que houver soado o sino que anuncia o reinicio do trabalho"; quinze minutos depois, ninguém mais terá o direito de entrar; no fim do dia, os chefes de oficina devem entregar as chaves ao guarda suíço da fábrica que então abre as portas. É porque, à medida que se concentram as forças de produção, o importante é tirar delas o máximo de vantagens e neutralizar seus inconvenientes (roubos, interrupção do trabalho, agitações e "cabalas"); de proteger os materiais e ferramentas e de dominar as forças de trabalho (FOUCAULT, 2014, p.140).

Dessa dupla relação de submissão, às leis e ao trabalho fabril, verificamos como os mecanismos de disciplinamento, controle, poder, se articulam a partir de uma lógica da propriedade privada, como algo intocável e de um sistema produtivo que se articula a partir de instrumentos regulatórios, úteis, eficazes, classificatórios e individualistas.

Emerge dessa concepção, um roteiro pré-estabelecido do que seria uma dualidade entre os homens de "bem e o do mal", daqueles que precisam ser subservientes, quantificados e

combatidos. A pobreza se justificava pela falta de sacrifício por parte daquele que não souberam "poupar" ou "acumular bens". As ações imbricadas entre o "Estado" e os "homens de bem e detentores de bens" seriam uma medida justificada como algo necessário ao bem-estar de todos (CAPRA, 1999). Podemos, então, compreender que esse processo emergiu mediante um "complexo de discursos" que criam "representações" de quem seriam os "despossuídos", e, que vão se atualizando constantemente e sendo incorporado por instituições, teorias, estudos científicos, políticas públicas, e, principalmente, pelos próprios atores que são rotulados como tal.

A dinâmica da economia, inaugurada com a Revolução Industrial (1760), antes de eliminar a pobreza, com a ampliação da demanda por força de trabalho para mover as máquinas, trouxe à tona uma forma de pobreza até então desconhecida, "industrializada e urbana" (Borges e Kraychete, 2007). A dinâmica exposta, ilustra a necessidade da dinâmica da regulação da massa dos "despossuídos", sendo que mediante a falta de meios produtivos, precisa vender a sua força de trabalho, acentuando os efeitos regulatórios sobre o corpo-pobre. A urbanização e industrialização, são outros fatores que emergem nesse período, configurando uma outra nuance ao conceito de pobreza, a qual decidimos chamar de "pobreza fabri-urbanizada".

A "pobreza fabri-urbanizada" dentro desse contexto, passar a ser pensada a partir de instrumentos no mercado de trabalho, sobre a força de trabalho e assistência aos desamparados pela máquina do sistema produtivo.

> No decorrer do Século XIX, a definição de um padrão de regulação vai desde a instituição de medidas que favoreçam a constituição de um mercado de trabalho competitivo, a partir da proletarização da força de trabalho, até a recomposição de instituições que promovam a assistência para os que não conseguiam colocação produtiva (Polanyi, 2000).

Formas de organização do trabalho, a eficácia do tempo de produção, são elementos que ajudam as formas de controle e "classificação" daqueles que seriam denominados "pobres", "desamparados", "despossuídos", na qual se enquadram nessa posição devido à falta de trabalho ou de uma renda mínima de subsistência.

A arquitetura da pobreza-fabri-urbanizada, as ações filantrópicas realizadas ao ditos "pobres", são questões que se prolongam por um longo período. No ano de 1834, a denominada segunda lei dos pobres, a partir do pensamento de Malthus, encara a beneficência realizada aos desassistidos como um estímulo a miséria. Sendo que as ações filantrópicas seria um estimulo aos costumes e hábitos dos pobres, isto é, às supostas causas da pobreza (MONTAÑO, 2011).

As estratégias de atribuir a figura do pobre a mendicância e a vadiagem configura possibilidades de enquadra-los como criminosos e vagabundos, em meio a um processo que

classifica os corpos que devem ser "inclusos" e os que devem ser exclusos e repreendidos. Atribui-se ao indivíduo sua própria condição, justificando-se, dessa forma, as intervenções, regulações, disciplinarização e controle desses corpos. Modela-se corpos-pobres-autorresponsáveis, atribuindo-lhes toda a responsabilidade pelas condições de vida em que se encontram e as punições impostas a estes corpos.

Pensando o esquema de passagem dos modos de produção "artesanal-mercantil", para o modo de produção taylorista-fordista, episódio complexo e lento, acreditamos que traços de articulações e rearticulações na implementação de técnicas e procedimentos relacionados ao trabalho, modificou as formas de identificar ou enquadrar o que seria o corpo-pobre.

A estratégia de um modelo de produção em massa, juntamente com o receituário Keynesiano de um Estado de Bem-Estar Social, engendram uma nova sociabilidade, conforme Pinto (2012, p. 135):

> Um projeto de sociabilidade cujo objetivo era compor um coletivo de homens e mulheres dispostos não só a trabalhar, no âmbito das empresas, mas a viver, em todos os demais espaços do cotidiano, uma vida maquinal, enquanto consumidores de serviços e produtos industrializados em massa.

O Estado de Bem-Estar Social se molda, dessa forma, com a concepção de um estado garantidor dos direitos dos cidadãos, do estado capaz de melhorar as condições de vida da população, garantindo o mínimo de saúde, educação, habitação, renda e seguridade social. Porém, é importante compreender esse movimento como um momento em que há a necessidade de reestrutução do capital, que estava diante uma crise naquela época, pautado na seguinte estratégia, inventar um novo tipo de trabalhador, com o título de cidadão, adaptado ao consumo de massa (PINTO, 2012).

Caracteriza-se assim, uma estratégia de interiorização de regras, valores, padronização de modos de existência, ou seja, um projeto de regulação mais sofisticado, e articulado com um Estado de Bem-Estar Social dito como um projeto político "desenvolvimentista e cidadão". De um lado, certa garantia de *direitos políticos e sociais mínimos* aos trabalhadores e, de outro, *uma política econômica de crescimento keynesiana*, cuja origem remonta aos anos que se seguiram à crise de 1929 (PINTO, 2012, p. 146, *grifos nossos*).

A fórmula prescrita seria composta de uma agenda estratégica e sagaz, forjou-se assim, um instrumento que trazia o discurso de uma mínima seguridade aos desassistidos e, por outro lado, geração de emprego e renda. Facilmente visualizamos que o desenho articulado se processava na concepção de um panorama de "condições favoráveis" à inserção dos ditos "pobres saudáveis" no mercado de trabalho. O modelo da política keynesiana desenhava-se da seguinte forma:

> (...) o investimento adicional aumentará sempre o emprego e, portanto, o nível total de renda, o que, por sua vez, levará a uma maior demanda de bens de consumo. Desse modo, o investimento estimulará o crescimento econômico e aumentará a riqueza nacional, que, finalmente, "escorrerá aos poucos" para os pobres (CAPRA, 1999, p. 202).

Encontramos nessa passagem o suporte científico apresentado por Keynes que, por um lado, apresenta um remédio mágico para a dinâmica da economia, por outro lado, apresenta *benesses* aos ditos "pobres", condição necessária para manter o receituário do crescimento. Essa lógica apresentada, reatualiza a estratégia de modelagem do *corpo-pobre-autorresponsável* pelas suas condições de vida.

Nas andanças por esses espaços lisos, produtores e inventores de enquadramentos sobre os pobres:

> Na economia mercantilista, a população pobre – ociosa, vagabunda, desempregada -, não sendo produtora ou consumidora, devia ser internada nas instituições para ela destinadas como meio de exclui-la do circuito econômico. Com o capitalismo nascente, que tem necessidade de operários e para quem o homem aparece como criador de valor, não se pode mais confundir a pobreza – rarefação de gêneros alimentícios e de dinheiro – com a população, que é a força produtora das riquezas e, por isso, ela mesma uma riqueza. "Erro grosseiro do internamento e erro econômico: acredita-se acabar como a miséria pondo para fora do circuito e mantendo pela caridade, uma população pobre. Na verdade, mascara-se artificialmente a pobreza e se suprime uma parte da população, riqueza sempre dada. Desprezando essa racionalidade caduca do internamento, o capitalismo tem como imperativo tornar a população força de trabalho (MACHADO, 2012, p.46).

Esses movimentos de transição do mercantilismo para o capitalismo sobre os corpos pobres, foram os expostos por nós anteriormente, expomos nuances das alterações do corpo pobre, que passa de um corpo carimbado como inútil, excluso, recluso, para um corpo necessário, gerador de riquezas, força produtiva, autorresponsável.

Com essa nova configuração do corpo-pobre, Machado (2012) debate sobre as alterações no modelo econômico para resolver os seus problemas (ajustes necessários) e as necessárias transformações da política assistencial efetuadas, algo já frisado por nós anteriormente, como por exemplo, as casas de apoios aos pobres (Inglaterra). Machado informa que o internamento cria ou mantém a pobreza, não se deve, em princípio, internar, mas assistir aos pobres em liberdade. A política assistencial, porém, não seria homogênea. Quase todos os projetos da segunda metade do século XVIII baseiam-se na distribuição de duas categorias: os "pobres válidos" e os "pobres doentes". Válido seria o elemento considerado positivo para a sociedade. É alguém que pode trabalhar e, por isso, deve-se fazer trabalhar e não excluir da vida social. O doente, ao contrário, um peso morto, um elemento negativo, sem utilidade econômica, no entanto, sua assistência é um dever social para o pensamento filantrópico. A questão é como deve ser organizada essa assistência: se deve ser estatal, e organizada em grandes instituições,

ou privada, tendo por base a família, o que é a ideia da maioria, por apresentar vantagens sentimentais, econômicas e médicas.

Os corpos-pobres "maus", "desobedientes", pertencentes ao quadro dos "pobres válidos", o Estado deveria capturá-los com mão de ferro, e, ao mesmo tempo, corrigi-los pela reprovação pública e pela intensificação das coerções administrativas e das sanções penais (Wacquant, 2004). Seria assim, uma espécie de "liberdade" regulada, aprisionada, categorizada e seletiva.

3.2 Desenvolvimento econômico, crescimento econômico, ações e orientações institucionais: errâncias e processos de (re)produzir e modelar corporeidades-pobres

Decidimos andar por caminhos erráticos, discursos multiformes e padronizados que, falam e carimbam em nome de um coletivo, conceitos que direcionam e estereotipam vidas, esse será nosso direcionamento a ser realizado nesta subseção. Buscamos assim, nesse tópico, escavar processos que modificam e modelam corporeidades pobres, tomando por base os conceitos de crescimento econômico, desenvolvimento econômico, além, das ações e orientações de organismos internacionais.

Nos anos de 1930, nos deparamos com a aplicação da contabilidade nacional, que emerge com a teoria Keynesiana, na qual emerge a chamada comparação via renda per capita dos diferentes países, configurando-se como outra modalidade para classificar os países como "ricos" ou "pobres" (Souza, 2012). Deparamos assim, com a invenção de um recorte numérico utilizado para classificar e especular espaços "pobres" e extrair vantagens, mas com a justificativa de combater esse problema como uma questão econômica, humanitária e política.

> Com o aperfeiçoamento das estatísticas oficiais e a divulgação desses estudos, constatou-se que 2/3 da população mundial, classificados como "pobres", possuíam renda per capita bastante inferior àquela da minoria de países ricos, geradores de 5/6 da produção mundial. A miséria nos países "pobres", sem dúvida o maior problema econômico mundial, tornou-se urgente o estudo das "causas da pobreza das nações" (SOUZA, 2012, p.3).

A concepção estrita do conceito de crescimento econômico como medida quantitativa necessária e suficiente ao bem-estar da população, é um instrumento defendido por economistas clássicos, pós-clássicos, presente nos séculos XVII e se arrasta até metade do século XX. As ideias de "*Laissez Faire*", mão invisível, liberalismo econômico, individualismo, os indicadores do produto interno bruto (PIB) ou produto nacional bruto (PNB), são instrumentos que configurariam o caminho para a busca de melhorias de condições de bem-estar da população,

ou seja, o desenvolvimento econômico seria uma consequência natural do crescimento econômico (CARNEIRO e BAGOLIN, 2012).

Em suma, a ideia central do conceito de crescimento econômico se baseia no desejo de acumular riquezas, hierarquizar nações ou países, como "ricos" ou "pobres", ou seja, a concepção de um ciclo natural de prosperidade.

Dada a ocorrência de duas guerras mundiais primeira (1914-1918) e segunda guerra mundial (1939-1945), os redirecionamentos aos países afetados por esses dois episódios, delinearam ações articuladas a recuperação da economia dos mesmos, redirecionando a necessidade de se pensar o crescimento econômico articulado à políticas de desenvolvimento, ou seja, o desenvolvimento passa a "ganhar" outros contornos, sendo que alguns economistas passam a tratar o crescimento como condição necessária ao desenvolvimento, porém não suficiente.

A partir dos anos de 1950, o termo desenvolvimento econômico ganha espaço nos debates econômicos e sociais. Na maior parte das décadas de 1950 e 1960, a ideia de desenvolvimento baseia-se na concepção de crescimento agregado. De acordo com Carneiro e Bagolin:

> A discussão sobre crescimento e desenvolvimento ganhou intensidade na década de 1950, pós segunda-guerra. Nesse período os dois termos eram usados quase que de maneira indistinta. Afirmava-se que o crescimento econômico era o principal meio para se alcançar o desenvolvimento econômico, assim quanto maior seu produto interno bruto mais desenvolvido seria este país (2012, p.7).

Meade, Solow, Keynes, Harrod-Domar, foram alguns pensadores neoclássicos que enfatizavam modelos de acumulação de capital como fator para a geração de crescimento econômico. A concepção seria de que o crescimento econômico, distribuindo diretamente renda entre os proprietários dos fatores de produção, conceberia automaticamente uma melhoria dos padrões de vida e o desenvolvimento econômico (Carneiro e Bagolin, 2012).

A partir deste panorama apresentado, verificamos a permanência da importância atribuída a elementos meramente quantitativo do crescimento econômico, encarado como um receituário natural e automático dos problemas sociais, econômicos, políticos, institucionais, dentre outros.

A discussão da binariedade entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, entre os anos 1960/70, é colocado em pauta por estudiosos. A engrenagem matemática, ferramentais econométricos, elaboração de banco de dados, são os artifícios "inventados" para classificar, atualizar a noção de "países ricos e pobres", "países desenvolvidos e subdesenvolvidos", dentre outras classificações. O argumento seria procurar entender as causas do subdesenvolvimento,

comparar com os desenvolvidos e buscar soluções para os problemas destes países (Carneiro e Bagolin, 2012).

Para Lacerda e Neder (2011), a pobreza é um tema interconectado com a questão do desenvolvimento econômico. Sendo que, nos anos de 1960, intensifica-se a discussão sobre os processos de crescimento e desenvolvimento econômico dos diversos países, no qual o estudo da pobreza adquire expressividade dentro dessa ciência, tornando-se uma área de pesquisa específica. Reforçamos assim, a relevância de tratar as interconexões do conceito de pobreza, aos de crescimento econômico e desenvolvimento, como instrumentos de engendramento de corporeidades-pobres.

Tendo como pressuposto noções filosóficas de Orlandi (2004) sobre os corpos, este autor salienta que a produção de corpos apresenta um caráter provisório, reformável, sendo que há a criação de corpos para se falar de outros corpos, para agir sobre esses corpos, estereotipar, moldar corporeidades outras. Compreendemos assim, o conceito de desenvolvimento, como uma reformulação, atualização de um corpo conceitual outro, qual seja, crescimento, como uma estratégia apoiada em um outro discurso, não focado apenas na acumulação, mais, também na distribuição, em melhorias sociais, elemento que não se restringe à elementos quantitativos, amplia-se aos "elementos qualitativos". Essas modificações, atualizações conceituais, age diretamente sobre a atualização do conceito de pobre e pobreza.

O desenho forjado sobre a pobreza, no período em que o conceito de desenvolvimento econômico entra em debate, caracteriza-se pela necessidade de padronização de estilos de vida. A pobreza apresentada, ganha *status* de preocupação mundial, e a sua eliminação é um fator necessário. Diante dessa conjuntura, visualizamos que a percepção do corpo-pobre, é compreendido como uma anomalia, um instrumento que precisa estar inserido no trabalho produtivo, obter condições mínimas necessárias para sobrevivência. A articulação entre mercado e estado seria um contorno eficiente e necessário. O desenvolvimento prescrito, resultado das ações do mercado, seria responsável pela criação de empregos e justiça social. O estado funcionaria como um articulador e regulador desse processo.

Os números e as preocupações sobre a pobreza, apresentados a partir dos anos 1970, destacam-se mais ainda, encarada como um fator de suma relevância a ser estudado e analisado para se buscar de fato o desenvolvimento (CARNEIRO E BAGOLIN, 2012). A preocupação em identificar os ditos pobres, possibilita o refinamento e estratégias estatísticas, para a elaboração de políticas em nome da "erradicação da pobreza e do bem-estar da população".

Mediante essa outra configuração, fluxos de uma nova roupagem econômica, organismos, agências multilaterais, acordos e documentos internacionais, diante de um cenário

de “esgotamento” do modelo pós-keynesiano, passa a adotar outras estratégias em nome do crescimento e desenvolvimento econômico, especialmente, a partir dos anos de 1990. Ocorre, então, a implementação e modernização de novos canais de fluxos e movimentos dos instrumentos utilizados para qualificar, denominar, classificar e identificar os” pobres”, “extremamente pobres”, “indigentes”, enfim, uma série de técnicas sofisticadas de criação de modelos, linhas e métodos contra o ‘pobre-problema”. De acordo com o Siqueira (2012, p. 355):

> “As agências multilaterais se consagraram como as mais apropriadas para *promover ações e políticas de alívio à pobreza*, ou seja: ajuda internacional mediante transferência *de capitais e tecnologias.* É diante desse contexto que o *Banco Mundial* vem assumindo a expressão do multilateralismo e se tornando o principal promotor das políticas de combate à pobreza, sobretudo nos países da periferia.”

No ano de 1946, a Organização das Nações Unidas (ONU), já postulava em seu suporte institucional a necessidade de erradicar a pobreza, problema este, encarado como uma ameaça tanto para as populações ditas “pobres”, como para as áreas mais prósperas (SIMIONATTO E NOGUEIRA, 2001, p. 17).

A preocupação com a temática da pobreza como entrave ao crescimento, desenvolvimento, ganha espaço de intensos debates a partir dos anos 1990, cúpulas, relatórios e documentos internacionais “propõem pensar a garantia de direitos sociais e humanos” (CARNEIRO E BAGOLIN, 2012).

No documento das Nações Unidas, 1992, a pobreza é concebida como um entrave ao crescimento, tanto por questões de redução do mercado interno e a insuficiência de um novo fator-chave de produção da modernidade, o conhecimento. A pobreza adquire uma nova performance, o conhecimento passa a ser um condicionante da posição social do corpo-pobre.

Podemos conferir que esse novo conceito emerge, a partir, das nuances enfrentadas pelo advento da modernidade, em que os ideais neoliberais começam a se dissipar mundialmente. A partir das alarmantes estatísticas do nível de escolaridade dos países subdesenvolvidos apontadas na Declaração de Jomtiem[9]: A ordem seria educar todos, alfabetizar, instruir, investir em conhecimento, qualificação que favorece o mercado de trabalho.

[9] A Declaração de Jomtiem apresenta uma leitura da realidade educacional daquele contexto que apontava para o seguinte quadro: mais de 100 milhões de crianças, das quais pelo menos 60 milhões são meninas, não têm acesso ao ensino primário; mais de 960 milhões de adultos - dois terços dos quais mulheres são analfabetos, e o analfabetismo funcional é um problema significativo em todos os países industrializados ou em desenvolvimento; mais de um terço dos adultos do mundo não têm acesso ao conhecimento impresso, às novas habilidades e tecnologias, que poderiam melhorar a qualidade de vida e ajudá-los a perceber e a adaptar-se às mudanças sociais e culturais; e mais de 100 milhões de crianças e incontáveis adultos não conseguem concluir o ciclo básico, e

No ano de 1995, ocorre a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social, realizada em Copenhague, na Dinamarca, com o propósito de debater o aumento da dinâmica dos "problemas sociais". Inaugurou-se no evento o chamado Relógio da Pobreza, com a justificativa de mostrar a dramaticidade, a rapidez do crescimento da pobreza no mundo (WERTHEIN E NOLETO, 2003). Nesse relógio, a cada minuto, 47 pessoas se somavam ao já enorme contingente de pobres, o que representava por ano, à época, nada menos que 25 milhões de pessoas. Porém é compreensível, que mediante a conjuntura e práticas econômicas, sociais e políticas, o intuito era ter-se uma melhor identificação, quantificação e enquadramento dos ditos "pobres", por meio de metodologias que estratificam, ratificam e modelam. A necessidade desse acompanhamento, da figura de um relógio-bomba, nos passa a imagem dos ditos pobres como uma ameaça que pode explodir a qualquer momento, necessitando ser controlada e conhecida. É um instrumento que serviria como monitoramento e controle.

Juntamente a pauta das discussões do crescimento econômico, desenvolvimento econômico e social, se incorpora o discurso da "preocupação" com o meio ambiente, com desenvolvimento sustentável, concepções que atravessam o documento elaborado pela Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social.

Contradições e equivalências, também, atravessam as concepções de crescimento, desenvolvimento, sustentabilidade presente no documento. A inclusão do discurso do desenvolvimento sustentável no documento da Cúpula, emerge em meio a discussões sobre a necessidade de se pensar em uma outra possibilidade de crescimento e desenvolvimento que dialogasse com o meio ambiente, sendo que no ano 1987 o Relatório de Brundtland discutia a necessidade de se pensar na questão da sustentabilidade, apresentado a seguinte definição: "o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades" (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 46)

O documento da cúpula em seu artigo 6°, expõe o que considera o alicerce para o desenvolvimento sustentável, e de forma pejorativa apresenta a posição do "pobre" nesse contexto. O pobre é apresentado como uma figura que precisa ser administrado, educado, para que assim, possa utilizar-se dos recursos ambientais, fundamento para o desenvolvimento sustentável:

---

outros milhões, apesar de concluí-lo, não conseguem adquirir conhecimentos e habilidades essenciais (WCEFA, 1990).

> Estamos profundamente convencidos de que o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento social e a proteção do meio ambiente são componentes interdependentes do desenvolvimento sustentável e fortalecem-se mutuamente, o que constitui o quadro dos nossos esforços no sentido de alcançar uma melhor qualidade de vida para todas as pessoas. *Um desenvolvimento social equitativo que reconheça aos pobres o poder necessário para utilizar de modo sustentável os recursos ambientais, é o fundamento necessário do desenvolvimento sustentável*. Reconhecemos também que para sustentar o desenvolvimento e a justiça social é necessário um crescimento econômico alargado e sustentado, no contexto do desenvolvimento sustentável (Grifos nossos).

A concepção de um quadro hegemônico de orientação de políticas neoliberais, a mundialização ou globalização, compõem o pano de fundo que alicerça o crescimento econômico sustentado, sendo que, segundo o documento, esses elementos seriam parâmetros necessários para melhorias sociais. Orientações presentes no documento, que balizam as bases políticas, econômicas e sociais para países ditos subdesenvolvidos.

O discurso apresentado sobre à pobreza é o da concepção desta como uma chaga social, uma doença a ser eliminada, um afetar à dignidade humana. A "ordem" seria colocar o ser humano no centro do desenvolvimento e orientar a economia para uma satisfação mais eficaz das necessidades humanas, buscando erradicar a pobreza, exclusão social e gerar emprego produtivo. Discurso que, de certa forma, posiciona o pobre, como um objeto manejável, manipulável e, ao mesmo tempo, um entrave ao desenvolvimento das sociedades. Contraditoriamente, a forma para se colocar o sujeito-pobre no centro das discussões seria por meio da implementação de um estado mínimo, políticas de cunho neoliberal, implementação de tecnologias, políticas educacionais, informacionais e formação destinadas aos trabalhadores, que delineariam o desenvolvimento social e econômico.

Recorrendo ao Relatório apresentado pelo Banco Mundial em parceira com o Fundo Monetário Internacional – FMI, no ano de 2004, sobre o desenvolvimento e redução da pobreza, constatamos as percepções sobre os conceitos de Desenvolvimento e Pobreza, nos anos de 1990 e 2000, e as projeções para 2015 e 2030. A concepção de desenvolvimento apresentada no início do documento estabelece claramente a ideia de inferioridade atribuída aos corpos pobres, e a necessidade de padronização de renda e consumo das nações e pessoas pobres, ou seja, fala-se em nome de um projeto padrão inventado de formas de vidas e a necessidade do enquadramento dos considerados "desalinhados". Como consta no relatório, que:

> (...) as pessoas em todas as partes podem comparar-se às sociedades desenvolvidas mais ricas e estão ansiosas para reduzir o abismo existente entre renda e consumo. Em todos os lugares as pessoas podem comparar sua situação com a das sociedades mais ricas e desenvolvidas – e elas ficam ansiosas para reduzir as imensas diferenças de renda e consumo que a separam (2004, p. 1).

O relatório acentua que no decorrer dos debates sobre o conceito de desenvolvimento, a década de 1990 foi um marco no debate sobre a pobreza, haja vista a dinâmica e preocupação com a redução da pobreza como meta principal do desenvolvimento e da assistência do desenvolvimento. Faz-se uma comparação da noção do conceito, com os anos de 1950 e 1960, e 1970-1980. Nos anos 1950-1960, o conceito de desenvolvimento para a maioria dos autores era sinônimo de crescimento, ou seja, melhoras no Produto Interno Bruto-PIB, nos termos quantitativos, automaticamente resultaria em melhorias gerais para população. No período de 1970, amplia-se a discussão do conceito, sendo a ideia do desenvolvimento inerente a mudança social e econômica. Apesar dessa concepção, esse período, segundo o Relatório é marcado por uma irrelevância a questão da pobreza, diante de um cenário de "crises macroeconômicas", ou processos de reestruturação do capital.

A preocupação dos anos 90, seria de aliar a concepção de crescimento a redução da pobreza, articulá-los em prol do desenvolvimento das sociedades, não tratar crescimento e pobreza como antagônicos. Seria a compreensão da pobreza como um processo não somente restrito a um baixo nível de renda ou consumo. Necessitava-se de uma compreensão ampla da pobreza, como um processo de restrição de necessidades básicas, saúde, educação, alimentação, meio ambiente e participação nas decisões que afetam a vida das pessoas de baixa renda. Estaria presente as contribuições do economista Amartya Sen, na qual o desenvolvimento teria um caráter libertário e emancipatório.

Reconfigura-se assim, a forma de se dizer o que é pobreza, diante um cenário em que a formação, a dinâmica das relações estabelecidas na sociedade em nome de um projeto de capital, valida novos discursos de se pensar o corpo do pobre, como um elemento "intruso", sendo necessário pensar estratégias para administrá-los. As modificações do conceito de pobreza, que parte de uma visão unidimensional (restrição monetária), para uma perspectiva múltipla, englobando as concepções de necessidades básicas e capacitações, não se deu por acaso, ocorre em meio a processualidades sociais, econômicas, políticas, acadêmicas, que diante a dinâmica do capital "rizomático", cria, reinventa, altera, modela condições de vida, engendrando discursos que são reproduzidos nas instituições, teorias, regras e posições de organismos internacionais, direcionamentos das políticas públicas, ou seja, forma-se práticas discursivas regulares e normatizadas, fato observado em determinados espaços e tempos.

A dinâmica do conceito de desenvolvimento atrelado a preocupação com a redução da pobreza nos anos 90, emergem em consonância com um novo modelo de administração da produção e do trabalho, denominado toyotismo. A estratégia influencia diretamente na necessidade de novo modo de se pensar, de dizer, a condição do desempregado, pobre,

desvalido de instrução educacional. Esse modelo, "tornou-se" adequado às condições de uma transição para a pós-grande indústria e à consolidação do trabalho imaterial na esfera produtiva, que exige uma nova forma de cooperação complexa na produção capitalista, com a subjetividade do trabalho tornando-se seu fulcro essencial (LAZZARATO, 1997).

Recorrendo ao trabalho realizado por Mascarenhas (2016) no qual é empreendido uma análise do relatório do Banco Mundial de 1990, a autora apresenta como a concepção de capital humano desenvolvida por Theodore Schultz, é utilizado como estratégia de desenvolvimento econômico e para explicar a questão da pobreza. De acordo com Mascarenhas (2016, p.5)

> A "teoria do capital humano", de Theodore Schultz (1973), concede sustentação teórica ao *Relatório d*o Banco Mundial sobre a pobreza nos anos de 1990. Ele afirma que o homem pode ser um obstáculo ao desenvolvimento econômico, se não possuir capital humano necessário, logo a superação da desigualdade de renda está no investimento em capital humano, e, não, em capitais externos – estrutura, equipamento, bens e mercadorias. Shultz (1973) defende a tese do acúmulo de "capital humano" enquanto elemento determinante para as condições de vida do indivíduo, pois "[...] os trabalhadores se transformaram em capitalistas [...] pela aquisição de conhecimento e de capacidades que possuem valor econômico" (SHULTZ, 1973, p. 35). Para o autor, "[...] a característica distinta do capital humano é a de que é ele parte do homem" (SHULTZ, 1973, p. 53), sendo, portanto, um investimento em si próprio. Assim, dentre os principais investimentos a serem feitos, Shultz (1973, p. 79) elege um central, e propõe "[...] tratar a educação como um investimento e tratar suas consequências como uma forma de capital". Em última análise no *Relatório* de 1990 do Banco Mundial, o pobre é visto como o responsável por sua própria condição de pobreza.

Conexões de elementos possibilitaram ou forjaram a estruturação de uma nova ou outra face da pobreza. A flexibilização substitui a produção em massa, a produção individual é substituída pela dimensão criativa e proativa, o capital humano é apresentado como determinantes nas condições de vida dos indivíduos, e mais uma vez é atribuído ao corpo pobre a responsabilidade pela sua condição. Mediante esses moldes, passa-se a entender a pobreza como um entrave para o crescimento, como destacado no documento das Nações Unidas, na qual o conhecimento seria a porta de saída desse problema.

A necessidade da manutenção de um modo de sociedade, se engendra por vários discursos e políticas econômicas, sociais. A série de acontecimentos, regularidades discursivas projetadas, apresentadas anteriormente, passam a moldar um outro discurso do corpo do pobre, compreendido como "corpo pobre- mercado-conhecimento-autorresponsável". É agregado a concepção do sujeito-pobre, o conhecimento, elemento necessário para a dinâmica do crescimento e desenvolvimento das economias e da nação. Reatualiza-se a concepção do corpo-pobre que necessita ser qualificado, sendo responsabilidade deste o aperfeiçoamento e

formação educacional, dado que teria condições necessárias para superar seu destino de "sofrimento", característica naturalmente destinada a qualificar os ditos "pobres".

A concepção de pobreza e de pobre é "modificada" no *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial* de 2000-2001. Continua a se pensar a pobreza tendo como base a renda, no entanto, a pobreza passa a ser vista como fenômeno multidimensional e considerada uma "privação acentuada de bem-estar", conceituada em de três eixos: (i) falta de renda e recursos para atender necessidades básicas, incluindo níveis aceitáveis de educação e saúde; (ii) falta de voz e de poder nas instituições estatais e na sociedade; (iii) vulnerabilidade a choques adversos e exposição a riscos, combinados com uma incapacidade de enfrentá-los (UGÁ, 2008, p. 135).

Ao mesmo tempo, a condição do corpo-pobre como o despossuído-incapaz-impotente é acentuada a partir do relatório de 2000/2001, nele o indivíduo pobre é aquele que não possui ativos, logo, não possui rendimentos e, sendo responsabilizado por sua condição, é visto como um não sujeito, sem recurso, sem influência, sem voz, sem poder (Mascarenhas, 2016).

O estudo realizado pelo Banco Mundial intitulado Vozes dos Pobres, realizado em 60 países, com mais de 60.000 pessoas, por mais de 10 anos, e publicado no ano 2000, serviu de base para o Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000/01. Questionou aos entrevistados (que o relatório chama de pobres), o que entendem por bem-estar (uma boa experiência de vida) e mal-estar (uma má experiência de vida). Apresentamos dois relatos destacados no relatório, que intensificam o significado da pobreza, de ser pobre, como processos puramente material e humilhante.

> *Não me pergunte o que é pobreza porque você viu ela do lado de fora da minha casa. Olhe a casa e conte o número de buracos. Veja os utensílios e as roupas que estou usando. Olhe tudo e escreva sobre o que viu. O que você está vendo é pobreza.*
> *— Homem pobre, Quênia*
>
> *Pobreza é humilhação, depender dos outros e ter que aceitar rispidez, insultos e indiferença quando buscamos ajuda.*
> *— Mulher pobre, Letônia*
> *(Relatos extraídos do Relatório sobre o desenvolvimento mundial, 2000/01)*

Analisando a forma como o relatório apresenta os relatos da então pesquisa intitulada "as vozes dos pobres", verificamos como é impresso, significado, a figura do pobre, sendo que, nomeia-se as falas dos entrevistados como (Homem ou uma Mulher pobre de tal país), ou seja, o dito "pobre" é apresentado como aquele que não tem nome, uma figura sem vez, nem voz. Há uma clara intencionalidade de reduzir o corpo-pobre a um indivíduo que não tem recursos materiais, não tem possibilidades. Um miserável e humilhado. A pesquisa realizada,

nitidamente, busca provar essa "natural impressão", porém, precisamos analisar quais os lugares escolhidos, os indivíduos selecionados, as variáveis constantes na pesquisa, ou seja, uma série de escolhas metodológicas que funcionam como um elemento já moldado, delimitado, para somente, confirmar aquilo que já está dado. Apesar de ser descrita como qualitativa, congrega um recorte extremamente quantitativo. Movimento que se realiza na maioria das pesquisas, que engendra "o pobre" como um corte estritamente delimitado, fazendo-se necessário, apenas, construir tabelas, gráficos, estatísticas, que fala, reduz, estereotipa e adjetiva a vida do pobre e os lugares pobres.

Desse modo, entendemos que Sen (2000) define o pobre a partir do "pressuposto da falta", da negatividade, como o avesso do que deveria ser. Portanto, os pobres não são pensados a partir de sua "positividade concreta" (como são, como vivem, como agem, como pensam etc.), a partir da qual se define o horizonte de sua atuação no mundo social e a possibilidade de transposição dessa atuação para o plano propriamente político" Pelo contrário, são pensados a partir do que lhes falta, do que não têm. Deixar de ser pobre é superar esse "vazio" (MASCARENHAS, 2016).

Recorrendo a um espaço de tempo mais recente, no dia 25 de setembro de 2015 foi aprovada a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a qual contém 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas relacionadas. Os ODS aprovados foram construídos sobre as bases estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), de maneira a completar o trabalho e responder aos novos desafios

O documento final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 dispõe que o desenvolvimento de objetivos e metas, tal qual aplicado em relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, seria útil na busca do desenvolvimento sustentável, por meio de ações focadas e coerentes.

O primeiro objetivo proposto no documento é a Erradicação da Pobreza- acabar com a pobreza em todas a suas formas, em todos os lugares – porém o recorte do conceito de pobreza apresentado no documento desqualifica a ideia de "todas formas", uma vez que de início o documento já impõe a condição de USS 1,25 por dia, para a erradicação do que chamam de extrema pobreza. Dentre outras contradições, que em sentido restrito, abraça apenas a dimensão monetária ou a renda. A padronização, estipulação de um recorte de renda universal para definir-se pobre é um elemento permanente, recorrente, atual e estratégico, onde o corpo pobre passeia por "linhas", "classes" e "posições", inventadas, forjadas, reformuladas e atualizadas de acordo com as performances discursivas e não discursivas em dado espaço e tempo, recordando, mais uma vez, a contribuição de Foucault.

Explorando a questão da concepção do desenvolvimento sustentável, verificamos como termo sustentável atrelado ao desenvolvimento funciona como um charme, dado que a ideia de desenvolvimento proposto se baseia nas mesmas concepções conceituais simplistas de crescimento e desenvolvimento econômico, porém o adjetivo "sustentável" imprime um rosto novo, um rosto de "preocupação social e ambiental", daí a apropriação desse termo como estratégia de "lucratividade", travestida de um "capital verde e social". Segundo Kaychene &Borges (2007), o próprio conceito de desenvolvimento sustentável postulado pelo relatório de Brutland é paradoxal, pois o desenvolvimento não se assegura somente com a distribuição equânime dos recursos capazes de suprir as necessidades das gerações atuais, como das gerações futuras. Há uma lacuna ou paradoxo presente nesse conceito se na proposição de "suprimento de necessidades", pois a partir dessa premissa várias interpretações podem ser tomadas e alguns questionamentos: Que necessidades são essas? Que equidade se busca? Busca-se equiparar um mesmo modelo de consumo mundial? Ou seja, questionamentos que são apropriados de acordo com os propósitos individuais, abrindo espaço para formulação, construção, invenção de "corporeidades manejadas e fantasiadas".

Constatamos no desenho dos órgãos e relatórios internacionais as mais diversas classificações, adjetivações, engendradas sobre o conceito de desenvolvimento. Gómez (2003) em trabalho intitulado crítica ao conceito de desenvolvimento, questiona essas adjetivações sobre o conceito de desenvolvimento. Menciona que as mesmas funcionam como estratégias de dominação. Solidário, social, sustentável, local, são as mais diversas nomenclaturas atribuídas ao termo, sendo estas disseminadas por instituições, agências multilaterais, entes governamentais, por meio de um discurso "humanizador do capital".

O trabalho de Gómez (2003) nos ajuda a pensar no sentido de que as recorrentes atualizações nos conceitos de desenvolvimento, serve como um instrumento que atualiza a classificação e identificação dos ditos "pobres". Ora o corpo-pobre é encarado como força ameaçadora, ora é encarada como força dominada, regulada e assistida, ora é dado como um autorresponsável, ora sim, ora não, as estratégias criadas seguem uma mesma direção, controlar, conhecer, cunhar, estereotipar, rotular em nome de um projeto pré-estabelecido em tal período de tempo e espaço, por meio de formações e regularidades discursivas.

De acordo com Lima (2013), as adjetivações 'traduzem' tipos ou categorias de desenvolvimento que, de alguma forma, mascaram pretensões de rotulação (muitas vezes implícitas) que qualificam pessoas, grupos, regiões, setores ou parcelas da humanidade como aptos (ou não) a determinados benefícios do desenvolvimento.

Posições, contradições, orientações e reinvenções, são algumas palavras presentes que caracterizam as mudanças, rupturas e atualizações discursivas no tempo e nos espaços. Compreendemos os discursos do desenvolvimento, crescimento, sustentabilidade, como um conjunto estratégico, alinhado aos discursos de órgãos internacionais e um contexto mundial, onde o receituário do crescimento e desenvolvimento econômico cria, recria, controla, inventa formas e estratégias de compor e descompor corporeidades pobres.

Corpo-crescimento, corpo-desenvolvimento, corpo-pobre, corpo-agência, corpos que se entrecuzam, corpos que falam, corpos que atualizam, corpos virtuais, corpos de corpos. Enfim, corpos que saltitam e possibilitam pensar e dizer, dizer e pensar. Caminhos múltiplos, descontínuos, regularidades aprendidas, fugidias e em permanente atualizações. Desenho aberto, que abre espaço para um outro rabisco a ser engendrado na próxima subseção.

3.3 Conceituações sobre a "pobreza" e os "pobres" enquadramentos de corpos sofridos, desprivilegiados e impotentes

A influência da dinâmica da detenção de renda, das relações institucionais, classificações que vão de "alta renda à zero renda", faixas que sinalizam o que são o pobre extremo, o pobre mediano, vão se inventando ao longo das dinâmicas políticas, econômicas e sociais. As teorias, os estudos científicos, de um modo geral, incorporam essa lógica de forma natural e buscam novas rotulações, modelos, estruturas, realizando movimentos e troca de atores que, ora são isso, ora são aquilo, ora são apenas um número, uma classe, e sempre são "pobres".

Reafirmamos, de antemão, que nossa pesquisa não busca provar que a pobreza não é algo que exista e afete as pessoas, nosso intuito é analisar as transformações, modificações, alterações, enquadramentos teóricos, com foco na AD. Buscamos assim, nessa seção, apresentar a dinâmica e nuances da criação de "rostos" inventados sobre um corpo-pobre, e os enquadramentos de inferioridade, impotência, atribuídos a esses corpos, a partir de recortes teóricos forjados sobre o conceito de pobreza.

O conceito clássico de pobreza recorrente nas teorias, na formulação de políticas públicas, nas legislações, dentre outros instrumentos, restringe-se ao fator monetário ou o recorte da renda/consumo como critério de classificação dos pobres e não-pobres. Pedro Demo (1988) critica a noção de pobreza como sendo um instrumento de medição da carência humana a partir de um critério monetário. Afirma que uma definição razoável seria a de "repressão do

acesso às vantagens sociais", apontando a dinâmica do conceito como uma dinâmica dialética da sociedade, que se divide entre aqueles que concentram privilégios e aqueles que trabalham para sustentar os privilégios dos outros. Ser pobre não é apenas não ter, mas ser coibido de ter. Pobreza é, em sua essência, repressão, ou seja, resultado da discriminação sobre o terreno das vantagens.

Visualizamos no conceito apresentado por Demo, a nuance de divisão entre "privilegiados" e os "desprivilegiados", na qual se recorre a uma lógica repressiva, concentradora e impositiva nas relações sociais do trabalho. A ideia presente no conceito descaracteriza ou desconhece as forças ou potencialidades imanentes dessas pessoas ditas "pobres". Acaba por criar uma balança imóvel, de um lado ele apresenta os "detentores" e, do outro, os "submissos repreendidos".

A construção conceitual estática, que essencializa o outro, que despreza novas possibilidades do outro, ou seja, desconhece as multiplicidades do Outro é característico do pensamento ocidental, que opera em uma lógica essencialista do outro para, negando-o, constituir-se a si (PELBART, 2003). Operar por meio a decalques, redundâncias, construção de identidades fixas, não reconhecer as potências e possibilidades do Outro, é um desenho inerente a itinerância do pensamento dito moderno, rastrear conceitos sobre a pobreza que apesar de se autodenominarem críticos, atualizam a visão sobre rostos pobres, seguindo uma mesma lógica classificatória, binária e modelado por sofrimento, incapacidade e impotência.

Para Sprandel (2004), referindo-se a tese defendida por Poovey, considera um equívoco o fato de aceitarmos friamente o que os números pretendem mostrar. É proposto, dessa maneira, que identifiquemos o que seu uso revela e qual o seu interesse para os governantes. Neste sentido, sua teoria avança no sentido de questionar teses sobre a pobreza baseadas, apenas, em quantificações e focalizações. A proposta apresentada é interessante, apesar de restringir-se ao uso dos números sobre os pobres aos interesses dos governantes, uma vez que os dispositivos estatísticos funcionam como estratégia de poder presente nas mais diversas relações, não se restringe ao estado, ao governo. Recorrendo ao pensamento de Foucault, o poder não é um elemento centrado em algo ou em alguém, ocorre nas relações. A ideia que todos somos parte de uma engrenagem, reiterada por Foucault, nos ajuda a ampliar o entendimento do uso das estatísticas sobre os pobres, entendemos que a intenção de controle não está centrada em um governo de um país, mas de macro estratégias, interessadas no conhecimento, enquadramento desses corpos "pobres".

Para Romão (1982, *apud* DEMO, 1988, p.2) "a pobreza implica muito mais que meras considerações econômicas, nas necessidades não econômicas como de autorrealização,

liberdade, prestígio, participação na sociedade etc., porém difíceis de aferir". Ou seja, a facilidade de lidar com a quantificação, mensuração, reduz o conceito de pobreza, na maioria dos estudos, em mero resultado de carências. A figura do pobre apresentada pelo conceito de Romão, apesar de apontar novos direcionamentos para a pobreza, caracteriza o pobre como um desprestigiado, incapaz, um corpo sem voz e vez. Produz e posiciona o pobre por meio de vozes castradoras, configurando-o como um corpo fraco e desvalido de forças imanentes. Esse esquema favorece a interesses, constrói hierarquias, impõe recortes que se abatem sobre esses corpos e são disseminados nos discursos.

A partir do entendimento de Hoffman (2006), a pobreza é apresentada como um tipo de privação, que pode ser somente material ou incluir elementos de ordem cultural e social, em face dos recursos disponíveis individualmente ou por família. A privação, segundo Hoffman, pode ser de natureza absoluta, relativa ou subjetiva. Novos recortes, atualizações, engendramentos, outras definições do que é ser pobre emergem no decorrer do tempo, propósitos e despropósitos que tentam criar formas de se medir o que chamam de pobreza, que funciona como uma bandeja de indica(dores), na qual se escolhe a mais adequada para o lugar-tempo estudados.

Rocha (2006) ressalta que o conceito de pobreza absoluta está estreitamente vinculado às questões de sobrevivência física; portanto ao não atendimento das necessidades vinculada ao mínimo vital. O conceito de pobreza relativa define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominantemente na sociedade em questão, o que significa incorporar a redução das desigualdades de meios entre indivíduos como objetivo social.

Já o conceito de pobreza subjetiva se ancora no sentimento de impotência e exclusão social. Os indivíduos acometidos por essa situação são definidos como aqueles cuja renda está abaixo do que eles consideram como o imprescindível para viver. Assim, a subjetividade do conceito está relacionada à opinião dos indivíduos sobre a cesta de bens e serviços necessária à satisfação pessoal e ao gozo da cidadania. Outro fator que caracteriza esta vertente de análise é a dificuldade de mobilidade social, dados os fatores psicológicos e as dificuldades materiais de superação de tal situação (ESPÍNOLA E ZIMMERMANN, 2015; HOFFMAN, 2006).

As configurações, funcionalidades, estratégias e modulações conceituais sobre o conceito de pobre, passeiam em função de um mesmo desenho, o pobre como o esquecido, escondido, excluído, funciona como a espécie de um lago poluído que só tem função após sua revitalização, as intensidades e potencialidades desse lago são deixados de lado.

Paugan (1996, *apud* DEMO, 1998, p.30), apresenta conceitualmente três níveis sobre a pobreza: a) *pobreza integrada*: retém o sentido tradicional de pobreza, não indicando

propriamente o que se chama de exclusão social; “seu nível de vida é baixo, mas permanece fortemente integrada em seus espaços sociais organizados em torno da família e do bairro ou da vida”; mesmo quando desocupada, não se percebe estigmatização mais forte; Paugan acentua o lado da coesão social, mais do que a integração no mercado. b) *pobreza marginal:* na interseção entre pobreza tradicional e exclusão social c) *pobreza desqualificante:* ressalta a exclusão social propriamente dita; tais pobres se tornam cada vez mais numerosos, alijados da esfera produtiva e dependentes das instituições sociais, passando a viver sentimento de “inutilidade social”; também pessoas que não tiveram infância favorável podem, cada vez mais, descambar para tal pobreza: contrariamente à pobreza marginal, a amplitude deste fenômeno afeta o conjunto da sociedade e se torna o que chamamos de a ‘nova questão social’, ameaçadora da ordem social e da coesão dos indivíduos. A pobreza desqualificante é uma relação social para com os ‘pobres’ e com os ‘excluídos’ que gera uma angústia coletiva, pois cada vez mais pessoas são consideradas como pertencendo a estas categorias e muitos, de situação instável, temem aí decair.

Os três níveis de pobreza apresentados por Paugan sobre as condições dos pobres, estereotipiza as vidas dos chamados pobres, como vidas precárias, dominadas, dependentes, inúteis, ou seja, recai a uma mesma lógica de se criar sobre os ditos “pobres”, identidades caricatas de fragilidade.

Amartya Sen, Nobel em economia, propõe em seus estudos sobre o desenvolvimento como liberdade, pensar a pobreza a partir da privação das capacidades básicas. Para Sen (2010), é necessário compreender que a redução da pobreza de renda não pode ser o único objetivo de políticas de combate à pobreza. É perigoso ver a pobreza segundo a perspectiva limitada da privação de renda, e a partir disso justificar investimentos em educação, serviços de saúde, etc., com o argumento de que são bons meios para a redução da pobreza. Isso seria confundir os fins com os meios. A pobreza deve ser compreendida como a privação da vida que as pessoas realmente podem levar e das liberdades que elas realmente têm. A expansão das capacidades humanas enquadra-se justamente nesse ponto. Não se pode esquecer que o aumento das capacidades humanas tende a caminhar junto com a expansão das produtividades e do poder de auferir renda. Um aumento de capacidades ajuda direta e indiretamente a enriquecer a vida humana e a tornar as privações humanas mais raras e menos crônicas. As relações instrumentais, por mais importantes que sejam, não podem substituir a necessidade de uma compreensão básica da natureza e das características da pobreza (SEN, 2010).

Para Sen (2010), a perspectiva do termo “capacidade” melhora o entendimento da natureza e das causas da pobreza e privação desviando a atenção para os meios (e de um meio

específico que geralmente recebe a atenção exclusiva, ou seja, a renda) para os fins que as pessoas têm a razão para buscar e, correspondentemente, para as liberdades de poder alcançar esses fins.

Entendemos a partir da compreensão de Sen que o corpo-pobre é um ser que deve ser "libertado", para consequente "enriquecimento" da vida humana. Porém, o termo "liberdade", capturado por estratégias econômicas e políticas, constitui-se, apenas, como um mero elemento decorativo atribuído a uma outra forma de desenvolvimento, conceito deslocado pelo autor. O corpo-pobre aparece como essa vertente de liberdade, mas dentro de um modelo de "liberdade" dado, em que estes corpos, por si só, são incapazes de aflorar.

Dentro da chamada "pobreza", linhas classificatórias são estabelecidas por organismos internacionais, instituições de pesquisa econômica, órgãos que classificam, recortam os considerados "pobres" e os "indigentes", nessa situação, o indigente é colocado em uma situação pior do que o pobre, seria aquele que não teria o mínimo do mínimo para viver, o miserável.

Neri *et al* (2013), de certa maneira, confirma a assertiva acima apresentada, reforça que o cálculo de indicadores de pobreza enquanto insuficiência de renda requer a fixação de uma linha abaixo da qual os indivíduos são considerados miseráveis. Sua construção se baseia sobre uma linha de indigência correspondente a valores monetários que possibilitem o suprimento de exigências calóricas básicas. No caso da pobreza, contemplam-se despesas além das alimentares, como habitação, vestuário e transporte. A importância dada a essa subdivisão, seria a de promover eficácia das ações das políticas públicas, onde reconhecido os quadros, facilitaria os programas destinados a essa população.

Temos o engendramento de uma escada imaginária fixada em faixas de renda, o pobre oscila em dois mundos paralelos, o da "miséria" e o da "sobrevivência mínima". Este sujeito flutua entre letras, elementos que determinam a sua posição ou classe social. As variações, posições dentro dos degraus forjados dependem das fórmulas, dos recortes, das estratégias que definem o que é ser "pobre" ou "indigente".

Nos deparamos assim, com a complexa invenção do discurso de "classes", aquele que desloca as posições sociais do sujeito, sendo que o indigente pode se tornar um pobre, um pobre subir à classe média, e assim por diante. Essa naturalização de posições sociais é incorporada e reproduzida pelos escritos acadêmicos, mídia, legislações, políticas públicas, dentre outros veículos. Entretanto, a aparente ideia de formular novos modelos econométricos, estimações, novos conceitos, para definir "pobres" ou "indigentes" parecem funcionar, apenas, como elementos que atualizam a classificação desses corpos, um corpo fixo, aquele que é, aquele que

não pode ser. A composição discursiva do corpo-pobre como o incapaz, impossibilitado, atuam no sentido de não reconhecer as possibilidades, as mini-revoluções, as potências desses corpos que lutam, subvertem imposições e re(inventam) formas e práticas de si.

Reconhecemos assim, a necessidade de se falar sobre esse corpo-pobre de outra maneira, a partir de um outro prisma. Para Foucault (1997, p.187), o indivíduo é sem dúvida o átomo fictício de uma representação "ideológica" da sociedade; mas também uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de poder que se chama "disciplina". Temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele "exclui", "reprime", "recalca", "censura", "abstrai", "mascara", "esconde". Na verdade, o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção.

CAPÍTULO IV - POLÍTICAS NORMATIVAS E REGULATÓRIAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E O DISCURSO DA POBREZA NO BRASIL (2003-2010)

> *No ato de escrever, há a tentativa de fazer da vida algo mais do que pessoal, de libertar a vida do que a aprisiona*[10]

O objetivo deste capítulo é realizar análise dos discursos das normas e regulamentos da assistência social no Brasil. Interessa-nos aqui apresentar as engrenagens imbricadas na legislação da assistência social, atualizações, alterações, permanências e deslocamentos dos dizeres referentes ao corpo-pobre a partir do discurso legislativo das normas e regulamentos presentes na Política Nacional de Assistência Social – PNAS, Legislação Orgânica da Assistência Social –LOAS e Sistema único da Assistência Social –SUAS.

De forma especifica, buscamos verificar como esses documentos fazem parte da composição da vontade de se instituir um enunciado de um "governo da erradicação da pobreza". Dessa forma, temos como recorte espacial da análise a ser realizada neste capítulo, o Brasil, e, temporal, a gestão do governo Lula.

É no caldo das relações entre as políticas assistenciais e o governo Lula, no qual se funda um enunciado de "governo da erradicação da pobreza", que delinearemos este capítulo.

Frisamos que a obtenção dos documentos oficias da LOAS, PNAS e SUAS, foi efetuada por meio de consulta ao site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, na qual na aba legislação, efetuamos a busca por esses documentos. Vale frisar, que no caso da LOAS, esta data de 7 de dezembro de 1993, porém já sofreu várias atualizações, sendo a mais recente a do ano de 2001. No caso da PNAS, a mesma data do ano de 2004, porém já sofreu várias atualizações, a mais recente é o ano de 2012, já no caso do SUAS, a mesma data de 2005, porém já passou por várias modificações por meio das Normas Operacional Básica (NOB/SUAS), a atualização mais recente é do ano de 2014. Sendo que o período de busca dos referidos documentos foi realizado durante o mês de maio de 2016.

Para a realização da análise da exposição da emergência do enunciado do "governo da erradicação da pobreza", realizamos uma busca no banco de teses e dissertação da Capes, entre

[10] DELEUZE, G. **Foucault.** 5ª. Reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2005. P.15

os anos de 2010 a 2016, e selecionamos os textos que discutiam a questão das políticas sociais e o governo Lula.

4.1 A instituição do discurso do "Governo da erradicação da Pobreza"

A análise dos textos acadêmicos capturados no Banco de teses e dissertações da Capes entre os anos de 2010 a 2016 é o pano de fundo para analisarmos como se funda a instituição de um enunciado do "governo da erradicação da pobreza", elemento que marca um tempo e um espaço. Desse modo, a nossa exposição inicial neste capítulo será apresentar "ditos e escritos emitidos em diferentes espaços tempos, a partir de sujeitos de posições igualmente diversas, que convergem para afirmar e legitimar as medidas voltadas para a fabricação desta verdade" (SOUZA, 2010, p.47-48).

Buscamos percorrer imbricações que fundam um recorte temporal e um enunciado para este período. Um enunciado que se constitui como importante elemento para se explicar as alterações em debates e mudanças a temas relacionados à fome, assistência social, transferência de renda, pobreza, miséria.

Neste contexto, destacamos a tese de doutorado em Economia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), "Governo Lula: retorno ao desenvolvimentismo?", defendida por Costa (2015). Nela, temos a afirmação de que o lema "crescimento sem pobreza" é a expressão de um propósito e ao mesmo tempo a resposta da demanda expressa na eleição de Lula, sendo este propósito o eixo norteador das políticas sociais do então governo entre os anos de 2003 a 2010.

Na mesma direção, Silva (2012), em sua tese em Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco, na qual debate a expansão do capital e a proteção ao trabalho com foco nas contradições da assistência social no Brasil, aponta que a promessa do governo Lula é de um novo compromisso com um desenvolvimento que também se compromete em resgatar a dívida social do país com as classes trabalhadoras e o foco desse resgate é o enfrentamento à pobreza.

Em trabalho de dissertação que problematiza a pobreza e desigualdades socioterritoriais, a partir das políticas públicas sociais em Pau dos Ferros – RN, Lima (2014), por exemplo, contextualiza as políticas de assistência social, o combate à pobreza e o Governo Lula, apontado que o início da discussão efetiva da questão social no Brasil ocorre com a implantação da Política Nacional de Assistência Social, instrumento realizado a partir do Governo de Lula. Ressalta, ainda mais, a importância do governo na retomada, construção e organização de políticas públicas. Segundo a autora nenhum dos outros governos pôs em andamento um

programa social que pensou, se preocupou e atuou com o objetivo de reduzir a pobreza como fez o ex-presidente Lula.

Na tese de doutorado de Aloizio Mercadante Oliva, defendida na Unicamp no ano de 2010, "As bases do Novo Desenvolvimento do Brasil: Análise do Governo Lula (2003-2010), que problematiza as transformações econômicas, sociais, habitacionais, sociais realizadas pelo governo Lula no Brasil, o autor aponta que:

> Pela primeira vez avançamos na construção de uma verdadeira estabilidade econômica. Mas o aspecto mais marcante do governo Lula foi a centralidade que ganharam *as políticas de renda e de inclusão social*. A visão anterior, segundo a qual os problemas sociais seriam resolvidos essencialmente pelo mercado, complementado por políticas de caráter compensatório, *foi substituída por uma ação sistemática e enfática no combate à pobreza e às desigualdades sociais*, o que contribuiu decisivamente para a forte dinamização do mercado interno de consumo de massa (p. 25, *grifos nossos*).

Por sua vez, no livro *Direito e Assistência Social*, organizado por Albuquerque *et al* (2014), os autores buscam marcar ou confirmar o governo Lula como o "governo da erradicação da pobreza", enfatizam o avanço nas garantias dos direitos sociais, afirmando que o governo Lula foi o que apresentou e assegurou os melhores resultados na área da política social, alterando a forma de se compreender o cidadão como um sujeito de direito, não apenas como um beneficiário.

> É interessante observar que à medida que a Política de Assistência Social cresce, regride a política da benesse, o programa do favor, do sujeito bondoso. Pois, por trás da política da benesse, encontram-se, muitas vezes, outros interesses vinculados. Atualmente, com a Assistência Social focada também na perspectiva do Direito, podemos vislumbrar o reconhecimento da população de rua sob a condição da cidadania. Sermos convidados a participar desse evento soa como legitimação da sociedade de um modo geral, e do Estado brasileiro de direito. *Trata-se do reconhecimento dessas pessoas como cidadãos de direito e não mais como objeto de benesses*, de ações pontuais e/ou sazonais (p.15).

Os discursos instituídos no período de 2003-2010, como um novo tempo, tempo de mudanças na condução das políticas sociais, do combate à fome, do governo que prioriza a pobreza, se constitui como um governo que antecede uma gestão de políticas paliativas, provisórias de gestão da pobreza, instituindo, dessa forma, o governo Lula como seu principal articulador ou representante.

Nos estudos acima apresentados, verificamos como o discurso acadêmico ao discutir elementos da questão social e a gestão do governo Lula, trazem ou forjam um enunciado pautado no "governo da erradicação da pobreza", destacando os avanços nas políticas sociais e mudanças no roteiro do desenvolvimento do país, não questionam ou criticam as estratégias discursivas que ocasionaram a constituição do enunciado. Pressupõe-se a oposição de um "governo de descaso com a pobreza" e um outro "governo do combate à pobreza", ou seja,

atualiza-se o discurso de um outro tempo, um outro lugar, um outro modo de se pensar e dizer a pobreza.

Vale ressaltar que não realizamos esse recorte temporal como algo rígido, definitivo. Assumimos essa estratégia, apenas, como forma de inteligibilidade para a presente pesquisa. Dialogamos, dessa forma, com o pensamento de Souza (2010), que ressalta o seguinte:

> (...) A pesquisa assume esse recorte como meio de inteligibilidade, sem no entanto, perder de vista a impossibilidade de uma marcação rígida e do estabelecimento de uma fissura definitiva no tempo. Em outras palavras, reconhece as implicações presentes nesta escolha na medida em que a relação entre tempo físico, o tempo relógio e dos calendários e o tempo histórico é plural e instigante (p.48).

Em suma, são os discursos sobre o governo Lula e a questão da pobreza que produzem a instituição de um regime de verdade. Entendemos, porém, como afirma Souza (2010, p.54), "nos discursos há enunciados e relações que o próprio discurso põe em funcionamento". Sendo assim, apesar da instituição do discurso de que a gestão do ex-presidente Lula como o "governo da erradicação da pobreza" seja realizado a partir de controvérsias, o dizível desse recorte temporal produz uma vontade de verdade associada à pobreza.

4.2 Análise dos textos legislativos

Antes de apresentarmos, especificamente, a análise dos textos das normas e regulamentos da assistência social, reforçamos que o exercício de análise do discurso empreendida neste trabalho requer uma compreensão, que "repousa sobre a existência de um grupo de enunciados que se repetem, com certa regularidade, em diferentes discursos, em diferentes momentos, a partir de diferentes lugares e com diferentes estilos e instituem um tempo diferenciado" SOUZA (2010, p.56).

Sendo assim, interessamo-nos em saber de que maneira se diz quem são os sujeitos "assistidos" pela política de assistência social brasileira, e como a forma de apresentar esses sujeitos foram atualizados, modificados e incorporados, a partir do pressuposto de uma agenda reformadora que buscou instituir outros dizeres e novas formas de se pensar a assistência social no Brasil na primeira década do século XXI.

Recorrendo aos debates sobre a assistência social no Brasil, percebemos seu caráter recente de debates e discussões. Somente a partir da Constituição Federal (CF) de 1988 que emergem as primeiras discussões em torno de tal questão. Na Carta Magna, seguridade social é apresentada como um instrumento que "assegura" a assistência social, saúde e a previdência

social. Sendo que no artigo 194 da CF encontra-se o seguinte texto: “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”.

No art. 203 da CF, a assistência social é concebida como instrumento que deve ser prestado a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, tendo por objetivos:

> I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
> II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
> III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
> IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
> V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Na concepção da seguridade social, percebe-se como se tenta forjar uma outra face para a forma se conceber a cidadania, na qual se institui o beneficiário da política assistencialista, delineado/recortado pelos adjetivos da carência, deficiência e uma ínfima parcela de renda.

Sposati (1998) no seu livro Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras, explora a questão das políticas sociais e o caráter assistencialista das ações governamentais. A autora afirma o seguinte:

> Há um movimento possível no interior das políticas e práticas sociais, não estando implacavelmente destinadas à reiteração da subordinação e do controle social. (...) *às práticas assistenciais governamentais, enquanto produtoras de bens e serviços, são um espaço para a constituição de uma nova cidadania para as classes subalternizadas (*SPOSATI, 1998, p. 25, Grifos da autora*).*

A afirmação acima, nos convida a pensar como o elemento assistencial atrelado as políticas sociais, criam, como diz Sposati, “uma nova cidadania”, ou seja, como se concede aos ditos “assistidos” a apropriação de “direitos”, que mantêm as mesmas estruturas e práticas baseadas em uma assistência regulamentada, atualizando a face da caridade e benevolência do Estado para com os ditos “pobres”.

Sposati (1998) acrescenta que o assistencial imprime o caráter de emergência às políticas sociais, assumindo o governo o papel de tomadas de decisões eventuais e fragmentadas. Sendo assim, as políticas sociais brasileiras terminam sendo mais um *conjunto de programas*, cuja unidade se faz a reboque dos casuísmos de que surgiram.

Sob este prisma, atrelado a questão assistencialista, Simões Filho (2010), afirma que o Brasil experimenta, na gestão do Governo Lula, mudanças significativas na oferta de serviços socioassistenciais, para *romper com a ideia de política assistencialista*. Cada esfera do governo tem o compromisso de assegurar o direito da população aos serviços de qualidade. Embora

sejam tradicionais os programas públicos dirigidos aos grupos carentes da população, no Governo Lula pode ser identificada no Brasil uma política nacional de assistência social dotada de objetivos, recursos e densidade institucional. Área frágil do sistema de proteção social, os programas assistenciais foram sistematicamente *prisioneiros do círculo vicioso da carência de recursos* e do mau desempenho em anos anteriores.

Temos duas afirmações sistematizadas em tempos diferentes, uma que crítica o caráter assistencialista das políticas sociais, outra que afirma a dinâmica de rompimento assistencialista da assistência social no Governo Lula, como forma de eliminar o círculo vicioso da carência de recursos, criticando as gestões anteriores.

Porém, buscaremos percorrer o caminho que imbricam esses dois discursos, no intuito de acompanharmos os desdobramentos que a assistência social efetua nos seus textos regulatórios e normativos, reconfigurando formas de se dizer, visualizar os "pobres" e as "ações" estatais.

Segundo Sposati (1998), há um discurso controverso, a assistência enquanto entendida ou submersa ao discurso assistencialista configura a exclusão, enquanto mantém o trabalhador na condição de assistido, beneficiário ou favorecido do Estado e não usuário, consumidor e possível gestor de um serviço que tem direito. Mas, contraditoriamente, ao excluir, inclui, enquanto forma de atendimento das suas necessidades sociais na sociedade capitalista.

Dessa forma, direitos e práticas de assistência social no Brasil parecem caminhar em direção contrárias, encontrar um equilíbrio entre um Estado que possui em sua dinâmica um regime excludente voltado a interesses hegemônicos, e, por outro, atua a partir de modelos de políticas sociais alicerçadas em assistencialismo, clientelismo, caridade e bondade (SPOSATI,1998).

Explorando a prática assistencial no Brasil como expressão imersa na expressão de benemerência, ou solidariedade social da sociedade civil, Sposati (1998) afirma que a pobreza no Brasil até 1930 não se expressava como questão social. O Estado, enquadrava de imediato essa questão como "caso de polícia" e tratada no interior de seus aparelhos repressivos. Os modelos assistenciais empreendidos no Brasil percebiam a pobreza como disfunção pessoal, necessário realizar o internamento ou asilamento desses corpos perigosos. Os pobres eram considerados como grupos especiais, párias da sociedade, frágeis ou doentes. Caracterizava-se assim, a assistência como um elemento vinculado a saúde, podendo ser chamado de ajuda médico-social. Configura-se a compreensão da assistência como um gesto de benevolência e caridade com o próximo.

Recorrendo a Foucault (2014), e a sua obra Vigiar e Punir, compreendemos como o discurso acima apresentado era recorrente na forma de se compreender o corpo-pobre, tido como algo anormal nas mais diversas civilizações, tratado como o corpo-fora do eixo, que merece ser recluso, pois esse corpo era uma ameaça, um perigo à sociedade.

A emergência da assistencial social e do serviço social no Brasil, remonta ao caráter de dependência, sujeição, um compromisso com a justiça e a solidariedade com *pobres, carentes, fracos, desamparados* (SPOSATI, 1988).

A Legislação Brasileira de Assistência – LBA, criada em 1942, administrado pelas primeiras damas da República, veste uma outra roupagem, o caráter clientelista eleitoreiro, com o objetivo de "trabalhar em prol do serviço social", ao mesmo tempo, procura canalizar e conseguir apoio político para o governo, por meio de sua ação assistencialista (ESTEVÃO, 2008).

A estratégia seria atribuir a primeira-dama uma imagem de mulher caridosa, bondosa, reconhecida por ações e auxílios voltados aos "pobres", "sofridos", consequentemente, o retorno dessas ações seriam o reconhecimento e legitimidade de um Estado solidário e comprometido com os problemas sociais.

Várias estratégias ou ações sob o olhar assistencialista foram realizados no percurso histórico do Estado Brasileiro, direcionadas por modelos-técnicas-padrões importados de atuação, voltados, principalmente, as estratégias de regulação e controle dos corpos-pobres, ou como podemos chamar, os corpos-indesejáveis.

O texto da CF de 1988, conhecida como a constituição cidadão, remonta a assistência como uma série de direitos que são vinculados a outros modos de atuação. O modo como a pobreza é atualizada a partir do texto da CF, nos textos da Legislação Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Política de Assistência Social (PNAS) e Sistema único de Assistência Social (SUAS), empreenderá nossa discussão na forma como o corpo-pobre é produzido, reconfigurado, tratado, em meio a permanências, processos de dizeres sobre a pobreza.

4.3 O discurso da Legislação Orgânica da Assistência Social - LOAS

Recorrendo ao texto da LOAS, em seu artigo art 2º, parágrafo único, a concepção de "mínimos sociais" é apresentada como eixo norteador do enfrentamento à pobreza:

> Parágrafo único, art 2° da LOAS: Para o *enfrentamento da pobreza*, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo *mínimos sociais* e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais.

Percorrendo o texto do *Relatório sobre o desenvolvimento humano de 1990*, do Banco Mundial, verificamos que ocorre um diálogo sobre o conceito de 'mínimos' com o texto da LOAS. No relatório a pobreza é definida como a "incapacidade de atingir um padrão de *vida mínimo*". Ugá (2008) questiona o que seria esse padrão de vida mínimo e o que se entende por incapacidade. A resposta encontrada seria a de que, o padrão de vida mínimo seria avaliado pelo consumo, isto é, a despesa necessária para que se adquira um padrão mínimo de nutrição e outras necessidades básicas e, ainda, uma quantia que permita a participação da pessoa na vida cotidiana da sociedade. Para classificar esse padrão de vida mínimo, o Banco Mundial propõe a utilização das chamadas "linhas de pobreza", instrumento que separa os pobres dos não pobres a partir de um valor estipulado para o padrão.

O 'padrão de vida mínimo' e os 'mínimos sociais', um carimbado pelo Banco Mundial (1990), e o outro pela LOAS (1993), têm consonâncias ou é mera coincidência? De fato, não é coincidência, as influências dos recortes sobre o conceito de pobre-pobreza por organismos internacionais funcionam como espelhos para o direcionamento de discursos que se materializam na legislação, mídia, academia, entre outros veículos. Essa analogia não é pura abstração, mas, sim, uma confirmação de como os discursos são redes de influências interconectadas.

A concepção de 'mínimo' faz parte de um enunciado da ideia de pobreza como um elemento que se materializa nas faixas, linhas, classificações de renda, que são estrategicamente delimitadas e disseminadas na sociedade. O 'mínimo' seria a representação do pobre, enquanto o despossuído, miserável, que necessita de caridades mínimas.

Segundo Siqueira (2012), uma política pautada por o princípio de mínimos sociais, reduz a necessidades do indivíduo a meras questões fisiológicas e se orientam naturalmente aos estratos mais pobres de uma determinada população. Um Programa de transferência de renda pautado por esse prisma também reduz o espectro multidimensional atribuído a pobreza (suas causas estruturais, históricas, culturais e políticas) a simples esquemas matemáticos centrando-se apenas na renda do indivíduo. Porém, o que nos interessa nessa explanação realizada por Siqueira, é o fato da concepção/reprodução do corpo-pobre ser construído e reproduzido a partir de uma mesma lógica hegemônica, esculturado pela renda/consumo, porém com uma máscara de multidimensional.

O discurso da benevolência, do "Estado" bondoso, imerso na assistência social, atualiza-se, reconfigura-se. No caso da LOAS, temos um discurso de solidariedade, de oferecer os 'mínimos sociais'. Seria uma "bondade" que remonta as ações das primeiras damas da assistência social no Brasil, um assistencialismo voltado para os "vagabundos", "preguiçosos"

e “mal-feitores” Sposati *et al* (1988). Molda-se, atualiza-se, dessa forma, a assistência como um instrumento em que os pobres se aproveitam para não buscar outros meios de subsistência, essa noção é incorporada pelos próprios assistentes sociais no Brasil durante muito tempo, e, que, de certa maneira, ainda ressoam até os dias atuais. De acordo com Sposati *et al* (1988):

> (...) Por um longo período de tempo, os assistentes sociais negaram (negam) a assistência social por percebê-la apenas como caridade, pronto socorro, ação clientelista, como uma prática e não como um política, o espaço da reprodução da exclusão e não como um mecanismo de universalização de direitos sociais (p.67)

Subverte-se o direito em bondade, o pobre em um aproveitador, forja-se caminhos outros sobre as políticas sociais, coisificam a questão da pobreza como um instrumento de solidariedade do Estado. A estratégia é clara, o estado é, também, uma engrenagem que postula e reproduz discursos hegemônicos, enfim, são macro e microprocessos discursivos que direcionam e classificam os pobres e como eles agem.

No caso da assistência social no Brasil o debate se forja sobre a necessidade da formulação/conjunção de direitos sociais, que, de certa maneira, se metamorfoseia em ações de benevolência estatal. Sendo que a constituição de 1988 promoveria o *status* de política pública e de direito a assistência social, nunca antes observado nem em outras partes do mundo, e com a LOAS, a política de assistência dispõe não somente de um lastro legal, mas passou também a construir um aparato administrativo e burocrático que dessa forma as suas ações (Siqueira, 2012).

Segundo Lonardoni *et al* (2006), com a LOAS, a Assistência Social, na condição de política social**,** seria orientada pelos direitos de cidadania e não pela noção de ajuda ou favor. Questiona o clientelismo e a tutela presente nas práticas da assistência social por considerá-los um dos grandes desafios a ser superado, uma vez que não favorecem o protagonismo e a emancipação dos cidadãos usuários, e, consequentemente, a afirmação da lógica dos direitos sócio-assistenciais. Ou seja, no texto da LOAS, são apresentados elementos textuais que ‘mudam’ a concepção dos usuários da política de assistência, que incentivam o protagonismo e a emancipação dos cidadãos, não pautado nas noções de ajuda ou favor. Porém, a cidadania presente no texto legislativo se choca com ideia de ‘mínimos sociais’ presente na LOAS, o que nos atenta para uma contradição do entendimento de emancipação proposta no texto. Sendo assim, temos uma aparente modificação na forma de conceber o usuário da política social, e, ao mesmo tempo, mantêm-se uma mesma noção de cidadania ou atualiza-se essa noção, com aspectos reguladores, controladores e pautado na concepção de “mínimos”.

Sendo que, explorando os textos da PNAS e do SUAS, a proteção social é apresentada como instrumento de segurança dos cidadãos, quais sejam: segurança de sobrevivência (de rendimento e autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar.

> A segurança de rendimentos não é uma compensação do valor do salário mínimo inadequado, mas a garantia de que todos tenham uma forma monetária de garantir sua sobrevivência, independentemente de suas limitações para o trabalho ou do desemprego. É o caso de pessoas com deficiência, idosos, desempregados, famílias numerosas, famílias desprovidas das condições básicas para sua reprodução social em padrão digno e cidadã. [...] Por segurança da acolhida, entende-se como uma das seguranças primordiais da política de assistência social. Ela opera com a provisão de necessidades humanas que começa com os direitos à alimentação, ao vestuário e ao abrigo, próprios à vida humana em sociedade. A conquista da autonomia na provisão dessas necessidades básicas é a orientação desta segurança da assistência social. [...]A segurança da vivência familiar ou a segurança do convívio é uma das necessidades a ser preenchida pela política de assistência social. Isto supõe a não aceitação de situações de reclusão, de situações de perda das relações. É próprio da natureza humana o comportamento gregário. É na relação que o ser cria sua identidade e reconhece a sua subjetividade. A dimensão societária da vida desenvolve potencialidades, subjetividades coletivas, construções culturais, políticas e, sobretudo, os processos civilizatórios (p 34-35, PNAS).

Segundo Cerqueira (2006), o fato dessas estratégias acima citadas estarem atreladas aos programas de transferências de renda, o mais conhecido, o Programa Bolsa Família - PBF, incorpora um discurso reducionista da assistência social, entendida, somente, como um veículo de transferência de renda.

Temos, dessa forma, um fluido de discursos sobre os beneficiários dos programas de transferência de renda oriundos do acoplamento dessas seguranças à programas de transferência de renda, discursos, na maioria das vezes, estereotipados, dado que os direitos sociais retomam a mesma visão de bondade social, caridade social, favor, sendo assim, os beneficiários da política visualizados como aproveitadores e vagabundos. Em suma, de um lado temos a formulação de estratégias de atrelar as "seguranças sociais" à programas de transferências de renda, forjando-se o mesmo rosto de caridade e favor social da política de assistência, e, por outro lado, insurge o discurso do corpo-beneficiário-pobre reduzido à objeto de intervenção, ocioso e aproveitador.

Percorrendo os textos e regulamentos da assistência social, podemos perceber que o agraciado da política de assistência social realiza uma dança em meio aos carimbos de sua classificação nos textos normativos da LOAS e da PNAS. Ora é destinatário indigente, ora é destinatário indigente, pobre, excluído, ora é destinatário em condições de vulnerabilidade, excluído, ora é usuário cidadão ou grupo em situação de vulnerabilidade e riscos sociais, ora, ora, que dança é essa? A dança que troca um quilo por 1000 gramas?

Explorando textualmente a dança acima mencionada, no art.4º, parágrafo II, da LOAS (1993), as pessoas que necessitam de tal assistência, são tratados como destinatários, como apresenta o texto a seguir: " II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o *destinatário* da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas";

4.4 Análise da Política Nacional de Assistência Social - PNAS

A partir da alteração no texto da PNAS - 2004, altera-se a nomenclatura de destinatário para usuário, este compreendido como vulnerável e exposto à riscos. Sendo que na PNAS - 1994 (texto não aprovado), o público alvo era classificado como destinatário: indigentes; no texto da PNAS de 1997 (texto não aprovado), destinatário: indigente, pobre, excluído, no texto de 1998, destinatário: em condições de vulnerabilidade, excluído (ALCHORNE, 2013).

A alteração desse discurso faz parte de uma trajetória de reconhecimento e recomendações da assistência social como instrumento necessário ao combate à pobreza, e a compreensão do pobre como o vulnerável e exposto à riscos, por parte do Banco Mundial, como podemos observar em um trecho do relatório do desenvolvimento 2000/2001 que expõe questões sobre a vulnerabilidade:

> (...) A vulnerabilidade da família diminui quando ela tem direito a assistência social, seguro de desemprego, pensões e outras transferências de origem pública, e se ela pode beneficiar-se de programas de bem-estar, fundos sociais e mecanismos semelhantes. Portanto, a informação sobre esses programas e seus critérios também é importante para avaliar a vulnerabilidade e a exposição ao risco (Relatório sobre o do desenvolvimento mundial, p.20).

Alchorne (2013) entende que a alteração do termo destinatários a usuários de direitos, ou seja, daqueles em que os serviços são destinados, portanto, sem opinar, sem exercer o direito de protagonista passam à expressão usuários, que enfatiza este protagonismo. Dessa forma, a PNAS/2004 avança ao classificá-los como usuários, ou seja, como protagonistas, como sujeitos de direitos, e mais, ao investir no protagonismo. Como destacamos acima, será que avança, ou apenas realiza uma dança de um ritmo só e, de forma uniforme?

Os vulneráveis sociais, termo adotado a partir da PNAS – 2004 e atualizado no texto da LOAS, modifica a nomenclatura 'pobres, indigentes, excluídos'. Sendo assim, aos ditos "vulneráveis sociais", no Artigo 6°, da LOAS, são garantidos dois tipos de proteção, a Social Básica ou Social Especial, como consta nos incisos I e II:

> I - proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a *prevenir situações de vulnerabilidade e risco social* por meio do *desenvolvimento de potencialidades*

> *e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários*; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011);
> II - proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, *o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos* (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011). (Grifos nossos)

Expondo o que seria essas proteções, de acordo com a PNAS (2004), a proteção social básica, destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

Segundo o texto da PNAS, A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. São serviços que requerem acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas. Da mesma forma, comportam encaminhamentos monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção almejada.

Para a realização e efetivação dessas proteções, são conferidos os Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), como instrumentos necessários a assistência social. Conforme consta no texto da Loas em seu art. 6º C:

> Art. 6º-C. As proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), respectivamente, e pelas entidades sem fins lucrativos de assistência social de que trata o art. 3º desta Lei.

Dentro dessa perspectiva conferimos um aspecto interessante mencionada pelas modalidades de proteções sociais conferidas na LOAS, qual seja, compreender a prevenção de vulnerabilidade e risco social, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições de vínculos familiares e comunitários. Entendemos ser a palavra potencialidade um tanto relevante no texto apresentado, porém devemos compreender como esses instrumentos fazem parte de recomendações estratégicas, que buscam cada vez mais numerar, recortar, classificar, territórios e pessoas tidas como vulneráveis. De fato, fica o questionamento, seria conhecer para potencializar ou conhecer para controlar?

O texto apresenta os CREAS e os CRAS, como espaços estratégicos de vigilância socioassistencial em seu parágrafo único, seriam responsáveis por identificar e prevenir situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território. Constante no parágrafo único do Art.6º da LOAS.

> Parágrafo único. *A vigilância socioassistencial* é um dos instrumentos das proteções da assistência social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011).

A cartilha do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, publicada em 2012, sobre vigilância socioassitencial, por meio da NOBSuas 2012, afirma que a Vigilância Socioassistencial é uma função da política de assistência social, conjuntamente com a Proteção Social e a Defesa de Direitos. Essas três funções possuem fortes relações entre si, e em certo sentido, podemos afirmar que cada uma delas só se realiza em sua plenitude por meio da interação e complementariedade com as demais.

Sendo que a vigilância socioassistencial deve, necessariamente, organizar-se para prover informações, análises e indicadores referentes aos riscos e eventos diretamente relacionados às competências da Política de Assistência Social.

Tomando como ponto de partida os dispostos nos textos das proteções sociais, onde se referem as potencialidades, e tomando como lócus de efetivação desse exercício os CRAS e os CREAS, é contraditório falar em potencialidades e ao mesmo tempo em vigilância, em meio a um cenário marcado pela preocupação com as estatísticas sobre os territórios e os seus usuários.

A estratégia de se criar um sistema de vigilância para os ditos vulneráveis emerge mediante um discurso de preocupação no melhor direcionamento das políticas assistenciais, porém, ao mesmo tempo, se forja uma forma outra de localizar, controlar, aqueles que não estavam nas estatísticas. Temos assim, a criação de uma espécie de bancos de dados criados pela assistência, que representaria uma massa de indesejáveis, impossibilitados, que agora precisam ser tratados em liberdade, sendo necessário uma informação precisa, constantemente atualizada e geograficamente localizada.

Retomando a premissa de Machado (2012), na qual retrata as alterações na forma de tratar o pobre, tomando como referência a Inglaterra, passando do internamento, reclusão, prisões, casas de detenções, demais outros instrumentos que "escondiam" os ditos pobres, mas assistir aos pobres em liberdade. A afirmativa "assistir os pobres em liberdade", seria de fato uma liberdade? Ou teríamos, fazendo uma leitura dos instrumentos da assistência social no Brasil, presentes na LOAS, PNAS E SUAS, apenas uma alteração dos espaços-físicos-institucionais, em detrimento, a emergência de "prisões-subjetivas". Teríamos uma prática

discursiva libertária na assistência social, ou uma prática discursiva castradora e limitadora dos corpos-pobres?

Em suma, constrói-se, reatualiza-se formas de enclausuramentos, entrando em cena, grades invisíveis que buscam, de certa forma, modelar, conhecer, enquadrar os corpos-indesejáveis, ao passo em que os espaços CRAS e CREAS, podem ser pensadas como as paredes dessa nova forma de pensar o controle e localização eficaz dos pobres.

De forma mais ampla, no texto do SUAS (2005), a vigilância social é tratada da seguinte maneira:

> refere-se à produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social que incidem sobre famílias/pessoas nos diferentes ciclos da vida (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos); pessoas com redução da capacidade pessoal, com deficiência ou em abandono; crianças e adultos vítimas de formas de exploração, de violência e de ameaças; vítimas de preconceito por etnia, gênero e opção pessoal; vítimas de apartação social que lhes impossibilite sua autonomia e integridade, fragilizando sua existência; vigilância sobre os padrões de serviços de assistência social em especial aqueles que operam na forma de albergues, abrigos, residências, semi-residências, moradias provisórias para os diversos segmentos etários. Os indicadores a serem construídos devem mensurar no território as situações de riscos sociais e violação de direitos (p.39-40).

Território, informações, indicadores, olhar especial em relação aos albergues, abrigos, residências, semi-residências, moradias provisórias. Mensurar as características dos espaços e das pessoas. Por um lado, temos um discurso da necessidade de inclusão, de garantia de direitos e, ao mesmo tempo, um outro discurso invisível, que engendra uma nova forma de excluir, ocultar os corpos-indesejáveis. Em suma, montam-se estratégias que formulam bancos de dados que identificam e mapeiam corpos-ameaças à sociedade, corpos-localizáveis e "manejáveis".

4.5 Análise do Sistema Único da Assistência Social - SUAS

A necessidade de alterar a noção de ajuda, caridade, favor atrelada a assistência atravessa os textos legislativos da assistência social. Recorrendo, agora, A NOB-SUAS 2005, tida como elemento que disciplina a operacionalização da gestão da Política de Assistência Social (em consonância com a CF-1998, LOAS, PNAS e SUAS), em seu texto enfatiza, mais uma vez, a necessidade de desvincular o termo assistência à ajuda, caridade ou favor, passando a ser entendido como um direito do cidadão, baseando-se nos pressupostos da CF- 1988:

> A Constituição de 1988 inaugurou novas perspectivas com: a unidade nacional da política de Assistência Social e não só federal; seu reconhecimento como dever de Estado no campo da seguridade social e não mais política isolada a complementar a Previdência Social, com papel público pouco ou nada

> definido; *o caráter de direito de cidadania e não mais ajuda ou favor ocasional e emergencial*; a organização, sob o princípio da descentralização e da participação, rompendo com a centralidade federal e a ausente democratização da sua gestão sob o âmbito governamental (*grifos nossos*).

Porém, parece que o ato de imprimir textualmente esses elementos como um direito de cidadania, se acopla ao simples fato de apontar em direção aos discursos dos organismos internacionais, que no período de 1988-1990, despontava para ao pensamento neoliberal, de um estado penitenciário e policial, e um estado menos social e regulador, e, contraditoriamente, um outro discurso "disfarçado", da assistência como um ato de cidadania, não vinculada ao pobre-clientelismo, pobre-pedinte, ao pobre-sofrido.

No que toca a questão da assistência social como direito e a participação dos usuários da assistência social nos conselhos, o texto da PNAS (2004), apresenta alguns elementos que precisam ser analisados.

No texto da PNAS, postula-se a necessidade de um amplo processo de formação, capacitação, investimentos físicos, financeiros, operacionais e políticos, que envolva os atores da política de assistência social. Ou seja, reforçam no texto, a necessidade de se produzir uma metodologia que se constitua ao mesmo tempo em resgate de participação de indivíduos dispersos e desorganizados, e habilitação para que a política de assistência social seja assumida na perspectiva de direitos publicizados e controlados pelos seus usuários.

Porém, a forma como a própria política de assistência social foi forjada, excluiu esses usuários de serem coparticipes de sua formulação. Vale lembrar, que somente em l988, a assistência social foi elevada à categoria de política pública. As noções de doação, caridade, favor, bondade e ajuda, tradicionalmente, caracterizou essa ação, criando a noção dos usuários como "objetos de intervenção" pessoas dependentes, frágeis, vitimizadas, tuteladas por entidades e organizações que lhes *"assistiam"* e se pronunciavam em seu nome. Ou seja, o usuário da política pouco participou das conquistas da Constituição enquanto sujeitos de direitos.

Nesse sentido, no texto da PNAS, apontam para a criação de várias funções/ocupações, tais como, monitores e/ou educadores de crianças e adolescentes em atividades socioeducativas, de jovens com medidas sócio-educativas, para abordagem de rua, cuidadores de idosos, auxiliares, agentes, assistentes, entre outros. Reiteram que as funções/ocupações necessitam ser definidas e estruturadas na perspectiva de qualificar a intervenção social dos trabalhadores.

O texto aponta que a qualificação imposta aos trabalhadores da política de assistência social, aponta para a modificação desses trabalhadores, ao passo em que estes não podem ser

vistos como viabilizadores de programas, mas viabilizadores de direitos. Mudando substancialmente seu processo de trabalho.

Sendo ainda, urgente a formulação e a implantação de um sistema de monitoramento e avaliação e um sistema de informação em assistência social são providências urgentes e ferramentas essenciais a serem desencadeadas para a consolidação da Política Nacional de Assistência Social e para a implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Verificamos, mediante o exposto acima, uma forçação textual em conceber a participação dos usuários da assistência social, uma espécie de obrigatoriedade na participação dos usuários, em meio a construção de uma política que emerge e se arrasta sem a participação popular, ou seja, sujeitos de interesses, forjam "sujeitos de direitos" mediante estratégias assistencialistas, focalizadas e de caráter provisório. A proposta da PNAS em atribuir aos profissionais a concepção de viabilizadores de direitos, se choca com as nuances e contradições da própria política assistência social, que ao postular o discurso de incluir o "pobre", exclui a agenda de garantia dos direitos sociais, ou seja, contraditoriamente, o discurso arquitetado sobre o "assistir socialmente" se constitui como uma forma de não garantir direitos. Verificamos, dessa forma, a remodelação do corpo usuário-pobre- assistido, presente desde sempre no texto da assistência social, agora, pois, fantasiado de um corpo usuário-pobre de direitos

Dialogando com Sposati (1998), a mesma critica o caráter assistencialista das políticas sociais brasileiras, afirmando o seguinte: "romper com práticas assistenciais é romper com o vínculo de conformismo na relação entre possuídos-despossuídos".

Explorando mais um pouco a agenda básica da PNAS e do SUAS, encontramos a afirmação de que a política de assistência social sempre foi um espaço privilegiado para operar benefícios, serviços, programas e projetos de enfrentamento à pobreza, considera-se a *erradicação da fome* componente fundamental nesse propósito. A experiência acumulada da área mostra que é preciso articular distribuição de renda com trabalho social e projetos de geração de renda com as famílias.

No texto do SUAS (2005), no que toca a questão dos projetos de enfrentamento da pobreza e à assistência social, postula-se o reconhecimento das diferenças e desigualdades regionais e municipais, que condicionam os padrões de cobertura do sistema e os seus diferentes níveis de gestão, que devem ser consideradas no planejamento e execução das ações;

Reforça, mais uma vez, que o paradigma da universalização do direito à proteção social supõe a ruptura com ideias tutelares e de subalternidade, que identificam os cidadãos como carentes, necessitados, pobres, mendigos, discriminando-os e apartando-os do reconhecimento como sujeitos de direito.

Aparentemente, pelos recortes textuais apresentados das normas e regulamentos da assistência social, há uma ruptura do discurso do pobre, coitado, para um sujeito de direito. Podemos dizer que há uma alteração na forma textual de se apresentar os usuários da assistência social, porém pelas análises realizadas nessa seção, podemos visualizar contradições e manutenções nos textos e práticas da assistência social, que intenta mostrar um outro rosto ou discurso da assistência social, porém, mantêm-se as mesmas bases, agora, de forma atualizada e, sempre, aliada aos discursos e orientações de organismos internacionais.

Caminhando nessa direção dos textos e suas formas de reformular o dizer sobre os corpos-pobres. O texto da PNAS, deliberado na IV Conferência Nacional de Assistência Social, ressalta que a Assistência Social como política de proteção social configura-se como uma nova situação para o Brasil. Afirma que o direito à seguridade social tem duplo efeito: o de suprir sob dado padrão pré-definido um recebimento e o de desenvolver capacidades para maior autonomia. Neste sentido ela é aliada ao desenvolvimento humano e social e não tuteladora ou assistencialista, ou ainda, tão só provedora de necessidades ou vulnerabilidades sociais. O desenvolvimento depende também de capacidade de acesso, vale dizer da redistribuição, ou melhor, distribuição dos acessos a bens e recursos, isto implica incremento das capacidades de famílias e indivíduos.

Destacamos nessa nova abordagem, os alinhamentos contidos com o Relatório do Desenvolvimento Mundial (autonomia, capital social e capital humano) apresentado pelo Banco Mundial em 2001. Segundo o relatório, a promoção da autonomia significaria aumentar a capacidade dos pobres de exercer influência sobre as instituições estatais que afetam suas vidas, mediante o fortalecimento da sua participação na atividade política e no processo decisório local. Por sua vez, isto significa remover as barreiras políticas, jurídicas e sociais que se erguem contra certos grupos e reforçar os recursos dos pobres a fim de habilitá-los a ingressar efetivamente nos mercados.

Porém, vale salientar, que a mensagem que nos é repassada no Relatório do Desenvolvimento Mundial é a de que os pobres devem ser habilitados para os mercados. A força dos pobres deve ser reconhecida pela sua mão-de-obra, sua utilidade, sua capacidade de ter. A essa concepção, junta-se as definições de capital social e humano, ou seja, elementos que proporcionará melhorias ao sistema hegemônico.

Junto ao relatório, podemos destacar a abordagem das capacidades de Amartya Sen, que influência na elaboração do discurso do desenvolvimento presente no relatório, onde enfatiza a habilitação dos sujeitos, ou seja, o ‘investimento’ no capital social e humano, seria um processo

de ‘liberdade’ de suas ações e decisões, um processo que reduziria as privações presentes nas vidas dessas pessoas.

Ou seja, alinha-se textos, discursos, em nome de um novo agir social, os interesses aparecem travestidos ou atualizados, os enquadramentos refinados, as táticas de controle e regulação transvestidas de inclusão e oportunidades de inserção no mercado de trabalho.

A estatística que inclui os chamados invisíveis ou excluídos é vangloriada no texto da PNAS/2004, na qual esse elemento é apontado como um instrumento que torna os atores de população de rua, adolescentes em conflito com a lei, indígenas, idosos, quilombolas, pessoas com deficiência, ‘visíveis’. Ou seja, uma visibilidade composta de operações algébricas, de médias, de regressões simples e compostas que definem e simplificam corpos, e estratégias de atuação de políticas públicas.

O jogo imbricado entre as normas e regulamentos da assistência social no Brasil apresentados nesse capítulo, nos ajuda a compor o mapa formulado por dizeres sobre a concepção de discursos forjados e disseminados que modulam corpos-pobres-assistidos-objetos de intervenção, arquitetados.

Rupturas, permanências, avanços, recuos dos textos legislativos, são estratégias e instrumentos que nos ajudam a entender o jogo da inventividade social, a arte de se criar e recriar “dizeres” sobre corpos-pobres, que ora são “corpos-objetos”, ora são “corpos-protagonistas”.

Além disso, podemos frisar que, o discurso de combate à fome e a pobreza presente na edificação do governo da erradicação da pobreza, não se constitui por acaso. Vale ressaltarmos que, no início dos anos 2000, os órgãos multilaterais, nesse caso, o FMI e o Banco Mundial em seus relatórios, já apresentavam orientações estratégicas, da necessidade de implementar instrumentos de combate à fome, como forma de possibilitar o crescimento e o desenvolvimento das Nações (MASCARENHAS, 2016).

Vale destacarmos, também, ecos da figura do Herbert de Souza, o Betinho[11], nesse movimento contra a fome no Brasil, no ano de 1980, após o exílio, Herbert fundou O Instituto

[11] Herbert José de Souza (1935-1997), conhecido como Betinho, foi um sociólogo brasileiro e ativista dos direitos humanos no Brasil. Seu trabalho mais importante foi o projeto "Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida". Mobilizou várias campanhas para arrecadar mantimentos em favor dos pobres e excluídos. Betinho e seus irmãos o cartunista Henfil e o músico Chico Mário eram hemofílicos, doença herdada da mãe. Herbert José de Souza (1935-1997) nasceu em Bocaiuva, Minas Gerais, no dia 3 de novembro de 1935. Nos anos 60, ajudou a fundar a Ação Popular (AP), movimento que lutava pela implantação do socialismo no Brasil. Formou-se em Sociologia pela Universidade de Minas Gerais, em 1962. Após o golpe militar de 1964, passa sete anos na clandestinidade e oito no exílio. Voltou ao país em 1979 e criou o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). Em 1991, Betinho ganhou o Prêmio Global 500, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP), por sua luta em defesa da reforma agrária e dos direitos dos indígenas. Em 1993, fundou a “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida”, que mesmo sem a ajuda do governo arrecadava e

Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), A partir de 1993, Betinho comandaria a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. A chamada Campanha contra a Fome tomaria o país e tornaria Betinho símbolo e porta-voz da cidadania no Brasil. A Ação da Cidadania nasceu dentro do Movimento pela Ética na Política. Ela pregava um trabalho descentralizado, em que qualquer grupo, em qualquer local, poderia e deveria recolher alimentos e distribuí-los. A campanha e Betinho conquistaram grande espaço nos meios de comunicação. Artistas, designers, publicitários passaram a colaborar com a ação. Centenas de comitês contra a fome se formaram em todo o Brasil.

A figura do Herbert como um grande cidadão na luta contra pobreza tornou-se estratégia de governo Fernando Henrique Cardoso, ao lhe conceder uma vaga no conselho do Programa Comunidade Solidária, que substituía o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), porém no segundo ano de governo de FHC, Herbert de Souza sai do cargo, e passa a ser um crítico as ações do governo.

O discurso do combate à fome, pobreza, miséria no Brasil, se metamorfoseia em imbricações de relações políticas, sociais, econômicas, institucionais, dentre outros lugares, em que a assistência, a doação, a solidariedade, a caridade, a boa vontade, a figura de um estado bondoso, exclui o discurso da efetivação de direitos sociais, imersos em uma trajetória de assistencialismo caridoso e solidário.

São elementos que apenas vão se modificando, atualizando, tentando assumir um outro rosto na forma de apresentar a pobreza, porém, com uma mesma lógica de posicionar o pobre como um objeto a sofrer intervenções, um corpo-controlado, seria, apenas, um receptor-passivo-impotente.

Apresentado as nuances discursivas no textos e normas da assistência social, apresentaremos no próximo capítulo, nosso foco central no trabalho, o discurso engendrado pela mídia Folha de SP, entre os anos de 2003 a 2010.

distribuía alimentos para a população carente. Durante o governo do presidente Fernando Henrique, Betinho tornou-se membro do Conselho da Comunidade Solidária, que substituiu a Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA). Hemofílico e portador do vírus da AIDS, junto com seu irmão o cartunista Henfil, escreveu o texto "A Cura da AIDS", no qual afirma que a cura da doença era questão de tempo. Em 1995, a Ação da Cidadania passou a priorizar a luta pela democratização da terra como forma de combater a fome e o desemprego. Betinho faleceu no Rio de Janeiro, no dia 9 de agosto de 1997, em consequência de hepatite C, contraída em uma transfusão de sangue (E-BIOGRAFIA, 2017).

CAPÍTULO V - FOLHA DE SÃO PAULO E POBREZA – TESSITURAS, USINAGEM MIDIÁTICA, TRAMAS E RETRAMAS

> *[...] não há verdade para ser buscada nas diversas etapas constitutivas do saber, mas sim discursos historicamente detectáveis, que constroem verdades e possibilitam o exercício do poder.*[12]

5.1 Percorrer as folhas do Jornal Folha de São Paulo

Vaguear por textos movediços, ir e voltar, tatear relações discursivas, apresentar a produção e reprodução de dizibilidades, em suma, buscar as imbricações fabricadas sobre a pobreza e o ser pobre nas folhas da Folha de São Paulo, eis o nosso caminho a ser percorrido neste capítulo.

A seleção do discurso midiático como instrumento de análise neste trabalho, se justifica pelos interesses e movimentos em se aproximar com esse universo cada vez mais presente em nosso dia a dia. O entendimento da relevância do jogo de informações midiáticas, ocorre pela compreensão de que a mídia é uma grande produtora de "discursos", "olhares" e "dizeres", em um mundo cada vez mais "tecnológico", "moderno" e de "informações instantâneas".

Vale destacar, que a mídia é um instrumento que funciona sob uma lógica de interesses, domínios, representatividade, seletividade, intencionalidade do que se busca projetar ou mostrar. Como afirma Charaudeau (2007), as mídias não são mais do que um espelho deformante, ou mais ainda, são vários espelhos deformantes ao mesmo tempo, daqueles que se encontram nos parques de diversões e que, mesmo deformando, mostram, cada um à sua maneira, um fragmento amplificado, simplificado, estereotipado do mundo. Entendemos, dessa maneira, que as mídias agem por meio de quadros sociais fragmentados e pré-concebidos construídos por regularidades discursivas e ativados por vários dispositivos na sociedade, sendo a mídia um desses dispositivos.

Reforçando a concepção de intencionalidade midiática, Charaudeau (2007, p.37) afirma o seguinte:

> Comunicar, informar, tudo é escolha. Não somente escolha de conteúdos a transmitir, não somente escolha das formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolha de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de estratégias discursivas.

[12] SARGENTINI, V & BARBOSA, P.N. **Michel Foucault e os domínios da Linguagem**. São Carlos-SP: Claraluz, 2004. P.103.

Destacamos três palavras da citação acima - escolha, estratégias, normas - por compreendermos que as mesmas funcionam como elementos primordiais na fabricação de enquadramentos ou *frames* da realidade social, ou seja, redundâncias circulantes que buscam modelar nuances dos enunciados e discursividades. Dentro dessa usina midiática, realizar um recorte temporal para tratar da questão da pobreza foi um dos principais desafios a ser realizado. No entanto, na última década, como expomos no capítulo anterior, se forja um enunciado do "Governo da erradicação da pobreza", atribuído a gestão do ex-presidente Lula.

A escolha da mídia Folha de São Paulo se deu pela história do Grupo Folha, na qual começa em 1921, quando foi fundada, em São Paulo, a "Folha da Noite", jornal voltado para a classe média urbana que emergia de uma sociedade ainda baseada na monocultura do café[13]. Temos, dessa forma, um jornal, como menciona o próprio site da empresa do Grupo Folha de São Paulo, voltado e atrelado ao pensamento da classe média urbana, característica do jornal até os dias atuais.

Vale destacar, também, o fato da ampla circulação do jornal impresso e digital do veículo midiático Folha de SP, segundo o grupo folha, o jornal Folha de SP é hoje o jornal brasileiro de maior tiragem e circulação entre os diários nacionais de interesse geral.

O conservadorismo, abrangência, poder de formação de opinião do Jornal Folha de São Paulo, são elementos que nos levaram a escolher esse veículo de comunicação. Dessa forma, buscamos analisar a temática pobreza, levando em consideração esse lugar discursivo, tentando verificar como esse lugar busca padronizar, instituir e criar a figura perfeita ou ideal do que seria pobreza e o ser pobre.

Dessa maneira, optamos pelo recorte temporal entre os anos de 2003 a 2010. Buscando realizar uma operação de análise dos discursos produzidos sobre a pobreza nos 25 textos selecionados, suas recorrências, atualizações, confluências e imbricações com outros discursos institucionais.

Tendo em vista a composição arquitetural fechada e forjada sobre a miséria/pobreza nos discursos inventados no decorrer dos processos da sociedade, nos questionamos como esse composto pode ser visto e como circula/atualiza na mídia brasileira. Para tanto, como anunciado, tomamos os textos jornalísticos da Folha de São Paulo (2003-2010), como lugar discursivo de análise do presente capítulo.

[13] Seção conheça a Folha. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_folha.htm. Acesso em: 22/03/2016

5.2 Produzindo os miseráveis, culpados, marginais e periféricos

O que imaginamos quando nos colocamos a pensar sobre a palavra miserável? Infelicidade, culpa, vergonha, mendicância, irresponsabilidade, conformismo. Provavelmente imaginamos estas palavras como um quadro único, em que a palavra pobreza/pobre seria o retrato fiel do aglomerado dos adjetivos acima citados. Acostumamo-nos a pensar a miséria como uma cena clássica que ocorre nas ruas, nas áreas menos desenvolvidas, nos espaços estereotipados pelos meios de comunicação. Acostumamos a imaginar a culpa, a irresponsabilidade, como fatores determinantes da fixação do corpo-miserável, em meio a um cenário de discursos institucionais, que engendram a sua "boa" atuação por meio da reclusão, vigilância, punição, regulação, classificação e produção.

> A constituição de "quadros" foi um dos grandes problemas da tecnologia científica, política e econômica no século XVIII; arrumar jardins de plantas e animais, e construir ao mesmo tempo classificações racionais dos seres vivos; observar, controlar, regularizar a circulação de mercadorias e da moeda e assim estabelecer um quadro econômico que possa valer como sua ausência, e constituir um registro geral e permanente das forças armadas; repartir os doentes, dividir com cuidado o espaço hospitalar e fazer uma classificação sistemática das doenças: outras tantas operações conjuntas em que dois constituintes – distribuição e análise, controle e inteligibilidade – são solidários. (....) *Trata-se de organizar o múltiplo, de se obter um instrumento para percorrê-lo e dominá-lo; trata-se de lhe impor uma "ordem"* (FOUCAULT, 2014, p.145, *Grifos nossos*).

Ou seja, a ordem se constitui como um instrumento capaz de conhecer e controlar os corpos. Dessa forma, várias táticas, dispositivos institucionais, escolhas de modelos econômicos, atravessam as atuações e atualizações dos corpos-miseráveis, que devem ser conhecidos, controlados e classificados.

Nesse ensejo, destacamos alguns fragmentos retirados dos textos da Folha de São Paulo, que nos ajudam a pensar a análise dos textos vinculados pelo referido jornal, como estes textos produzem e reproduzem a figura/imagem da pobreza e do ser pobre.

> T.8. (...) existiria um patamar oficial para habilitação à Loas, mas trabalha-se com o quadro real, prova da sua eficácia. Isto significaria um entendimento tácito de que *miseráveis ou apenas muito pobres trocam com frequência de posição abaixo das linhas-limite* e que tal oscilação é de difícil controle ou

> alteração na sua magnitude, a menos uma profunda transformação, como retomada sustentada do crescimento econômico *[sic]*.[14]
>
> T.17 (...) E *Antônia* não atrai tal fatia da população, porque não tem nenhum astro (de Hollywood ou das novelas), é um drama (não uma comédia escrachada) e *retrata o cotidiano na periferia de uma metrópole*. Ou seja, esse público consumidor não quer ver *pobre* no cinema, resiste a ir a um filme que reproduza a indigesta *realidade*, mesmo que seja uma ficção.[15]
>
> T.4 - A idéia [sic] de que os elevados níveis de pobreza são decorrência de uma alta fertilidade das famílias sempre foi comum no Brasil. Uma pesquisa de opinião conduzida entre elites empresariais brasileiras indica que um quarto dos empresários entrevistados acredita que o controle populacional deve ser a principal inciativa para a redução da pobreza e da desigualdade no Brasil.[16]

O primeiro fragmento apresentado do T.8 - nele se debate a elevação do teto da concessão do Benefício de Prestação Continuada – (BPC)[17], passando de ¼ para ½ do salário mínimo no ano de 2005. Relata sobre as dificuldades na definição de uma linha oficial de pobreza para o benefício assistencial. Cabe registrar a concepção apresentada no texto de que, "as mudanças de posição dos miseráveis ou muito pobres é frequente abaixo das linhas limites", ou seja, há apenas uma oscilação entre "indigentes e pobres", e a mudança desse patamar exigiria outros instrumentos "econômicos". Fica claro no texto a montagem de um retrato ***discurso-limite-imóvel***, onde o corpo-pobre, a partir de uma faixa de renda, seja de meio salário ou um quarto de salário, não consegue ultrapassar ou saltar essa condição. A miséria seria uma posição permanente.

Juntamente a concepção de miserabilidade e posição fixa dos ditos pobres, percorrendo o T.19- o que é um miserável? Pnad abre rodada de medição de pobreza[18] – Nele é destacado o elevado nível técnico na definição de pobreza e indigência nas pesquisas dos economistas, estatísticos e cientistas sociais, e os estudos brasileiros, frequentemente definidas por linhas de recorte de renda. Dessa assertiva, vem a seguinte afirmação de um fragmento do texto em

[14] LAVINAS, Lena. *Os imbróglios da Luta contra a Pobreza*. Folha de S. Paulo (Opinião – Especial para Folha), 27 de março de 2005. Folha Online.
[15] CRUZ, Leonardo. *Público de cinema rejeita Pobreza*. Folha de S. Paulo (Opinião), 12 de março de 2007. Folha Online.
[16] MEDEIROS, Marcelo. *Os filhos dos pobres*. Folha de S. Paulo (Opinião), 12 de março de 2007. Folha Online.
[17] O BPC é um benefício de 01 (um) salário mínimo mensal pago às pessoas idosas com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, conforme o estabelecido no Art. 34 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - o Estatuto do Idoso, e às pessoas com deficiência incapacitadas para a vida independente e para o trabalho. Está previsto no artigo 2º, inciso IV, da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993) e regulamentado pelo Decreto nº 1.744, de 08 de dezembro de 1995 e pela Lei nº 9.720, de 20 de novembro de 1998 e está em vigor desde 1º de janeiro de 1996. Compete ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a sua operacionalização (MDS, 2016).
[18] FREIRE, Vinícius Torres. *O que é um miserável – Pnad abre rodada de medição da pobreza*. Folha de S. Paulo (Opinião), 20 de setembro de 2007. Folha Online.

questão, “Se o rendimento do *infeliz* está abaixo de “x” ou “y” reais por mês, o cidadão aparece na estatística como *pobre ou miserável”*.

O elogio as sofisticadas técnicas de classificação da posição do indigente, do pobre, pobreza extrema, de outras adjetivações, formuladas pelos economistas, estatísticos, cientistas sociais, definem, simplificam, reduzem o pobre, a uma renda X ou Y, e, dessa forma, posicionam os chamados infelizes, como apresenta o texto em análise.

Estreitando essa concepção do corpo pobre-miserável apresentado nos dois textos acima com a literatura científica brasileira, com ênfase na questão da assistência social, Estevão (2006) em seu livro *o que é serviço social*, debate em dos capítulos da sua obra a questão da pobreza e cidadania, traz a seguinte afirmação:

> O brasileiro pobre é aquele que, quando vai a qualquer instituição pública exercer seus direitos, sempre pensa e se coloca na posição de quem vai pedir um favor e depende da boa vontade daquela pessoa que o atende, recebendo-o bem ou mal. Ele não se sente como cidadão, usufruindo de direitos; para ele, ser pobre não é um problema social, *mas uma vergonha individual* (*grifos nossos*).

O status de pobre, imprime aos corpos pobres um sentimento de vergonha, um constante sentimento de humilhação, seria uma espécie de “condenado” da sociedade, aquele que espera e necessita receber um favor, uma caridade.

Dialogando com Wacquant (2004) sobre como a política social contribui para reforçar o sentimento de vergonha internalizados pelos ditos corpos-pobres, o autor reforça que progressivamente ou quase sempre o discurso da política social como meta de reforma a sociedade é abandonado ou não é colocada em prática, se preocupando em supervisionar, gerenciar, garantir mínimos sociais aos pobres. A pobreza seria oriunda do comportamento dos pobres antes do que de barreiras ou condições sociais, sendo assim, o comportamento desses corpos que deve mudar, sendo o Estado responsável por adotar estratégias de políticas de planejamento familiar, elevação do nível de trabalho, dentre outros.

Nos dois textos acima citados, encontramos ingredientes que forjam corpos-pobres como os “condenados imóveis da miséria”, no primeiro, prescreve-se a ajuda assistencial do BPC como uma escada de apenas dois degraus, quais sejam: o indigente e o pobre, e o segundo, já enquadra o “pobre’ como um infeliz, que a partir de X ou Y reais, é carimbado como pobre ou miserável.

A verdade pré-fabricada do pobre se forja por meio da imposição de medidas de verdade onde os pobres se reconhecem. A moral adverte e recomenda conformismo e retidão redobrada para vencer as agruras e sofrimentos da vida, vergando o sujeito limites abissais de um destino

irrevogável. Temos assim, um desenho construído onde a lei, a vergonha e a culpa confirmam e produzem o discurso de impotência dos corpos-pobres CERQUEIRA (2006).

Temos um discurso que inventa corpos-pobres alicerçado na desvalorização das forças da vida, além de um discurso moralista como o eixo norteador e impositor de verdades e condutas:

> (...) o mal provido, pouco fértil, pouco produtivo, de pouco valor, mal dotado, desfavorecido, desprotegido, digno de compaixão, infeliz. A moral cria códigos de conduta e regras na direção de um campo impositivo, utilitário e finalista, configurando relações de dominação expressas em sentenças inabaláveis *que modelam o que se deve pensar, como agir, em que acreditar.* Num sentido oposto aos domínios da ética, *a moralidade reforça a impotência, regula visibilidades e invisibilidades daqueles que estão em todas partes: os pobres (*CERQUEIRA, 2006, p.17, *Grifos nossos)*

Sucintamente, constrói-se estratégias sutis de regulação, dominação e docilização de corpos, que vão invadindo e formatando corpos e mentes, ações e reclusões. A forma vergonhosa do pobre se enxergar, a forma de se conceber um direito social, são alguns dos elementos visíveis e invisíveis, possibilitados pelo discurso moralista, que reforça a ideia de impotência e culpabilidade dos corpos-pobres.

Voltando à nossa análise aos textos jornalísticos. O segundo fragmento do T.17 apresentado no início dessa seção foi retirado de um texto jornalístico que relata o insucesso da atuação do filme Antônia nos cinemas, no qual já afirma no seu título que o público do cinema rejeita pobreza. Analisando o texto, elementos como a favela, a marginalização, a periferia, montam o cenário perfeito da composição do corpo-pobre, e esses seriam os elementos que os telespectadores não queriam visualizar. Mas, cabe nos questionar, seria uma rejeição do público em não ver os ditos pobres ou seria uma composição de discursos do sofrimento, dor, crime, violência, culpa engendradas sobre o pobre, projetadas em nossas mentes, quando se fala que o filme ocorre em uma favela?

Tendo em vista a periferia como trama central do filme Antônia e as imagens e discursos estereotipados que são produzidos sobre as periferias, segundo Wacquant (2004), as imagens das periferias são as mais estigmatizadas possíveis, o cenário é composto *por sinais de impossibilitados, infelizes, ou seja, caricaturas que se forjam e se confirmam em pesquisas pré-configuradas em roteirizar um mesmo destino*, qual seja, o da não vida, dos corpos em constantes catástrofes e sofrimentos. Fazendo-se assim, necessário desenvolvermos imagens mais complexas e diferenciadas dos "marginais da cidade", se quisermos compreender corretamente sua condição social e interpretar seu destino coletivo em contextos nacionais diferentes.

Dentro dessa mesmo escopo, no texto 22 – Quanto mais tempo na pobreza, mais difícil de deixá-la[19]-, a ***fórmula (pobreza + periferia)*** é um instrumento utilizado para 'confirmar' uma pesquisa apresentada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que metricamente calculada, afirma que caso uma pessoa fique por dois meses abaixo da linha que divide pobres e não-pobres, a chance de cruzar essa fronteira é de 50%. Sendo que, após 15 meses, cai e se estabiliza em 10%. Junto a essa 'modelagem perfeita', o texto apresenta uma subseção intitulada "retratos da pobreza da vida" de moradores da baixada fluminense do Rio de Janeiro, agregados que reforçam o quadro em que o pobre se moldura.

> Elisabeth Conceição Ferreira, 40, conta que o preço da comida aumentou tanto que falta dinheiro para o gás: "Daí, corro para a lenha [num fogão improvisado com tijolos e uma grade de metal], fazer o quê?[20]"
>
> José Faustino reclama que poderia "comer melhor" se o terreno no fundo da casa não estivesse encharcado pela língua negra que também atravessa o quintal de Luiza. "Fica imprestável. Não dá para plantar nada", diz Faustino, que mora com a mulher e os dois filhos.[21]
>
> André Henrique Oliveira, 33, casado com Elisabeth, tem um pouco mais de sorte. No terreno mais seco e maior, cultiva pés de frutas, cana e planta eventualmente verduras. Na pequena casa de madeira, vivem com os três filhos.[22]
>
> Eu não sei o que é carteira assinada há 18 anos. Nesse tempo, tenho vivido apenas de biscate em obra, fazendo serviço de pedreiro, mas nem sempre aparece", conta Luiz Faustino, 50, cujo último emprego formal também foi na construção civil.[23]

Informalidade, fogão à lenha, não condições de plantação no quintal, elementos que são apresentados como desqualificação da vida das pessoas que vivem periferia, a sorte como único elemento que essas pessoas poderiam se apegar, são as condições engendradas nos fragmentos das falas dos moradores entrevistados da baixada fluminense do Rio de Janeiro. Temos, nesse sentido, a vontade de confirmação de uma verdade e enquadramento desses corpos como miseráveis e marginais se apresentam como um retrato fiel da imagem da pobreza

Dessa forma, vai se compondo a imagem dos condenados urbanos, os favelados, marginalizados, os representantes da pobreza no Brasil nos discursos da Folha de São Paulo, composição que emerge desde à figura do favelado da baixada fluminense do Rio de Janeiro e encontra ecos na representação do Norte-Nordeste do Brasil.

---

[19]*Quanto mais tempo na pobreza, mais difícil de deixá-la-* Folha de S. Paulo (Editorial), 13 de julho de 2008. Folha Online.
[20] *Quanto mais tempo na pobreza, mais difícil de deixá-la-* Folha de S. Paulo (Editorial), 13 de julho de 2008. Folha Online.
[21] *Quanto mais tempo na pobreza, mais difícil de deixá-la. Idem.*
[22] *Quanto mais tempo na pobreza, mais difícil de deixá-la. Idem*
[23] *Quanto mais tempo na pobreza, mais difícil de deixá-la. Idem*

No T.7, intitulado - ONU identifica 13 bolsões de extrema pobreza no Brasil[24]-, publicado no ano de 2005-, a imagem abaixo é apresentada como o destaque principal do texto, sendo que o mapa deixa nítido a centralidade dos bolsões de pobreza no Norte e Nordeste. A imagem do mapa apresentado abaixo ajuda a ressignificar o discurso estereotipado do lugar inóspito, dos pobres, ou seja, das regiões atrasadas, fixas e imóveis, onde a pecha da pobreza é o que caracteriza as pessoas desses lugares.

Figura 3- Bolsões de extrema pobreza no Brasil- 2005

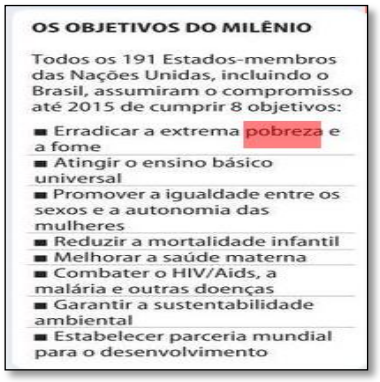
Crédito: Folhapress

Aliado ao presente mapa, o texto destaca como "região notável atrasada", o Nordeste brasileiro, na qual a classifica como "onerada pela vulnerabilidade à seca e uma longa história de grande concentração de posse de terra". O texto, mais uma vez, enquadra o Nordeste como o entrave do Brasil, a região problema, o território seco, e, portanto, um lugar do pobre.

Os argumentos apresentados pelo relatório da ONU no texto divulgado, seria a necessidade de elaboração de um Plano Prático para Alcançar os Objetivos do Milênio, como podemos observar na figura abaixo, que estava acompanhada ao texto dos "bolsões de pobreza do Brasil".

Figura 4 - Objetivos do milênio retirado da matéria "bolsões de pobreza no Brasil – Folha de São Paulo - 2005

[24] COSTATINO, Luciana. *ONU identifica 13 bolsões de extrema pobreza no Brasil.* Folha de S. Paulo (Artigo), 19 de janeiro de 2005. Folha Online.



Crédito: Folhapress

Seria a eliminação do corpo-pobre de renda inferior a $1,00 por dia, estabelecido pelo Banco Mundial, um pouco contraditório ao discurso de que a pobreza passa a ser entendida como multidimensional adotado pela ONU e o Banco Mundial, abrangendo aspectos variados, desenvolvimento de capacidades. A pobreza é o primeiro objetivo proposto dos 8 objetivos. Dessa forma, no caso do Brasil, o Nordeste é apresentado como o *nó* para o alcance desse objetivo

No T.3 – Governo tem programas pobres- o texto critica os programas sociais do governo, no texto a economista Laura Tavares, afirma que a criação de uma linha de pobreza para complementação de renda no Brasil é algo idiota, ao mesmo tempo em que a mesma defende programas universais aplicadas territorialmente. Apresentamos assim o fragmento sobre a ênfase de tal assertiva.

> (...) No caso do combate à pobreza, as ações incluiriam *todos os moradores da periferia.* No *Nordeste*, as ações seriam feitas nas cidades pobres: "tem cabimento ficar cadastrando pobre na periferia de *Guaribas*[25]? Quem não é pobre na cidade?[26] (*grifos nossos*).

Nos dois textos analisados citados acima, identificamos como os discursos presentes instrumentalizam o território Periférico/Nordestino como um lugar natural/homogêneo do pobre. Elementos que ***inventam, atualizam e reproduzem*** o território nordestino como uma realidade única e estereotipada.

Dialogando com Alburquerque Jr (2006), no seu livro a Invenção do Nordeste, o autor argumenta sobre as dizi-visibilidades da pobreza e da seca manifestadas em vários campos do saber sobre a imagem forjada do Nordeste brasileiro. A literatura regional de Rachel de Queiroz, as músicas do então Rei do Baião Luiz Gonzaga, o teatro com os trabalhos de Ariano Suassuna

[25] Guaribas é um município do estado do Piauí, localizado no Nordeste brasileiro.
[26] *Governo tem programas pobre*s. Folha de S. Paulo (Artigo), 20 de janeiro de 2004. Folha Online

com o Auto da Compadecida, segundo Albuquerque Jr (2006), são elementos que engendram esse espaço como um lugar de miséria e exclusão.

Como afirma Barbosa (2002), há uma recorrência de discursos ecoados por vários canais, de que o Nordeste é um "local seco e pobre". Livros e artigos escrevem a história da seca, jornais publicam pequenas notícias, reportagens sobre o assunto, e a temática da seca continua a agregar uma gama variada de experiências de miséria que dá sustentação a uma certa visibilidade nos meios de comunicação. No entanto, é preciso compreender como essas realidades foram apropriadas, cristalizadas e delas foi produzida uma memória sobre as paisagens, hábitos alimentares, formas de corpos, costumes, que, referenciada nos períodos de escassez de alimentos e água, definiu o lugar da pobreza, do atraso, daqueles que vivem dos restos (BARBOSA, 2002).

A ideia de inferioridade da população, das diferentes características dos tipos humanos, de habitantes que comem calango, raízes, restos, enfim, homens e mulheres de hábitos "exóticos", atravessa sub-repticiamente muitos estudos sobre o Nordeste e ainda hoje informa quem são os habitantes do Nordeste seco. Essas e outras percepções estão presentes em diferentes narrativas sobre o tema, e sua força se expressa não só na documentação como, em alguns momentos, na historiografia, seja pela ausência de problematizações, seja pelo uso corriqueiro das informações para tornar mais justificados os estudos sobre a seca. Historiografia, texto escrito, músicas, obras de arte, construíram e tornaram possível a visibilidade e dizibilidade de sujeitos e experiências de pobreza (BARBOSA, 2002).

Como afirma Barbosa (2002), parece existir uma espécie de neutralização dos tempos históricos, das imagens, fotografias, uma insistente reescritura dos textos entre as páginas e reportagens de jornais e revistas, quando obedece a repetidos movimentos de olhar que foram construídos historicamente sobre o Nordeste, e que indicam a existência de um sofisticado meio de produzir uma memória para um lugar, para grupos, para uma população. Ainda que as imagens de pobreza não sejam sempre de seca, as imagens de seca têm sido frequentemente utilizadas como referência de pobreza. Perguntar sobre os significados dessas imagens e desses textos tem implicado pensar sobre a constituição de uma memória da seca. Perceber como e por que essa memória foi sendo inventada tem sido um artificio necessário para compreender as articulações entre seca e pobreza, quais os componentes de sustentação dessa memória. Nesse sentido, pode-se pensar que os jornais, fotografias, música, literatura, produção acadêmica, constituem uma rede de produção e divulgação dessa memória (BARBOSA, 2002).

Para Andrighetti (1998, p.7), imaginar a região Nordeste é pensar em seca. Pensar Nordeste é visualizar pobreza. Nordeste /seca, Seca/pobreza, Pobreza/Nordeste, parece que

essas palavras são sinônimas, tanto que qualquer referência à região de imediato nos remete a cenas de miséria, flagelos, da seca desolando tudo, da seca causando fome, da seca "empurrando" o nordestino para longe de sua terra. *A imagem que se projeta é de como se fora vocação do Nordeste ser um celeiro de pobres que precisam serem mantidos pelos ricos e pelo Estado* (ATAIDE, 2007).

Crianças raquíticas à porta dos casebres, homens e mulheres mostrando a angústia em seus rostos maltratados, o solo gretado e ressequido pontilhado por carcaças de animais mortos pela estiagem. São imagens disseminadas pelos jornais, pelas revistas e pela televisão, em reportagens que provocam compaixão (ANDRIGHETI, 1998). De acordo com Alburquerque Junior (2006), o que encontramos de comum entre todos os discursos, vozes e imagens que são reproduzidos sobre o Nordeste, é a estratégia de estereotipização. O discurso da estereotipia é caracterizado por um discurso assertivo, repetitivo, é uma fala arrogante, uma linguagem que leva à estabilidade acrítica, é fruto de uma voz segura e auto-suficiente que se arroga o direito de dizer o que é o outro em pouco palavras. O estereótipo nasce de uma caracterização grosseira e indiscriminada do grupo estranho, em que as diferenças individuais são apagadas, em nome de semelhanças superficiais do grupo, ou seja, o todo é resumido as partes.

Recorrendo ao T.13 – Lula troca slogan de 'paz e amor' por 'pai dos pobres'[27]-, em meio à campanha eleitoral de 2006, do então ex-presidente Lula, o Datafolha apresenta a pesquisa de aprovação de Lula por camadas de renda, entre dezembro de 2004 a dezembro de 2005, a aprovação de Lula por estados e, intencionalmente, apresenta o percentual do número de beneficiários do Programa Bolsa Família. Segue abaixo essas três imagens.

[27] ALENCAR, Kennedy. *Lula troca slogan de 'paz e amor' por 'pai dos pobres*. Folha de S. Paulo (Opinião), 01 de janeiro de 2006. Folha Online

Figura 5- Aprovação do Governo Lula 2004/2005, segundo o DataFolha, apresentado no texto jornalístico - Lula troca slogan de 'paz e amor' por 'pai dos pobres

Crédito: Folhapress

Figura 6-Famílias beneficiárias do Bolsa Família, segundo o DataFolha, apresentado no texto jornalístico - Lula troca slogan de 'paz e amor' por 'pai dos pobres

Crédito: Folhapress

Figura 7- Aprovação do Governo Lula 2004/2005 no Nordeste, segundo o DataFolha, apresentado no texto jornalístico - Lula troca slogan de 'paz e amor' por 'pai dos pobres

Crédito: Folhapress

A equação arquitetada no conjunto dessas três imagens seria perfeita, Lula+ Bolsa Família + Pobreza = Nordeste. O Lula seria o "Pai dos Pobres", nesse caso, dos nordestinos, como diz o título do T.13, e o Bolsa Família seria a esmola que prioriza o pobre nordestino, em compensação, o ***curral eleitoral*** estaria formado. Mais uma vez, projeta-se nas linhas dos textos jornalísticos da Folha de S. Paulo, o Nordeste como a figura perfeita do sinônimo de pobreza, agora com uma ***caridade oficial***, que em termos relativos o coloca em evidência na reprodução de discursos desse lugar como o miserável, que vive da assistência, que não sabe votar, ou seja, um lugar carimbado, aquele que não pode ser.

Em suma, são elementos discursivos que instituem a região Nordeste como a grande periferia brasileira, um lugar seco, sem vida, de pobres sem instrução, manipulados.

Dessa teia discursiva, composta da equação ***Bolsa Família + Nordeste + Lula =Pobreza***, acentua-se o discurso pejorativo acentuado sobre corpos-pobre, caracterizando o que Cerqueira (2006) chama a atenção, da discursividade montada sobre o pobre como o incapaz, grotesco, burro, abjeto, aquele que ocupa um lugar de subtração e exibindo sempre alguma forma de apagamento em si. Predominado, dessa forma, uma ideia uniforme e fantasmática de pobreza, que molda e atormenta apenas os desvalidos. Implanta no coração social, uma ameaça representada pela falta soberana que gera medo e engendram, dessa maneira, dispositivos políticos repressores que percorrem toda a sociedade capitalista.

Mediante esse contexto, verificamos, como confinamentos subjetivos e repressivos são arquitetados, para os enquadrados como "bons pobres e os maus pobres". Para o pobre imperfeito, pavoroso, criminoso, deliquente, que ameaça a sociedade, as prisões, o investimento na segurança, são chaves perfeitas para corrigir esses corpos. Para o bom pobre, se planeja intervenções via políticas públicas e se imagina resgatar dos limites da doença, do crime, da delinquência, ou seja, constitui-se um discurso de bondade, da benemerência prestada aos pobres, do "estado social garantidor de direitos", que busca formas de regulações, disciplinamento, docilização, regrar condutas morais, que devem ser seguidas pelos corpos "fora do eixo".

Dentro desse projeto, desses confinamentos atribuídos aos corpos-pobres, afirma Foucault que, o sistema de classificação, marca desvios, hierarquiza, castiga e recompensa.

> A divisão segundo as classificações ou os graus tem duplo papel: marcar os desvios, hierarquizar as qualidades, as competências e as aptidões; mas também castigar e recompensar. [...]. A disciplina recompensa unicamente pelo jogo das promoções que permitem hierarquias e lugares; pune rebaixando e degradando. O próprio sistema de classificação vale como recompensa ou punição.

A classificação torna-se um ato de naturalizar ***punições*** e "condutas morais adequadas" inerentes aos corpos-pobres. Com ela, o corpo-pobre assume diante de si e dos outros o reconhecimento da responsabilidade pela sua situação de vida e, indiretamente, da ***culpa*** que lhe é imputado. Ela representa um instrumento que ajuda no compartilhamento de verdades construídas sobre o dito pobre.

Essa lógica apresentada da ***arte de classificar e culpabilizar*** pode ser encontrada nos textos jornalísticos do Jornal Folha SP. Como mostramos no conjunto de fragmentos e análises de confluências com outros textos. Os textos reproduzem a constituição de corpos pobres como os miseráveis em uma situação imóvel, redundam classificações e estereótipos, posicionam o pobre como o favelado, marginal e periférico.

5.3 Fabricando o impotente, submisso, controlado

Nesta seção, chamaremos a atenção para exercício já realizado na subseção anterior, quanto nos capítulos anteriores. Após a apresentação de elementos discursivos que são projetados e atualizados sobre o pobre, como aquele que sempre ocupa a posição do miserável, do marginal, do culpado e periférico, buscamos registros nos textos jornalísticos no Jornal Folha de São Paulo, nos quais explicitam movimentos, assertivas, que fortalecem a ideia do pobre como o ser em permanente impotência, submissão e controle.

Para pensarmos a instituição de um discurso que funda a questão do pobre como um ser impotente, submisso e controlado, recorremos ao discurso moralista, elemento que funciona na sociedade como padronização dos comportamentos, como forma de aprisionamento, submissão e obediência:

> A moral, tão bem instalada na tradição, nos padrões culturais, nos costumes, apodera-se do sujeito, não permitindo a coexistência das diferenças. Postula-se tão somente a reprodução sistemática de sentenças, juízos, opiniões, conselhos, advertências, normas de conduta como uma evidência incontestável sobre a vida. Os valores estabelecidos circulam como apelos capazes de estender *a mesma verdade a todos*, indicando um caráter universalista, voltando para a obediência e o aprisionamento das forças criativas que dignificam a vida (CERQUEIRA, 2006, p.17, *grifos nossos*).

É o necessário movimento da moral, da afirmação do corpo submisso, sem força de criação, um processo de imposição de verdades, de corpos sem potência, e que devem 'receber' o poder. Neste caso, o Estado é apresentado como um dos principais agentes que dará a proteção e o poder aos corpos pobres, e que conduzirá o que é certo e errado para esses corpos.

Para iniciarmos a análise das nuances desse movimento citado acima, empreendido pelo Jornal Folha de São Paulo, destacamos dois fragmentos dos textos jornalísticos da Folha SP:

> T.20 – Enquanto 1 em cada 7 pessoas do mundo continuar sofrendo com a fome todos os dias, *proteger e dar poder aos pobres* deve se tornar um motivo urgente para honrar o espírito e a promessa de dignidade para todos contidas na Declaração Universal dos Direitos Humanos *(grifos nossos).*[28]
>
> T.21 - A verdade é que, sendo pobre, está sujeita, na concepção de muitos, *ao poder de um estado onisciente, que sabe o que é bom ou mau para os governados (grifos nossos).*[29]

Podemos visualizar a partir desses fragmentos premissas discursivas enquadrantes do pobre como um ser frágil, impotente, submisso, recorrendo aos fragmentos textuais T.20 e T.21, retirados dos textos jornalísticos da Folha de SP. No T.20, critica-se a falta de debate da pobreza e a privação dos direitos humanos. Reforça que a pobreza priva os direitos humanos e, consequentemente, fala do desrespeito aos direitos humanos. Ao mesmo tempo, imprime a concepção de que a pobreza é uma questão de poder, dividindo aqueles que detém e os que não detém. Dessa maneira, o texto cita que cabe ao Estado proteger e dar poder aos mais pobres, como motivo de honrar o espírito e a dignidade de todos, legitimando os direitos humanos.

O poder mencionado pelo T.20, reduz a ideia de direitos humanos e a resolução da pobreza ao poder econômico ou monetário, além disso, o corpo-pobre é encarado como aquele que deve 'receber' o poder e a proteção, aquele que não têm condições de buscar estratégias, de opinar, de participar, mas, apenas, receber, ou seja a ideia submissão e impotência desse corpo-pobre é a mola mestre das políticas públicas direcionadas a esses corpos, engendrando um discurso de um Estado que sabe o que é certo.

Reencontramos ecos dessa vontade de verdade forjada sobre o estado e seu poder de decidir a vida dos ditos governados pobres, a partir do fragmento do T.21, que apesar de *criticar* a ideia de uma política de planejamento familiar que seja imposto pelo Estado, como violações dos direitos humanos, apresenta um discurso que reduz o corpo – pobre a simples submissão as ações do Estado, quando afirma que "sendo pobre, está sujeito, na concepção de muitos, ao poder de um estado onisciente, que sabe o que é bom ou mau para os governados". Apesar da crítica que o texto tenta apresentar, ao mesmo tempo ele enquadra o corpo-pobre como aquele

[28] ARBOUR, Louise. *O dia dos direitos humanos e a pobreza*. Folha de S. Paulo (Opinião), 02 de dezembro de 2007. Folha Online

[29] BICUDO, Helio. *Planejamento familiar para pobres*. Folha de S. Paulo (Opinião), 04 de janeiro de 2008. Folha Online

que não tem nenhuma possibilidade, aquele que não sabe tomar decisões, que está sujeito aos 'poderosos'.

Foucault, em seu livro Microfísica do Poder (2007), enfoca a questão do poder do ponto de vista da sociedade, como um elemento que não está centrado em algo ou em alguém, ocorre nas relações. Enfatiza que o poder não é explicado quando se restringe a sua função repressiva. Sendo que, o que lhe interessa basicamente não é expulsar os homens da vida social, impedir o exercício de suas atividades, e sim gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e utilizando o sistema de aperfeiçoamento gradual e continuo de suas capacidades.

Nesse contexto, Foucault discorre sobre a dinâmica do poder, como um elemento que se dá nas relações, ao mesmo tempo têm objetivo de regulações sociais, políticos, econômicos. Pensando nessa questão, Foucault ressalta que o poder não está centrado, localizado em uma instituição ou no Estado, sendo este também uma peça na engrenagem do sistema.

Porém a reprodução e invenção do discurso do Estado como o ente regulador da vida social e centralizador do poder encontra ecos em alguns discursos clássicos, imersos as sistematicidades culturais, sociais, econômicas e institucionais, que nos ajuda a compreender o discurso presente na relação Pobreza-Estado. A imagem da necessidade e criação do Estado se forja como o articulador e garantidor da paz coletiva, do bem-estar social, do defensor da propriedade.

De acordo com Hobbes (2009), o Estado seria um instrumento criado para garantir a paz e a defesa do comum, fim para ao qual foi instituído mediante um pacto. Depreende-se dessa afirmativa que a finalidade do Estado está intrinsecamente relacionada a defesa da propriedade como um bem inviolável, na qual essa é vista pela maioria do pensamento econômico como fruto do trabalho pessoal, e deve assegurar e preservar esse direito inviolável. Essa percepção dialoga com o pensamento de Rousseau (1973), que verbaliza que a briga ou guerra existente não é entre as pessoas, mas entre as coisas, ou seja, é esse estado de coisas que está na base da formação do Estado defensor da propriedade privada.

Engels (2012, p.221) reforça esse entendimento ao verbalizar a questão do Estado como sendo "a força de coesão da sociedade civilizada, que, em todos os períodos típicos é, sem exceção, o Estado da classe dominante, caracterizado essencialmente como uma máquina destinada a reprimir a classe oprimida e explorada".

O Estado se configura como aquele que defenderá os interesses privados, aquele que garantirá a paz coletiva, aquele que sabe dizer o que é certo e o que é errado, aquele que pode e deve regular as ações das pessoas. Ou seja, o discurso moral e regulador como fonte do bem-

estar social, compõem o discurso legitimador do Estado que deve punir, vigiar, e regular os corpos desviantes-pobres e sem propriedades, aqueles que são ameaça ao convívio harmonioso da população.

Em relação ao poder do Estado, não podemos dizer que para Foucault não tenha importância estar atento ao poder estatal, instituído, representado pelo Estado. Muito pelo contrário. Diz Foucault que, se o problema do poder estivesse centrado nessa visão hierarquizada seria fácil acabar com o poder. O que acontece é que ele se sustenta não por subjugar, submeter, constranger, obrigar, sempre de cima para baixo, mas justamente porque essas ramificações existentes na base, dão força de sustentação para que o Estado se mantenha. Se nos perguntarmos sobre como acontece isso, Foucault nos vai mostrar que é da forma mais simples possível: nas normas e regulamentos de um colégio; do sábio sobre o ignorante; do general que exige harmonia, sincronia e cadencia nos gestos dos soldados; do padre que, através da confissão, analisa e julga o comportamento do fiel em relação a Deus; do guarda de transito que, atrás da farda e do apito se faz respeitado frente a uma grande quantidade de motoristas; enfim, onde há relacionamento humano, há essa relação de poder (BRÍGIDO, 2013).

Vale destacarmos, o que afirma Wacquant (2004), são estratégias discursivas que funcionam como formas de regulação do comportamento dos pobres, antes mesmo de se debater as barreiras sociais, por meio de um discurso onde o comportamento que deve mudar, mais do que a sociedade.

Em suma, são estratégias que inventam, reinventam, rotulam e regulam as ações, uma ordem silenciosa e repressiva, em uma teia de discursos que apresentam um ***rosto de bondade do Estado e preocupação com o bem-estar social***.

Enquadrar os corpos-pobres como o coitado-submisso funciona como uma estratégia discursiva de controle e regulação, para que estes corpos 'fora do eixo' recebam as instituições de verdades projetadas nas políticas públicas, na formulação de leis de segurança, legislação trabalhista como bondade do estado e preocupação com o social.

No fragmento extraído do T.23, é evocado a concepção do pobre e as punições pela sua condição, enfatizando a posição do pobre como o rejeitado, na qual se projeta e se justifica as estratégias de políticas de punição, em favor de outras políticas, tais como a educação, saúde, seguridade.

> T.23 – Sobre os rejeitados da sociedade de mercado intensificam-se as políticas públicas de polícia, jurídicas e prisionais, seja como forma de substituição (no

> caso do EUA), seja como forma de suplementação (no caso da Europa) das políticas de educação, saúde, seguridade e habitação.[30]

Se projeta uma imagem fantasmática e fatalista, molda-se os pobres como ameaças constante, constrói-se um discurso de punição, que atormenta apenas os corpos que estão em posições desfavoráveis, dentro de um plano repressor, controlador e punitivo. Segundo Cerqueira (2006, p. 18):

> O predomínio de uma ideia informe e fantasmática de pobreza não dissimula, molda e atormenta apenas os desvalidos. Implantada no coração social, a ameaça representada pela *falta soberana gera medo e engendra dispositivos* políticos que percorrem toda sociedade capitalista.

Explorando o T.15, este de forma bem assertiva, desde o seu título (*A vergonha de ser pobre*), já enquadra, adjetiva pobreza como sinônimo de vergonha. O sentimento de exclusão, os estigmas inventados são as prerrogativas apresentados no texto para qualificar o pobre como o corpo enfraquecido, impotente, sem possibilidades.

O fragmento apresentado no T.16, ajuda a confirmar esse sentimento de vergonha atrelado ao ser pobre, nele se crítica as atitudes de uma dita elite, como motivo de vergonha e exclusão das condições dos ditos pobres, como pode ser verificado abaixo:

> T.16- Uma "elite" insegura, decidida a confirmar sua legitimidade, ostentando e esbanjando, *transforma a pobreza do povo em motivo de vergonha e exclusão, ou seja, induz o povo a sentir vergonha de sua própria condição (grifos nossos*).[31]

Temos, dessa maneira, um jogo discursivo que joga a culpa nos ditos ricos em relação aos sentimentos que o texto atribui aos pobres. Ou seja, forja-se um sentimento de rivalidade, mediante as condições financeiras dos pobres, e, ao mesmo tempo, o texto fortalece o discurso estigmatizado do pobre, como o coitado, submisso e em constante sentimento de vergonha.

Dentro desse contexto faz-se necessário pensar o caldo de relações de poder e a instituição de verdades em nossa sociedade, processo realizado por meio de discursividades, onde as instituições produzem e reproduzem essas verdades. Segundo Foucault (2014):

> O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder. A verdade é deste mundo; ela é produzida nele, graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, *os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instancias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos*, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 2004, p. 12, *grifos nossos*).

[30] MARQUES, Adalton. *Punição da pobreza*. Folha de S. Paulo (Opinião), 01 de novembro de 2009. Folha Online

[31] FREIRE, Vinicius Torres. *O que não se sabe de ricos e pobres*. Folha de S. Paulo (Opinião), 24 de agosto de 2006. Folha Online

Se forja um jogo de verdades produzidas nas relações de poder, na sistematicidade das questões sociais, morais, econômicas, sociais, que definem o que seria falso ou verdadeiro, o normal e o anormal, o certo e o errado, o desejável e o indesejável.

Porém, não podemos pensar as relações de poder, apenas, na sua negatividade, justamente porque elas geram saberes novos, elas produzem, elas deslocam, mexem, provocam. Todos os indivíduos participam dessas relações. Nessa genealogia, todos produzem saber a partir das relações de poder (BRÍGIDO, 2013).

A força dos corpos que se imbricam nessas relações de poder, as verdades forjadas sobres os corpos pobres não são fixas, permanentes, elas produzem multiplicidades, subversão e resistência desses corpos.

> Sob a forma-homem repousam tantas forças cegas, capazes de executar desde o golpe mais baixo sobre a vida, até a produção das mais diversas e intensas formas de prazer, de liberação e maximização das possibilidades do corpo, dos sentidos, do pensamento. Trata-se de trilharmos um campo de incertezas, porém balizado pela afirmação do possível, o que pode nos levar a caminhos anteriormente impensáveis, não mais impedidos pelo rigor do pensamento, pelo claustro da moral que tantos limites nos impõem, incutindo medo a cada passo de nossa existência (CERQUEIRA, 2006, p.32).

O conjunto dos discursos presentes nos textos apresentados nesta seção tentam impor aos ditos pobres a constituição de um quadro de impotência, submissão e controle. Os pobres seriam aqueles que estariam a mercê do Estado, limitado a uma quantia monetária, ou seja, seria uma perfeita obra de marionete manipulada e sem força de subverter e criar outras formas de se perceber e ser percebido.

5.4 Criando o acomodado assistido do "Bolsão"

O debate que se forjará nesta seção, busca apresentar o conjunto ou o agregado de discursos oriundos dos textos jornalísticos da Folha de São Paulo, atrelados aos programas sociais realizados no Brasil, em especial, o Programa Bolsa Família. Buscamos verificar como a realização da política de transferência de renda, dentre outros programas sociais, ajuda a forjar discursos sobre o corpo-pobre, como um eterno acomodado do bolsão, o preguiçoso, o manipulado político, e o aproveitador.

No fragmento do Texto 1, do texto Programas sociais não bastam para superar pobreza, aponta para o centro do debate da pobreza e os projetos sociais colocados pelo governo do PT, com a entrada do ex-presidente Lula.

> T.1- O discurso oficial afirma que não basta aderir às políticas econômicas confiáveis, mas que é crucial implementar programas diretos de combate à pobreza e transferência de renda. A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) está dizendo praticamente o oposto: *sem modelos de ajuste favoráveis* ao crescimento, os gastos sociais podem não passar de maquiagem.[32]

No T1, é apresentado uma crítica ao que se denomina "jogos de poder implícitos nos programas sociais", onde argumenta que a preocupação não seria a priorização da questão da pobreza, onde mantendo-se o mesmo modelo de ajuste econômico, não se altera de fato a questão. Além disso, discute as contradições entre a adoção de modelos de crescimento e o problema da pobreza. Dessa maneira, aponta que de um lado, se apresenta o discurso que, somente, modelos confiáveis de crescimento não resolvem a pobreza, sendo necessário programas de combate à pobreza e transferência de renda, e, de outro lado, um discurso que afirma que sem modelos de ajuste favoráveis ao crescimento, os gastos sociais serão apenas maquiagem.

Entre modelos de crescimento econômico, preocupação com gastos sociais, e os jogos de poder implícitos relacionados a questão da pobreza, verificamos o nó discursivo apresentado no texto jornalístico, que ao mesmo tempo que debate problemas inerentes ao tema, reforça o discurso sobre os ditos pobres, como um fantoche de um jogo, o pobre seria uma espécie de eterna variável manipulada, um corpo receptor de ajustes e de maquiagens.

Dentro desse emaranhado, destacamos questões inerentes a assistência social no Brasil, onde se engendra o discurso do ex-presidente Lula como o ***manipulador*** da pobreza, o segundo ***pai*** da pobreza no Brasil, após ex-presidente Getúlio Vargas, discurso, expressivamente, projetado em alguns dos textos jornalísticos analisados da Folha de SP, destacamos assim, dois trechos:

> T.13. (...) Lula insistirá no figurino de que priorizou políticas para os mais pobres (inflação baixa e alto investimento na área social). (...) o presidente sempre diz que o *Bolsa Família* deve ser vendido para a classe média como prova de que ela paga conta social da qual deveria se orgulhar. Ou seja, fazer uma propaganda de governo (eleitoral) para tentar recuperar parte da esquerda que teria simpatia pela antiga tese do PT de combater à exclusão social (*Grifos nossos*).[33]

> T.24. Os eleitores pobres de cidades ricas nunca tinham votado tão maciçamente no candidato do governo como em 2006 (...) a mudança na base eleitoral de Lula de 2002 para 2006, com aumento significativo de votos nos grotões, afirma ele (Cesár Zucco – pesquisador de Yale e professor visitante de Priceton), teria acontecido naturalmente pelo simples fato de o petista ter se

[32]SCHWARTZ, Gilson. *Programas sociais não bastam para superar a pobreza*. Folha de S. Paulo (Opinião), 05 de janeiro de 2003. Folha Online

[33] ALENCAR, Kennedy. *Lula troca slogan de 'paz e amor' por 'pai dos pobres*. Folha de S. Paulo (Opinião), 01 de janeiro de 2006. Folha Online

> tornado governo. Já o percentual significativo nas cidades ricas, entre os pobres, pode ser explicado por conta da *penetração do Bolsa Família* nesses núcleos subdesenvolvidos das metrópoles. Aí reside a novidade (*Grifos nossos*).[34]

O T.13 enfatiza o aspecto marqueteiro sobre a "pobreza" na campanha do ex-presidente Lula, o Programa Bolsa Família como instrumento de angariar votos, a estratégia de se 'vender ou convencer' a classe média do orgulho de se ter um programa social como o Bolsa Família.

Encontramos ecos dessa afirmação no T.24, no qual realiza uma análise das eleições de 2002 e 2006, chamando atenção para o aumento significativo de votos nas cidades 'ricas', dos ditos 'pobres'**,** a explicação seria o simples fato do Bolsa Família ter adentrado nesses locais, sendo esta a diferença nas eleições do ano de 2006. Entrando em cena a preocupação com um prognóstico do efeito Lula e Bolsa Família nas eleições do ano 2010.

Já no T.25, se questiona a influência da aprovação do governo Lula na indicação da ex-presidente Dilma Rousseff, sendo que a percepção do eleitorado sobre Lula como o defensor da pobreza, recaia sobre a aprovação de Dilma, sendo esta a mais preparada para defender os pobres. Para afirmar essa questão, o Datafolha, em um jogo estratégico, realizou uma pesquisa, entre os considerados ricos e os pobres, apresentando o resultado de que a petista estava com 54% dos votos, enquanto o seu opositor, José Serra, tinha 46% das intenções de votos, e a frase constante no texto para afirmar isso é a seguinte:

> "São os pobres que fazem a diferença. Não custa lembrar, em um país repleto de pobres. (...)sendo que a candidata (Dilma) tem a maioria (51%) das intenções de voto para o segundo turno entre *os menos escolarizados e mais pobres* (Grifos nossos)[35]

O jogo projetado ou produzido nos três textos referendados acima, apresenta a construção de dizi-visibilidade sobre os ditos pobres, de seres completamente manipulados, sem instrução, os filhos dos esmolões, além disso, da atualização da figura do ex-presidente Lula como um "pai salvador da pobreza", recorrendo-se ao discurso dos "pais dos pobres", projetado sobre a figura do ex-presidente Getúlio Vargas. Se projeta os mais diversos estereótipos sobre a imagem do corpo-pobre, uma vez que os discurso atrelados ao bolsa família produz a ideia de sujeitos "analfabetos, submissos, controlados e aproveitadores".

Em relação ao programa bolsa família, vários dizeres o resume como a caridade oficial do governo, o desestimulador do trabalho, o criador do mendigo oficial, são dizeres que

[34]DELGADO, Malu. *Lula atraiu pobres de metrópoles, diz analista*. Folha de S. Paulo (Opinião), 05 de abril de 2010. Folha Online

[35] CANZIAN, Fernando. Um *país pobre*. Folha de S. Paulo (Opinião), 17 de outubro de 2010. Folha Online

atualizam, reformulam a figura do pobre como o eterno assistido, dependente, o vagabundo, o improdutivo.

> T.18. Dizem os críticos que as prestações sociais são tão generosas que desestimulam o cidadão desempregado a procurar, porque recebe**,** sem trabalhar**,** um subsídio tão alto que fica próximo do salário, se trabalhasse (*Grifos nossos*).[36]
>
> T.16. Sem mais emprego, continuará a haver quase apenas redistribuição da escassez entre aqueles que não dispõem de outras rendas que trabalho e *caridade oficial*; a expansão das *bolsas sociais* está perto do limite a partir do qual começa a ser economicamente prejudicial se não houver reforma do gasto público (*Grifos nossos*).
>
> T.15. Um dos grandes – e pertinentes- debates que se levantam é até que ponto esses recursos estão favorecendo a autonomia dos beneficiários. *Será que estamos criando mendigos oficiais, eternamente dependente de assistência social?* (*Grifos nossos*).[37]
>
> T.14 Apesar dos números indicando a diminuição da pobreza no país, estudo da Cebrap (Centro Brasileiro de Análise de Planejamento) divulgado pela Folha, indica que o rendimento médio dos trabalhadores que se encontram entre os 10% mais pobres da população brasileira caiu 39,6% em 1995 e 2004. Ao mesmo tempo, aumentou *a dependência desses cidadãos aos programas sociais* do governo, indicando que a diminuição da distância entre ricos e pobres não foi gerada pela dinâmica da economia (Grifos nossos).[38]

Esses quatro recortes textuais acima destacados, retirados de textos que 'debatem' a relação Bolsa Família e Pobreza, resumem os programas sociais no Brasil a uma fábrica de criação de acomodados, a criação de mendigos oficiais, ou seja, são elementos projetados sobre a pobreza, em relação as ditas 'generosas' transferências de renda realizadas pelo governo do petista Lula, que enquadram, classificam, recortam, reduzem os corpos-pobre em seres em constante impotência, em corpos-manipulados, corpos-pobrezinho, corpos-sofrido.

Voltando-se ao T.12, este avalia a importância do programa na redução da pobreza no Brasil, mas, ao mesmo tempo, chama a atenção para o fato de que programas de transferência de renda condicionadas não resolverão o problema da miséria no Brasil. Dessa forma, enfatizando a importância de investimentos na quantidade e qualidade da oferta da educação e saúde direcionada aos mais pobres, além do estabelecimento de condições que propiciem a criação de mais empregos pelo setor privado.

---

[36] FREIRE, Vinicius Torres. *O que não se sabe de ricos e pobres*. Folha de S. Paulo (Opinião), 24 de agosto de 2006. Folha Online

[37] SCHEIKMAN, José Alexandre, Vinicius Torres. *Bolsa família e a pobreza*. Folha de S. Paulo (Opinião Econômica), 18 de dezembro de 2005. Folha Online

[38] *Brasil miserável é o 6º mais pobre do mundo*. Folha de S. Paulo (Artigo- Sucursal do Rio), 07 de setembro de 2005. Folha Online

O debate se forja na crítica principal atrelada ao Bolsa Família, sobre a chamada porta de saída, debate importante na discussão das políticas sociais, porém, dentro desse debate, cristaliza-se, congela-se um discurso do pobre como o 'bolsista-eterno', aquele que não tem possibilidades, aquele que não cria, não produz, não tem condições de se reinventar, sendo somente o Estado capaz de possibilitar a sua 'emancipação'. Em suma, é uma verdade sobre o corpo-pobre como aquele não tem produtividade, que não tem vez, nem voz, criando-se assim, um discurso na academia, nas políticas, nas leis, que devemos dar voz a essas pessoas, como se estes não tivessem vida, não falassem, não conhecessem o mundo, e esses instrumentos fossem salvar esses corpos.

A ideia de 'bolsões', da figura do pobre como o preguiçoso, do acomodado, está relacionada diretamente as políticas sociais, segundo Siqueira (2012), estaríamos dialogando com o problema da "assistencialização" das políticas sociais, onde teríamos uma polarização na Política de Assistência Social, haja vista a relevância dada a programa compensatórios, como os de transferência de benefícios monetários focalizados, que é o caso do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) entre outros da mesma modalidade. Montaño (2011) argumenta que tais ações teriam compromisso com a "autorresponsabilização do indivíduo por meio de políticas centradas unicamente na renda", não com a proteção social, além de um atendimento destinado a uma pequena parcela da população, não comprometendo receitas com atividades economicamente atraentes.

Ou seja, o debate da questão social pobreza e do discurso do que seria o pobre, estaria reduzido, mais uma vez, ao recorte de renda mínima necessário a sobrevivência dessas pessoas, sendo o corpo-pobre autorresponsável pelas suas condições, uma vez que o elemento básico-essencial estaria sendo cumprido pela figura do Estado.

Os discursos presentes nos textos jornalísticos apresentados nesta seção criam e reproduzem a figura da pobreza e do ser pobre como um eterno assistido pelos 'esmolões oficiais' oferecidos pelo Estado. Fabrica-se, dessa forma, o pobre como o perpétuo bolsista, acomodado, preguiçoso, aquele conformado com o seu destino. Temos assim, uma imagem congelada dos ditos pobres, enquadrado como o incapaz, aproveitador e receptor das 'moedas' de caridade ofertada pelo governo.

5.5 Produzindo estatísticas/metodologias e o corpo produtivo

Esta seção destaca a análise dos textos jornalísticos do Jornal Folha de S. Paulo, nos quais os corpos-pobres parecem brincar em uma gangorra, em meio a escolha de metodologias que classificam lugares, pessoas, nações como os "seres pobres comprovados estatisticamente".

Seria a ideia simplista de reduzir o conceito de pobreza ou de pobre a uma fórmula única, estanque, reduzida a números, além disso, como afirma Cerqueira (2006):

> Quando o pobre não é circunstanciado numa fórmula única, estanque, ele é uma criatura hibrida, o aceitável e o inaceitável, aquilo que todos sabem e não sabem exatamente o que é. Por isso requer atenção todo modo de identificar, classificar e qualificar o pobre (p.18).

Eis alguns fragmentos dos textos jornalísticos analisados que tratam de numerar, esquadrinhar, contar os pobres e a pobreza:

> T.6 – Quanto ao agravamento da pobreza, aponta o relatório (Relatório do Desenvolvimento Humano, 2004 - PNUD) que há 831 milhões de *pessoas subnutridas* em um mundo no qual 1,1 bilhão vivem com menos de US$1 por dia. As assimetrias globais revelam que a renda do patamar dos 1% mais ricos supera a renda dos 57% mais pobres na esfera mundial, sendo a pobreza a primeira "*causa mortis*" no mundo, como alerta a própria OMS (Organização Mundial da Saúde).
> No mesmo sentido, alerta o Banco Mundial que os 27 países mais pobres do mundo contam com uma renda que equivale a 3% da renda das 20 nações mais ricas, tendo tal cifra caído pela metade nos últimos 40 anos.[39]

> T.10 – O 'Radar Social" divulgado ontem pelo Ipea aponta a existência de cerca de 9 milhões de brasileiros pobres além do número considerado pelo governo como público-alvo de seu principal programa social. Até o final do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Bolsa-Família pretende alcançar 11,2 milhões de famílias pobres. Considerando que cada família tem quatro pessoas, o programa deverá atender a 44,8 milhões de pessoas em 2006. Número menor que os *53,9 milhões de pobres indicados pelo documento do Ipea*, com base na Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2003. A meta do governo fala apenas em número de famílias, enquanto o "Radar" fala apenas em número de pessoas.[40]

Os enquadramentos estatísticos dos territórios, de corpos, estrategicamente realizados, funcionam como uma prática de dominação dos estados sobre esses ***corpos-pobres-problema***. Funciona como uma espécie de repressão e controle da pobreza, por meio de ações que vigiem, punam e excluam esses corpos desviantes.

Recorrendo ao discurso da segurança pública, da preocupação com o bem-estar da população, que oculta o debate da questão social, esta funciona na produção de visibilidades e dizibilidades do pobre como um perigo, uma ameaça constante à sociedade, sendo o Estado a

[39] PIOVEZAN, Flavia; FLORES, Joaquim Herrera. *Pobreza, multiculturalismo e justiça social*. Folha de S. Paulo (Opinião), 27 de julho de 2004. Folha Online
[40] SALOMON, Marta. *Radar social do IPEA diz que Brasil tem 53,9 mi de pobres.* Folha de S. Paulo (Artigo), 02 de junho de 2005. Folha Online

figura legitima e caridosa de resolver esse problema, sendo necessário criar mais espaços repressivos (penitenciárias) e leis mais agressivas a esses corpos indesejáveis.

Analisando a questão da pobreza no Brasil, até meados dos anos de 1930, a temática era tratada pelo Estado como caso de polícia. Os problemas sociais eram mascarados e ocultados sob forma de fatos esporádicos e excepcionais. A pobreza era tratada como disfunção pessoal dos indivíduos (Sposati *et al*, 1998).

A estatística funcionava para a rede de organismos de solidariedade da época, que contava como o apoio do Estado, como um instrumento que classificava o pobre como o doente mental, aquele que deveria se asilado, internado ou preso. Seria a ideia de seres portadores de uma doença, frágeis e perigosos. A assistência seria realizada por meio de uma assistência médico-social.

Temos a presença de vários espaços disciplinares e reguladores de comportamentos, os asilos, hospitais e a cadeia, como espaços que, por natureza, adequariam as ações dos corpos desviantes, sendo a punição um instrumento legítimo desses aparelhos regulatórios, teríamos uma espécie de 'reformatório' moral.

Essa situação reproduzida no Brasil até meados dos anos 1930, sobre os corpos-pobres, reproduz a mesma transição que ocorreu da economia mercantilista, onde o pobre não era nem produtor nem consumidor, e podia ser segregado. Com o advento da revolução industrial, o pobre torna-se socialmente indispensável. É a reserva humana que vai operar a grande indústria. As prisões se esvaziam. Há uma crítica política aos estabelecimentos de internamento e outras fundações, acusadas de esterilizar capitais que deveriam ser reintegrados no circuito produtivo. Ou seja, todos os grupos que no período precedente coabitavam com os 'loucos' e eram enquadrados também como os 'doentes', vão sendo restituídos à liberdade, devendo ser libertados para cumprir determinada função (ROUANET *et al*, 1996).

A saída das prisões, dos asilos, desses corpos pobres, que deveriam entrar no processo produtivo, se realiza em meio a uma "liberdade" condicionada, a uma mesma arquitetura fechada, disciplinar e normativa. Recorrendo a obra Vigiar e Punir de Foucault (2014), ele chama a atenção para a similaridade dos espaços institucionais, as escolas, as prisões, os hospitais, os asilos, as fábricas, estes, guardariam uma relação de aparelhos disciplinares, normativos, de criação de corpos-dóceis. Foucault evoca o seguinte:

> A passagem dos suplícios, com seus rituais de ostentação, com sua arte misturada à cerimônia de sofrimento, a penas de prisões enterradas em arquiteturas maciças e guardadas pelo segredo das repartições, não é passagem a uma penalidade indiferenciada, abstrata e confusa; é a passagem de uma arte de punir a outra, não menos científica do que ela. *Mutação técnica* (FOUCAULT, 2014, p.251. *Grifos nossos)*

A arte de mutação técnica que Foucault chama a atenção, nos ajuda a compreender alguns ecos relacionados a questão da pobreza, a assistência social e a estatística, são mutações técnicas que, apenas, se atualizam, guardando as permanências e estratégias de regulações.

Recorrendo a primeira grande instituição da assistência social a Legião Brasileira de Assistência (LBA), criada no ano de 1942, é instituído pelo Estado o rosto de caridade das primeiras damas, como as madrinhas oficias de uma causa social. A assistência seria realizada por meio de programas de pronto-socorro social, destinados aos hipossuficientes economicamente, prestação de serviços sociais básicos, além disso, os programas oriundos da Organização das Nações Unidas - ONU, destinados às comunidades e regiões com "problemas de estagnação" sócio-econômica.

Porém, toda essa ascensão, segundo Sposati *et al* (1998), atendia a propósitos do modo de produção capitalista. Isto é, era necessário identificar por meio do atendimento tutelado e ilusório prestado pelos programas sociais, aqueles que teriam maiores potencialidades – ou seja, selecionar os mais aptos para a produção industrial, qualificando à custos baixos e oferecendo baixos salários. Em suma, o interesse seria identificar dentro do exército de corpos-pobres aqueles que seriam os produtivos e os improdutivos, seria um banco de dados que atenderia os interesses hegemônicos do sistema capitalista.

Outros modos de se falar da pobreza, da assistência, do controle, do conhecimento, do enquadramento, são reconfigurados, como foi exposto no capítulo 4 – Políticas Normativas e Regulatórias de Assistência Social e o Discurso da Pobreza no Brasil (2003-2010), do presente trabalho. De certa forma, o que encontramos é uma rede de discursos que se renova na forma de tratar o 'assistido social', preservando a sua figura como o número que deve ser mantido em vigilância, em controle, em estatísticas, em movimentos que buscam padronizar a condição social, econômica, cultural dessas pessoas, ou seja, a vida dessas pessoas é reduzida a análise de modelos.

O discurso forjado é de que os números apontariam/ajudariam a identificar o problema da pobreza, onde se localiza, sua dimensão e as ações que deveriam ser tomadas. Ao realizarem a apresentação desses dados, se projeta uma outra formação discursiva, a do estereótipo sobre esses corpos e espaços.

> T.9 – (...) o país não sabe quantos brasileiros são pobres. Considerando os 170 milhões contados pelo Censo 2000, podem ser *8 milhões* de pobres, se o critério for sobreviver com pelo menos *US$1 (cerca de R$3,00 por dia)*, ou *32,3 milhões*, se com uma renda mínima mensal de *meio salário mínimo por pessoa (R$130,00, em valores atuais)*. Se for para O Bolsa Família, principal

> programa de transferência de renda do país, o corte é *R$ 100,00/mês por pessoa*. Nesse caso, seriam *42 milhões de pobres (grifos nossos).*[41]

A dança realizada do fragmento do T.9, onde o recorte da renda auferida pelos brasileiros é a grande preocupação na indefinição de um "indicador oficial" que mostre o número de pobres no Brasil. Um dólar equivale a 8 milhões de pobres, meio salário mínimo equivale a 32,3 milhões e se o critério for o Bolsa Família equivale a 42 milhões de pobres. O questionamento principal do texto é o seguinte: quantos pobres? A quantidade de pobres, a indefinição de uma linha de pobreza, o cumprimento de metas, seriam eficientes para termos melhoras no problema da pobreza.

Temos que, as escolhas metodológicas funcionam na mesma mecânica de enquadrar, incluir, excluir, carimbar o que seria um pobre, sendo a renda o recorte que criaria uma ***"verdade"*** sobre a situação do país. O *"**corpo-pobre-número"*** funciona como um agregado de banco de dados que dependendo de sua renda ora é pobre, ora é extremo pobre, ora é classe média.

> T.5 – O IBGE concluiu, no mês passado, a POF (Pesquisa de Orçamento Familiar) para ver quanto o brasileiro ganha e em quanto gasta. Os resultados foram preocupantes. Ao longo dos últimos 30 anos, o brasileiro ficou mais pobre, endividou-se e reduziu sua capacidade de compra.[42]

No T.5, os dados sobre o consumo, a queda da renda, o aumento dos impostos, compõem o cenário perfeito para afirmar que o brasileiro ficou mais pobre, e os bolso vazio seria a imagem perfeita do pobre brasileiro no ano de 2004.

Tenta-se, dessa forma, forjar uma verdade sobre a pobreza e o ser pobre, verdade erigida a partir das estatísticas em que o pobre e a pobreza, se fecham em uma faixa de consumo, uma faixa de renda, esses números se movimentam, se modelam, se balançam, se reduzem a modelos econométricos, a fórmulas, ou seja, seus movimentos se reduzem a escolhas estratégicas de se apresentar esses corpos.

Identificar esses corpos ***fora do eixo*** se modula nos discursos acadêmicos, na mídia, nas políticas públicas, dentre outros, e "criar" fórmulas mágicas para pensar os corpos-pobres, sua emancipação, autonomia, se fantasia nos escritos e falas, ao mesmo tempo em que se enquadram, qualificam, reduzem, esses corpos como os vulneráveis, miseráveis, coitados, impossibilitados.

[41] *Metas sociais: erradicar a pobreza e a fome*. Folha de S. Paulo (ESPECIAL), 31 de março de 2005. Folha Online.
[42] *A Gula do Estado e a pobreza do povo*. Folha de S. Paulo (Artigo), 27 de junho de 2004. Folha Online

No T.7[43], o Brasil é apresentado no relatório da Organização das Nações Unidas como um país de contrates, ao mesmo tempo que transfere doações de verbas e tecnologia para países pobres, se destaca pelos seus bolsões de pobreza, carentes de investimentos e estrutura.

Apresentamos, dessa maneira, o seguinte trecho que destacamos:

> T.7 – (...) Para dar um panorama onde o Brasil precisa investir e aplicar recomendações do documento, o coordenador de Avaliação de Políticas Públicas e Desenvolvimento Local do Pnud, José Carlos Libânio, usando dados do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), apresentou um mapa com *13 bolsões de extrema pobreza*. Envolvem, ao todo, *600 municípios e uma população de 26 milhões de brasileiros* vivendo em locais com índice de desenvolvimento humano igual ao de Uganda (grifos nossos).

Ao apresentar esses números, estatísticas, o relatório cita que entre as "regiões atrasadas notáveis", a região do Nordeste brasileiro como um território foco, ou seja, o Nordeste aparece na mesma posição de uma região atrasada. Projeta-se um regime discursivo atualizado, que ao recortar os "bolsões de pobreza", estereotipiza, cria uma repulsa a essas regiões, um imaginário social que reduz esses lugares a imagens e dizeres distorcidos, e que vão sendo reproduzidos e projetados por cenas que buscam afirmar esses espaços e corpos como sendo, apenas, os pobres coitados e sofridos.

No T.2[44], o Economista Marcio Pochmann, debate a importância do caráter metodológico da definição de uma linha de pobreza oficial para o Brasil, argumentando-se que com isso, os governos poderiam ser avaliados e cobrados de maneira objetiva. A proposta apresentada seria a de que se deveria adotar como referência oficial a pobreza relativa, uma vez que esta leva em conta o padrão de vida médio da sociedade, sendo enquadrado como pobre, aquele que tem sua renda muito menor em relação à média da renda da população. Mais uma vez, o discurso do recorte da renda, da escolha metodológica, da linha oficial de pobreza, atualiza o discurso do corpo-pobre como números dançantes, podendo ser carimbado e enclausurado, um corpo fechado em posições tabeladas por estatísticas sofisticadas.

Dessa forma, se projeta o discurso da inferioridade dos corpos-pobres, condicionada a recortes de renda projetados sobre as condições de vidas dessas pessoas, que buscam reduzir esses corpos a tal "verdade", afirmando quem são esses corpos, em que posição eles estão na sociedade, onde eles estão concentrados, ou seja, uma série de confirmações, que (re)produzem discursos de repulsa, preconceitos, classificações, inferioridade e criação de imagens fixas, estereotipadas e homogeneizadas.

---

[43] COSTATINO, Luciana. *ONU identifica 13 bolsões de extrema pobreza no Brasil.* Folha de S. Paulo (Artigo), 19 de janeiro de 2005. Folha Online.

[44] *Economista propõe índice de pobreza.* Folha de S. Paulo (DA REDAÇÃO), 13 de agosto de 2003. Folha Online.

No T.11[45], a imagem do Brasil é apresentada por meio das variações do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), além da concentração de renda apropriada 10% mais ricos do país, que na época era uma fatia de 46,9% da renda nacional, dados apresentados pelo Relatório do Desenvolvimento Humano pelo Programa das Nações Unidas – PNUD. O discurso apresentado fotografa dados da concentração de renda no Brasil, ao mesmo tempo, em que emoldura a posição do Brasil como o desastre da pobreza, um território em condições deploráveis, apesar dos dados apresentados no texto mostrarem o deslocamento positivo nos rankings do IDH, o país avançando de 0,790 para 0,792. O discurso do Brasil como o 6º mais pobre do mundo (T.14 - Publicado no Final de 2005) e o da figura do Lula como o Pai dos pobres (T.16 - Publicado no início de 2006), compõem o cenário perfeito de um discurso do Brasil como um país pobre, de pessoas pobres, analfabetas, acomodadas e submissas.

A rede de discursos formada pelos os textos acima apresentados, homogeneízam os lugares, corpos, funcionam como um instrumento ou forma de ditar regras morais, gestos, ações, posturas, reações que são impostas a esses corpos. A necessidade de se ditar modos de vidas, reinventar mecanismos de exploração e exclusão, expropriam redes de vida, constroem e atualizam lugares como os atrasados, os que precisam ser salvos, enquadrados em um mesmo patamar de consumo. Porém, como afirma Pelbart (2003), não podemos pensar que tudo é imposto unilateralmente de cima para baixo, uma vez que a criação dessa subjetividade vampirizada, essas redes de sentido expropriadas, esses territórios de existência comercializados, essas formas de vida visadas não constituem uma massa inerte e passiva a mercê do capital, mas um conjunto vivo de estratégias.

Pensar os corpos-pobres como um conjunto vivo de estratégias, na ressignificação de seus modos de se agregar, de se reinventar, pensar nas micro estratégias do poder da vida, em contrapartida do poder que se exerce sobre a vida, pensar que esses corpos e territórios, não se reduzem a estatísticas e produtividade, esses corpos pulsam, se deslocam, escorrem por espaços lisos, encontram rupturas, a potência desses corpos é uma "massa em constante fermentação".

Cerqueira (2006) dialogando com os trabalhos de Nietzsche, afirma o seguinte:

> A vida não tem sentido a não ser aquele que criamos com o nosso infinito poder de valorar e transvalorar tudo que existe, rumo ao ultrapassamento de uma desgastada força-homem. Eis aí a generosidade do princípio de vontade de potência ao associar a vida a uma força que não se esgota, que quer infinitamente mais, sendo capaz de vislumbrar incessantemente, "zonas perigosas inesperadas" que irrompem como possiblidades ilimitadas de criação (p.25-26).

[45] *Brasil miserável é o 6º mais pobre do mundo*. Folha de S. Paulo (Artigo- Sucursal do Rio), 07 de setembro de 2005. Folha Online

Punição, culpa, disciplinamento, táticas, estratégias de correção, previsões, economia da arte de se punir, são elementos que Foucault em sua obra Segurança, Território e População (2008) e na obra Vigiar e Punir (2014), pelo conceito de Panóptico[46], como um conjunto de enquadramentos, onde de um lado temos toda uma série de vigilâncias, controles, olhares, esquadriamentos diversos que permitem descobrir, antes mesmo de o ladrão roubar, se ele vai roubar. Por outro lado, teremos a punição não como um simples momento espetacular, definitivo, de enforcamento, mas será uma série de exercícios, de trabalhos, trabalho de transformação na forma, trabalho obrigatório, moralização, correção, dentre outros.

Foucault chama a atenção para a arte de se fazer estatísticas, sendo que estas tratariam de fazer previsões, determinar espaços, determinar custos das punições sobre os corpos desviantes, em sua aula de 11 de janeiro de 1978, Foucault faz os seguintes questionamentos:

> Qual é a taxa média da criminalidade desse gênero? Como se pode prever estatisticamente que haverá esta ou aquela quantidade de roubos num momento dado, numa sociedade dada, numa cidade dada, na cidade, no campo, em determinada camada social, etc? (...) as crises, as fomes, as guerras, as punições rigorosas ou, ao contrário, as punições brandas vão modificar essas proporções? (...) a repressão a esses corpos custa quanto? (...) se o culpado é encontrado, vale a pena puni-lo? Quanto custaria puni-lo? O que deveria fazer para puni-lo e, punindo-o, reeduca-lo? Ele é efetivamente reeducável? (2008, p.7)

Se atentar para essas questões, seria uma espécie de uma economia da punição, como ressalta Foucault, onde conhecer espaços, os culpados, os custos, encontrar uma média, que seria ótima para o funcionamento social.

A análise empreendida por Foucault em relação a questão dos roubos, punição, repressão, e a estatística, não se reduz, apenas, a esse universo por ele apresentado, dado a forma como, já apresentamos, as articulações e fluxos dos discursos da mídia, das políticas sociais, das ações institucionais, buscam engendrar um funcionamento perfeito, técnicas metodológicas que demonstrem custos e benefícios, controle e conhecimento da pobreza, onde se localiza e quem são esses pobres, ou seja, a ideia de média classificadora, uma divisão binária, o que seria o pobre e o não pobre, além disso, uma série de normas que devem ser impostas sobre esse "corpo-desviante", onde ele deveria estar, como caracterizá-lo, como reconhecê-lo, como enquadrá-lo, como vigiá-lo.

A partir dos textos analisados nesta seção, verificamos como se compõe um jogo numérico de vidas, números que classificam e separam o pobre produtivo e o não produtivo, aqueles que servem e os que não servem ao sistema, aqueles que precisam de intervenções para

[46] O Panóptico é uma máquina de dissociar o par ver-ser visto: no anel periférico, sem nunca ver; na torre central, vê-se tudo, sem nunca ser visto (FOUCAULT, 2014, p.195)

serem incluídos e enquadrados ao modelo. Enfim, reduzem vidas à números manipuláveis, indesejáveis e controláveis.

Privação, insuficiência, submissão, controle, estatísticas, bolsas, Nordeste, sujeitos em ruinas, constante escassez de renda e de possibilidades, esses são alguns elementos discursivos projetados sobre a pobreza e o ser pobre. Elementos produzidos no discurso da mídia da Folha de S. Paulo, elementos que não se originam do acaso, são resultados do entrelaçamento com outras redes discursivas, com discursos presentes na legislação, na academia, nas políticas públicas, dentre outros. Emergências, atualizações, alterações e permanências que insistem em dizer, classificar e qualificar o que é ser pobre.

A partir das análises empreendidas nesta dissertação, podemos visualizar como sistematicidades econômicas, sociais, institucionais, culturais, políticas, buscam afirmar e instituir verdades a partir dos discursos disseminados em nossa sociedade. A apresentação do que esses discursos produzem, seus entrelaces, as não visibilidades desses discursos, foi a nossa proposta nesta pesquisa no que toca a questão da pobreza e do ser pobre.

Ressaltamos que as contribuições de Michel Foucault neste trabalho, nos ajudou a compreender o quanto é relevante sairmos do universo fechado da ciência moderna, a necessidade de irmos abrindo os cadeados desse circuito, e construirmos um mapa aberto, tateando brechas, fissuras, enredamentos, relações discursivas que se movimentam e buscam aprisionar corpos e mentes. O caminho percorrido neste trabalho nos proporcionou questionar ou melhor dizendo, requestionar os conceitos fixados a temática da pobreza e o ser pobre, apresentando a vontade de se instituir de verdades, normas, padrões, regulações, e estereótipos sobre os ditos pobres, presentes em três lugares discursivos: o discurso da academia, o discurso legislativo da assistência social e o discurso da mídia Folha de São Paulo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM CAMINHO ABERTO, UM MAPA EM CONSTRUÇÃO - TATEANDO BRECHAS, TEIAS E ENREDAMENTOS

Escrever e reescrever, traduzir e ser traduzido, criar e recriar, inventar e reinventar, movimentos que se articulam para dissertar e se desconcertar. Como afirma Deleuze e Guatarri (2007), escrever talvez seja o elemento que traz à luz o agenciamento do inconsciente, que seleciona vozes sussurrantes, convoca tribos e idiomas secretos. Ou seja, escrever é esse composto de vários atravessamentos, que se territorializam, desterritorializam e reterritorializam a cada instante.

Compreender a incompletude da arte de se fazer ciência, o seu caráter provisório, precário, não pensar em uma verdade totalitária, tatear brechas, caminhos errantes, compreender as descontinuidades, passear por regularidades discursivas, discurso em movimento, movimentos em discursos e percursos a se deleitar e problematizar. Essa foi a nossa trajetória percorrida neste trabalho e, consequentemente, articulada em um propósito de se apresentar um material científico.

Nesse horizonte, descobrimos que uma pesquisa é um eterno ponto de partida sem ponto final ou linha de chegada. Nos deparamos com a riqueza de se fazer pesquisa qualitativa, sua relevância e do imenso desafio de realizar esse processo, como afirma Souza (2014, p.88), "isto pode parecer banal, mas não o é, especialmente para quem foi criado em uma tradição científica que prioriza estudos quantitativos por serem considerados mais rigorosos e complexos".

No decorrer deste estudo nos deparamos com a complexidade, as sistematicidades discursivas entoadas sobre o conceito de pobreza e do ser pobre, consequentemente, dos múltiplos questionamentos e problematizações necessárias de serem debatidas.

Ressaltamos que, pela abordagem metodológica adotada, qual seja, a análise do discurso foucaultiano, buscamos apontar a lógica discursiva do discurso sobre a pobreza emergida no discurso acadêmico, o discurso legislativo da assistência social no Brasil e da mídia Folha de S. Paulo, identificando regularidades, estratégias, permanências, produções e reproduções, a partir do que se é instituído nos textos jornalísticos, acadêmicos e legislativos.

Dessa maneira, nos dedicamos a escrita de 5 capítulos nesta dissertação. No primeiro momento buscamos apresentar a nossa aproximação/relação com a edificação da problemática da nossa pesquisa, além disso, apresentamos o nosso distanciamento com o modo clássico de se pensar e fazer ciência, apresentando a nossa a aproximação com o pensamento pós-estruturalista.

A partir desse panorama, pautamos a nossa vontade de apresentar a temática da pobreza e o ser pobre como um movimento fluído, inventado, moldado e modificado, estrategicamente, como forma de controle, classificação e fixação de comportamentos e manutenção de modelos econômicos, sociais, culturais e institucionais em nossa sociedade. Desse modo, instituímos a problemática de nossa pesquisa, que perpassa a experiência do pesquisador, com os seus encontros e desencontros realizados no seu percurso acadêmico, uma confluência de dizeres oriundos de lugares outros que se imbricam e convergem em torno de questões inerentes a pobreza e o ser pobre. Sendo assim, elegemos como lugares discursivos de análise: o discurso clássico da ciência econômica, as normas e regulamentos da assistência social e a mídia Folha de S. Paulo

Pela abordagem da análise do discurso conseguimos avançar na forma de compreender/questionar a dinâmica dos discursos engendrados em torno dos conceitos atribuídos a pobreza e o ser pobre. Essa abordagem nos proporcionou observar como se movimenta as engrenagens do discurso, das estratégias de dominação, dos estereótipos criados, da vontade de fixar corpos, instituir verdades, de classificar a pobreza e o ser pobre como um ser em constante impotência, sem vez e sem voz.

No terceiro capítulo pontuamos emergências sobre os enquadramentos atrelados a pobreza no discurso clássico da academia. Na análise empreendida pudemos verificar como a produção de corporeidades pobres se forja a partir da necessidade de atribuir ao ser pobre a condição de um corpo autorresponsável pela sua condição de vida.

Movimentos e atualizações puderam ser captados na análise do discurso acadêmico-científico sobre os dizeres e imagens projetadas sobre a pobreza e o ser pobre, tais como, a pobreza como um elemento restrito a assistência e regulação do Estado (pobreza-assistida-regulada); a pobreza como um problema da industrialização e a urbanização (pobreza fabri-urbanizada) e a pobreza como problema de mercado condicionado à falta de conhecimento (pobreza-mercado-conhecimento).

Destacamos, também, como se movimenta a compreensão dos corpos-pobres, sendo que, ora esse é encarado como força ameaçadora, ora é encarada como força dominada, regulada e assistida, ora sim, ora não, estratégias de instituição de ‘verdades’ são inventadas, seguindo uma mesma direção, qual seja, controlar, conhecer, cunhar, estereotipar e rotular.

No quarto capítulo da nossa dissertação, tratamos a questão do enquadramento, das modulações e alterações na forma de se conceber o corpo assistido socialmente nos textos da normas e regulamentos da assistência social no Brasil.

Para problematizar a questão acima referida, realizamos a análise dos textos da LOAS, PNAS e SUAS, além disso, realizamos um recorte temporal compreendido entre os anos 2003-2010, período em que se institui uma outra perspectiva no Brasil pautado na ideia da 'Erradicação da Pobreza'

As análises desenvolvidas sobre os textos das normas e regulamentos da assistência social e a instituição de um enunciado de "Governo da erradicação da pobreza", nos possibilitou verificar algumas questões.

Primeiro, os interesses em se instituir um novo modo de se pensar o assistido social, os direitos sociais, se articulam com os objetivos da erradicação da pobreza, da fome, da miséria no Brasil, orquestrando, dessa forma, a construção, produção, fabricação de um outro discurso, de um Estado cidadão, garantidor de direitos e centrado no problema da pobreza.

Em segundo lugar, as estratégias em se modificar os textos da legislação da assistência social, em se criar uma política nacional de assistência social e um sistema único de assistência social, emergem como elementos reformadores da história da garantia dos direitos da assistência social, modificações e alterações que legitimariam e confirmariam a transformação na forma de conceber e visualizar o usuário da assistência social, onde o pobre seria visualizado como cidadão, não como um objeto de caridade.

Em terceiro lugar, os engendramentos empreendidos na criação dos CRAS e CREAS possibilitam a compreensão dos interesses e relações de poder enredados nesses novos instrumentos institucionais. A criação desses novos aparelhos estatais se constitui como efeitos de verdades sobre os corpos-pobres, no qual, mais uma vez, funcionam como instrumentos que enquadram, contabilizam, identificam, agrupam, em meio a um discurso de 'habilitação para exercício da plena cidadania'.

No quinto capítulo e último, problematizamos o discurso da mídia Folha de São Paulo, nele podemos verificar como a mídia projeta por meio de redundâncias, a fixidez e rigidez na forma de apresentar a pobreza e o ser pobre. Relações que entrelaçam, estratégias que estereotipizam a pobreza. Em suma, práticas que estabelecem regras/condutas morais, modos de agir, modos de se comportar em sociedade e a autorresponsabilização das condições dos sujeitos ditos pobres.

Nos textos jornalísticos da Folha de São Paulo, entram em jogo, um conjunto de discursos que constituem um modo único e fatalístico de se conceber o pobre e a pobreza. A necessidade de homogeneizar, classificar e dizer o que é um corpo, um sujeito, um território e regrar modos de vidas é acionado nos textos analisados, buscam instituir aos ditos corpos-pobres um discurso moralizador, disciplinar, regulador, seria a vontade de moldar os ditos

pobres como uma força impotente, frágil e manipulável. A vontade de dizer e comprovar o que é um pobre e a pobreza, atribuir um papel ou função aos corpos em sociedade, rotular o que seria um 'bom' ou 'mau' pobre, catalogar o pobre produtivo e o não produtivo, reduzir o pobre a um eterno assistido e sobrevivente dos bolsões. Enfim, os textos analisados da Folha de São Paulo, estabelecem relações e conexões com as sistematicidades hegemônicas ecoadas na sociedade, ao mesmo tempo em que promovem a prática do exercício de redundar, repetir, posicionar a imagem do pobre como o 'invisível', 'coitado' e o 'sujeito dócil'.

Por fim, após a exposição das análises dos resultados obtidos neste trabalho, faz-se necessário enfatizar que a nossa proposta de pensar o desenvolvimento sustentável neste trabalho não se enquadrou em descrição de indicadores, nem tentou exaurir os mais variados conceitos sobre a temática. Temos a compreensão de que o conceito de desenvolvimento sustentável não deve se restringir ao alcance de metas estipuladas por indicadores, preservação da natureza, mas entendemos o conceito como um exercício da prática das relações, sendo que essa prática perpassa a necessidade de alteração de percepção do outro, de reconhecer suas potências, seu transbordamento, que vai além de uma imagem congelada e estereotipada. Esse foi o nosso propósito nessa pesquisa, buscar apresentar as molduras impostas sobre o conceito de pobreza/pobre a partir do discurso, porém, reconhecendo a possibilidade de outros significados, outra forma de enxergar e dizer o outro.

Entendemos ser necessário perceber a amplitude do tema sustentabilidade, por isso percorremos um caminho outro, desafiador, instigante, para se falar sobre a pobreza e o ser pobre. A interpretação de Foucault sobre o quadro *Las meninas* de Velásquez na sua obra as palavras e as coisas (2000), na qual o autor apresenta as vastas possibilidades e dimensões, saídas e entradas do quadro, não se restringe a uma porta de saída que se abriu, mas a amplitude do quadro, além disso, o autor reitera que "a imagem deve sair da moldura", isso nos abre o pensamento para entender que esse movimento, também, faz parte do campo dos conceitos, e que devemos buscar a amplitude dos mesmos, além de percorrer curvas descontínuas e fazer com que a imagem saia da moldura esculturada e simplificada.

Fazendo analogia com o conceito mais difundido sobre o Desenvolvimento sustentável, divulgado pelo relatório de Brundtland em 1987, no qual menciona que "o desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades", acreditamos em outra forma de apresentar, pensar o desenvolvimento sustentável, na qual o mesmo pode ser compreendido como a possibilidade de afetar/alterar as relações/discursos do presente, comprometendo-se

com as novas possibilidades das gerações futuras ressignificarem suas visões e relações com a natureza, pessoas e conceitos.

Acreditamos, dessa forma, que para falarmos em sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento regional sustentável, devemos questionar a superficialidade, naturalidade atribuídas aos conceitos. Ou seja, devemos compreender como esses são forjados e buscar a ressignificação desses. Acreditamos na relevância dos microprocessos, microrrelações, microexercícios, para pensarmos as vivências, diversidade, interdependência, culturas, meio ambiente, pessoas e conceitos.

REFERÊNCIAS

ALBURQUERQUE JR, Durval M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife/São Paulo: Massangana/Cortez: 2006

ALBURQUERQUE, S.A. **Direito e Assistência Social**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, 2014.

ALVES, Alexandre . A crítica de ponta-cabeça: sobre a significação de Kant no pensamento de Foucault. **Trans/Form/Ação** (UNESP. Marília. Impresso) , v. 30, p. 25-40, 2007.

ALVES, Julia M. D. ; PIZZI, L. C. V. . Análise do discurso em Foucault e o papel dos enunciados: pesquisar subjetividades nas escolas. **Temas em Educação** (UFPB) , v. 23, p. 81-94, 2014.

ANDRIGHETTI, Y. **Nordeste mito & realidade**. 1. ed. São Paulo-SP: Moderna, 1998

ATAIDE, Y. D. B. Saga nordestina: identidade (s) cultural (is) e exclusão social. **Scielo Books**, 2007.

BANCO MUNDIAL. Relátório sobre o desenvolvimento mundial. Washington, Banco Mundial, 1990, 2000 e 2002.

BARBOSA, M.E.J. Imprensa e Fotografia: Imagens de pobreza no Ceará entre final do século XIX e início do século XX. **Revista Proj. História**. São Paulo. v.24, p.421-29, junho de 2002.

BELIK, W; SILVA, J.G; TAKAGI, M. Políticas de Combate à Fome no Brasil. **Revista São Paulo em Perspectiva**. E.d.15, n.4, 2001.

BONFIM, J.B.B. As Políticas Públicas sobre a Fome no Brasil. **Textos para discussão 8**. Consultoria Legislativa do Senado Federal. Brasília-DF: 2004.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Banco de teses e dissertações. Acesso: http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/

BRASIL. Legislação Orgânica da Assistência Social – LOAS. 1993. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL. Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS. 2012. Brasília – DF: Conselho Nacional de Assistência Social-CNAS, 2013.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social – PNAS. 2004. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL. Sistema Único de Assistência Social – SUAS. 2005. Brasília, DF: Senado Federal.

BRIGIDO, E.I. Michel Foucault: uma análise do poder. **Rev. Direito Econ**. Socioambiental, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 56-75, jan./jun. 2013

CAPRA, F. **O Ponto de Mutação**: A Ciência, a Sociedade e a Cultua emergente. 22.ed. São Paulo – SP: Editora Cultrix. 1999.

CARNEIRO, D. M ; BAGOLIN, I. P. . Distribuição da Renda do Trabalho Versus Perfil Socioeconômico e Crescimento nos três COREDES de menor PIB per capita do Rio Grande do Sul nos anos 2000. **Indicadores Econômicos FEE** (Impresso), v. 40, p. 93-114, 2012.

CERQUEIRA, M.B. Pobres, Nômades e Civilizáveis: Potência e criação de novos modos de vida. 2006. 170f. **Tese (**Doutorado em Serviço Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, São Paulo, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. Discurso das mídias. São Paulo: Contexto, 2007.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO: NOSSO FUTURO COMUM. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

COSTA, L.M.B. Governo Lula: retorno ao desenvolvimentismo? 2015. 200p. **Tese.** (Doutorado em Economia). Programa de Pós-Graduação em Economia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre-RS, 2015.

DECLARAÇÃO E PROGRAMA DE AÇÃO DA CÚPULA MUNDIAL SOBRE O DESENVOLVIMENTO Social – Copenhangue -1995. Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social. Copenhague, Dinamarca. 06 à 12 de Março de 1995. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos. Acesso: http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Confer%C3%AAncias-de-C%C3%BApula-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas-sobre-Direitos-Humanos/declaracao-e-programa-de-acao-da-cupula-mundial-sobre-desenvolvimento-social.html

DELEUZE, G. **Foucault.** 5ª. Reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. 1 ed. Rio de Janeiro-RJ: Editora 34, 1995.

DEMO, P. **Charme da Exclusão Social**. Campinas-SP: Autores Associados, 1998.

DEMO, P. **Pobreza Política**. São Paulo-SP: Cortez, 1988.

ENGELS, F. **A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo: Expressão Popular, 3ª ed. 2012.

ESTEVÃO, A.M.R**. O que é serviço social**. São Paulo – SP: Brasiliense, 2006.

E-BIOGRAFIA. Biografia de Betinho. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/betinho/>. Acesso em: 10/02/2017.

FERRANINI, A. V. Pobreza: A possibilidade de construção de políticas emancipatórias. 2007. 196f. **Tese** (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRG, Porto Alegre – Rio Grande do Sul. 2007.

FERREIRA, Flavia Turino . Rizoma: um método para as redes?. **Liinc em Revista** , v. 4, p. 28-40, 2008.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. 5. ed. São Paulo-SP: Edições Loyola, 1999

_____. **A Arqueologia do Saber**. 7.ed. Rio de Janeiro-RJ: Forense-Universitária, 2008

_____. **As palavras e as coisas**. 8.ed. São Paulo-SP: Martins Fontes, 2000.

_____. **Segurança, Território e População. São Paulo: Martins Fontes, 2008**. Tradução: Eduardo Brandão. Revisão da Tradução: Cláudia Berliner.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 42.ed. Pretópolis - RJ: Vozes, 2014. Tradução: Raquel Ramalhete.

_____. **Microfísica do Poder** . 24ª ed. Rio de Janeiro – RJ: Edições Graal, 2007. Organização e tradução: Roberto Machado.

GARCIA, J. P. . Pensando em uma outra forma de educação. **Revista Educação Pública** (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, 09 ago. 2011

GIACOMONI, M.P; VARGAS, A.Z. Foucault a Arqueologia do Saber e a Formação Discursiva. **Veredas on line**. p.119-129, 2010. Acesso em: http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2010/04/artigo-09.pdf

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo-SP: Altlas, 4.ed, 2002.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GROS, Denise B. . Institutos Liberais, neoliberalismo e políticas públicas na Nova República. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 19, n.54, p. 143-159, 2004.

GUATARRI, F. **As três ecologias**. 11 ed. Campinas - SP: Papirus, 2001, Tradução: Maria Cristina F. Bittencourt.

HOBBES, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. São Paulo-SP: Martin Claret, 2009.

HOFFMAN, Rodolfo. Transferências de renda no Brasil e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões. **Revista Econômica**. Rio de janeiro, v.8, n.1, p.55-8, junho de 2006.

KRAYCHETE, E.S; BORGES, A. M. C. . Mercado de Trabalho e Pobreza: discurso e evidências na trajetória brasileira recente. **Cadernos do CRH (UFBA)** , v. 20, p. 231-243, 2007.

LACERDA, F. C. C. ; NEDER, H. D. . Evolução do estudo da pobreza: da abordagem monetária à privação de capacitações. **Bahia Análise & Dados**. , v. 21, p. 509-527, 2011.

LAZZARATO, M. **Lavoro immateriale**. Verona, Ombre Corte.1997.

LIMA, A.B. DESENVOLVIMENTO ALÉM DAS FRONTEIRAS: Discursos de combate à pobreza e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no Brasil. 2013. 157p. **Dissertação**.

(Mestrado em Cooperação Internacional e Desenvolvimento). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional. Universidade de Brasília (Unb). 2013.

LIMA, F.E.S. Pobreza e Desigualdades Socioterritoriais: Uma problematização acerca da perspectiva territorial nas políticas públicas sociais no município Pau dos Ferros/RN. 2014. 233p. **Dissertação**. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Natal-RN, 2014.

LONARDONI, E; GIMENES, J.G.G; SANTOS, M.L. NOZABIELLI, S.R. O processo de afirmação da assistência social como política social. **Serviço Social em Revista.** Volume 8 - Número 2 Jan/Jun 2006.

LYOTARD, J. F. **A Condição Pós-Moderna**. 12 ed. Rio de Janeiro – RJ: José Olympio. 2009.

MACHADO, R. **Foucault, a ciência e o saber**. 3.ed. Rio de janeiro – RJ: Zahar, 2012.

MARINHO, Cristiane M. Pensamento pós-moderno e educação na crise estrutural do capital. 2008. 286p. **Tese** (Doutorado em Educação). Curso de Doutorado em Educação Brasileira. Universidade Federal do Ceará (UFC).Fortaleza-Ceará. 2008.

MASCARENHAS, R.M. Enfrentamento da pobreza e gestão da barbárie na contemporaneidade . **4º Encontro Internacional de Política Social 11º Encontro Nacional de Política Social** Tema: Mobilidade do capital e barreiras às migrações: desafios à Política Social Vitória (ES, Brasil), 6 a 9 de junho de 2016

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS, 2016. Benefício de Prestação Continuada – BPC Disponível em: http://www.mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/beneficios-assistenciais/bpc. Acesso em: 13/12/2016

MESQUITA, Camile Sahb. O Programa Bolsa Família: uma análise de seu impacto e alcance social. 2007. 139f. **Dissertação** (Mestrado em Política Social). Programa de Pós-Graduação em Política Social. Universidade de Brasília – Brasília. 2007.

MINAYO, M. C. S.; MINAYO-GOMÉZ, C. Difíceis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde. In: GOLDENBERG, P.; MARSIGLIA, R. M. G.; GOMES, M. H. A. (Orgs.). **O clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p.117-42.

MONTAÑO, C. "**Pobreza, 'questão social' e seu enfrentamento"**. (Mimeno) Rio de Janeiro, 2011.

MONTENEGRO GÓMEZ, J.R. Crítica ao conceito de desenvolvimento. **Pegada Eletrônica**. Presidente Prudente, v.3, n.1, 2003.

NERI, M.C CÔRTES.; VAZ, F.M.; SOUZA, P. H. G. F. Efeitos macroeconômicos do Programa Bolsa Família: uma análise comparativa das transferências sociais. In: **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) - Traduzido do inglês pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio) e revisado pela Coordenadoria-Geral de Desenvolvimento Sustentável (CGDES) do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Última edição em 11 de fevereiro de 2016. https://sustainabledevelopment.un.org. Acesso: http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/ODSportugues12fev2016.pdf

OLIVA, A.M. As bases do novo desenvolvimentismo: análise do Governo Lula (2003-2010). 537p. **Tese**. (Doutorado em Economia). Programa de Pós-Graduação em Economia. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Campinas – SP: 2010.

OLIVEIRA, Erick Felinto. Um futuro complexo, híbrido, incerto e heterogêneo. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**. UNISINOS. Número 375, Outubro 2011.

ORLANDI, L.B.L. Corporeidades em minidesfile. **Unimontes Científica**. Montes Claros-MG, v. 6, nº 1 – jan.-jun./2004, pp. 43-59.

PAUGAM, B.D.S. L'exclusion : l'état des savoirs. . **In: Revue française de sociologie**, 1996, 37-4. pp. 642-645.

PELBART, P. P. **Vida Capital ensaios de biopolítica**. São Paulo-SP: Ilumiras, 2003.

PENHA, F.R. Representações midiáticas da pobreza: O programa ESQUENTA! E o reposicionamento do discurso sobre os pobres na TV Brasileira. 2012. 229p. **Dissertação**. (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Universidade Federal de Goiás. Goiânia- Go, 2012.
Pesquisa Qualitativa, A: Enfoques Epistemológicos e Metodológicos - Jean-pierre Deslauriers

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

QUARESMA JÚNIOR, E. A.; ICHIKAWA, E. Y. . O Novo Dispositivo da Sustentabilidade. In: III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração, 2013, Florianópolis. III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração, 2013.

RATTO. A.L.S. Livros de Ocorrência: Disciplina, Normalização e Subjetivação. 2004. 334f. **Tese (doutorado em Educação).** Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2004.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: Afinal, de que se trata?** 3. ed. Rio de Janeiro-RJ: Editora FGV, 2006.

ROMÃO, M. E. Considerações sobre o conceito de pobreza. **R. Bras.Econ**, n. Rio de Janeiro-RJ, p. 355–70, 1982.

ROMERO.J.H.S. Sertão, sertões e outras ficções: Ensaio sobre a identidade narrativa sertaneja. **Tese** (Doutorado em Teoria e História Literária). Departamento de Teoria e História Literária – Universidade de Campinas – UNICAMP, Campinas - SP, 2015.

ROSA, Tereza Raquel Silveira. Beneficiários do Bolsa Família de Montes Claros- MG: onde estão e como vivem. 2010. 130f. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Social).

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS. Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, Minas Gerais. 2010.

ROUANET, S.P. et al. **O Homem e o Discurso – A Arqueologia de Michel Foucault**. 2 e.d. Rio de Janeiro- RJ: Tempo Brasileiro, 1996

ROUSSEAU, Jean Jackes. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens.** In: Victor Civita. (ed.). Os pensadores. Porto Alegre: Globo, 1ª ed. 1973. p. 209-326.

RÜDIGER, Francisco. O passado pode nos ensinar a seu próprio respeito. Revista do Instituto Humanitas Unisinos. UNISINOS. Número 375, Outubro 2011.

SANCHES, H.O; BARBOSA, P.L.N. Elementos discursivos da Governamentalidade do corpo das populações em enunciados midiáticos sobre a AIDS, nos anos 1980. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. V.7, n.52, 2015. Acesso em: http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/cel/article/view/4368/5212

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 2010.

SILVA JUNIOR, G.L. A Lei dos Pobres 1601: Primeira Lei Assistencialista e Política de Bem-estar Social. **Webartigos**. Disponível em: https://www.webartigos.com/artigos/a-lei-dos-pobres-1601-primeira-lei-assistencialista-e-politica-de-bem-estar-social/101885/. Acesso em: 21/09/2016.

SILVA, S.M.M. A operação Midiográfica: A produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – A Folha de SP e o Golpe de 1964. 2011. 319p.**Tese**. (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense (UFF). Nitérói-RJ, 2011.

SILVA, S.S.S. ENTRE A EXPANSÃO DO CAPITAL E A PROTEÇÃO AO TRABALHO: contradições da Assistência Social brasileira no governo neodesenvolvimentista. 2012. 265p. **Tese**. (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife-PE, 2012.

SIMIONATTO, Ivete; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Pobreza e participação: o jogo das aparências e as armadilhas do discurso das agências multilaterais. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 66. p. 145-164, 2001.

SIMÕES FILHO, W. Assistência Social: Legislação e Programas sociais do Governo Federal. Consultoria Legislativa. Estudo, Março, 2010.

SOUZA, F.L.M. QUALIFICAR, CAPACITAR, HABILITAR: a educação e a produção de sujeitos outros, no Ceará do século XX (1987-2007). 2010, 158 f. **Tese** (Doutorado em Educação). Programa Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de janeiro. 2010.

SOUZA, N.J. **Desenvolvimento Econômico**. 6. Ed. São Paulo – SP: Atlas, 2012.

SOUZA, R.O. Por outros modos de perceber a pobreza: Narrativas imagéticas de moradores do bairro Alto da Penha, em Crato – Ceará. 2014. 101p. **Dissertação**. (Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento

Regional Sustentável. Universidade Federal do Cariri (UFCA). Juazeiro do Norte – Ceará, 2014.

SPOSATI, A.O. et al. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras. 7**.e.d. São Paulo – SP: Cortez, 1998.

SPRANDEL, M. A. **A Pobreza no Paraiso Tropical**. Rio de Janeiro-RJ: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

STORMOWSKI, M. S. Interpretações sobre a pobreza na época do desenvolvimentismo: Análise dos discursos de Vargas e JK. 2011. 230f. **Tese** (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2011.

TEIXEIRA, F.J.S. **Trabalho e Valor: contribuição para a crítica da razão econômica**. São Paulo: Cortez, 2004.

UGÁ, Vivian. A questão social como "pobreza: crítica a conceituação neoliberal. Tese de doutorado. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

VEIGA NETO, A. Foucault e as artes de viver. **Revista Aulas**. Dossiê Estéticas da Existência. 2010. ISSN: 1981-1225. Org. Margareth Rago.
WACQUANT, L. **As Prisões da Miséria**. Coletivo Sabotagem. Tradução: André Telles. Digitalização: 2004.

WCEFA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS. Declaração mundial sobre educação para todos e Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, Tailândia: março de 1990.

WERTHEIN, J; NOLETO, M.J**. Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão.** Brasília-DF: UNESCO, 2003. XXXp. Anais do Seminário Internacional Pobreza e Desigualdade no Brasil Brasília, 8-9 de maio de 2003.

ZIMMERMANN, C.R; ESPINOLA, G.P. **PROGRAMAS SOCIAIS NO BRASIL: um estudo sobre o Programa Bolsa Família no interior do Nordeste brasileiro.** Caderno CRH, Salvador, v. 28, n. 73, p. 147-164, Jan./Abr. 2015

HAESBAERT, Rogério. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. **ANTARES**, n° 3 , Jan/jun 2010. Disponível em: < http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Gloria/2015/haesbaert.pdf>. ISSN 1984-4921.

SANTOS, Milton. Do Meio Natural ao Meio Ténico-Científico Informacional. In:____ (Autor). **A natureza do Espaço:** Técnica e tempo. Razão e Emoção. São Paulo: EDUSP, 2006.

PINTO, A. G. De Demiurgo a Operário: uma análise Gramsciana do trabalho sob o Taylorismo/Fordismo. **Revista de Estudios Transformaterizos.** Vol.12, núm.2, 2012.

Termo de Acordo

L**ICENCIADO**: Cícero Lourenço da Silva

LICENCIANTE: Banco de Dados de São Paulo Ltda.

Conteúdo - Descrição - Autor/Fotógrafo

Conteúdo: Matérias de assunto pobreza e governo Lula.

Descrição: 25 matérias.

FORMA DE UTILIZAÇÃO: O MATERIAL SERÁ UTILIZADO EXCLUSIVAMENTE EM ARQUIVO PESSOAL.

1. Fica expressamente estabelecido, no aceite deste e-mail pela LICENCIADA, que a licença compreenderá a utilização da(s) obra(s) citadas acima apenas para uso estritamente pessoal e acadêmico, especificado neste termo, sendo vedada à LICENCIADA sua distribuição e reprodução, com qualquer fim, em qualquer meio ou veículo de comunicação impresso, eletrônico, virtual ou em qualquer outro meio ou veículo não especificado neste documento, assim como em qualquer peça ou produto comercial, político ou cultural.

2. É de responsabilidade exclusiva da LICENCIADA a obtenção prévia e expressa de autorização (ões) de terceiros para o uso de seus nomes e imagens ou das imagens de bens de sua propriedade, retratados na(s) obra(s) ora licenciada(s), respondendo com igual exclusividade por quaisquer reclamações de terceiros por uso indevido, obrigando-se, ainda, pelo ressarcimento à LICENCIANTE de eventuais prejuízos por ela sofridos em decorrência do descumprimento da obrigação prevista nesta cláusula.

3. A LICENCIADA obriga-se a incluir em todo e qualquer material reproduzido e utilizado, no caso de imagens, o crédito "Folhapress" e o nome do fotógrafo, quando identificado, no modelo "Nome do fotógrafo/Folhapress", ao passo que, no caso de textos, deve ser incluído o(s) nome(s) do(s) autor(es), quando identificado(s), bem como o crédito "Copyright Grupo Folha".

4. A presente licença é concedida à LICENCIADA sem caráter de exclusividade. A licença objeto deste acordo não importa em qualquer cessão de direitos autorais.

5. Para a celebração deste acordo, a LICENCIADA deverá responder este e-mail manifestando sua concordância integral aos termos deste Acordo.

LINKS – TEXTOS JORNALISTICOS FOLHA DE SÃO PAULO (2003-2010)

Jornal Folha de São Paulo. **T1 – Programas sociais não bastam para superar a pobreza**.
http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/buscade_talhada/?all_words=pobreza&commit.x=36&commit.y=14&commit=Enviar&date[day]=&date[month]=&date[year]=&final_date=31%2F12%2F2010&fsp=on&group_id=0&initial_date=01%2F01%2F2003&page=106&phrase=&theme_id=0&utf8=%E2%9C%93&without_words=&words=.

Jornal Folha de São Paulo. **T2 – Economista propõe índice de pobreza.**
http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/buscade_talhada/?all_words=pobreza&commit.x=36&commit.y=14&commit=Enviar&date[day]=&date[month]=&date[year]=&final_date=31%2F12%2F2010&fsp=on&group_id=0&initial_date=01%2F01%2F2003&page=96&phrase=&theme_id=0&utf8=%E2%9C%93&without_words=&words=

Jornal Folha de São Paulo. **T3- Governo tem programas 'pobres'**.
http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/buscade_talhada/?all_words=pobreza&commit.x=50&commit.y=22&commit=Enviar&date[day]=&date[month]=&date[year]=&final_date=31%2F12%2F2010&fsp=on&group_id=0&initial_date=01%2F01%2F2003&page=88&phrase=&theme_id=0&utf8=%E2%9C%93&without_words=&words=

Jornal Folha de São Paulo. **T4- Os filhos dos pobres.**
http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/buscade_talhada/?utf8=%E2%9C%93&fsp=on&all_words=pobreza&phrase=&words=&without_words=&initial_date=21%2F01%2F2004&final_date=22%2F01%2F2004&date%5Bday%5D=&date%5Bmonth%5D=&date%5Byear%5D=&group_id=0&theme_id=0&commit.x=49&commit.y=25&commit=Enviar

Jornal Folha de São Paulo. **T5- A gula do Estado e a pobreza do povo.**
http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/buscade_talhada/?all_words=pobreza&commit.x=50&commit.y=22&commit=Enviar&date[day]=&date[month]=&date[year]=&final_date=31%2F12%2F2010&fsp=on&group_id=0&initial_date=01%2F01%2F2003&page=81&phrase=&theme_id=0&utf8=%E2%9C%93&without_words=&words=

Jornal Folha de São Paulo. **T6 – Pobreza, multiculturalismo e justiça social.**
http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/buscade_talhada/?all_words=pobreza&commit.x=50&commit.y=22&commit=Enviar&date[day]=&date[month]=&date[year]=&final_date=31%2F12%2F2010&fsp=on&group_id=0&initial_date=01%2F01%2F2003&page=80&phrase=&theme_id=0&utf8=%E2%9C%93&without_words=&words=

Jornal Folha de São Paulo. **T7 – ONU identifica 13 bolsões de pobreza de extrema pobreza no Brasil.**
http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/buscade_talhada/?all_words=pobreza&commit.x=32&commit.y=20&commit=Enviar&date[day]=&date[month]=&date[year]=&final_date=31%2F12%2F2010&fsp=on&group_id=0&initial_date=01%2F01%2F2003&page=72&phrase=&theme_id=0&utf8=%E2%9C%93&without_words=&words=

Jornal Folha de São Paulo. **T8 – Os imbróglios da luta contra pobreza.**
http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/buscade_talhada/?all_words=pobreza&commit.x=32&commit.y=20&commit=Enviar&date[day]=&date[month]=&date[year]=&final_date=31%2F12%2F2010&fsp=on&group_id=0&initial_date=01%2F01%2F2003&page=69&phrase=&theme_id=0&utf8=%E2%9C%93&without_words=&words=

Jornal Folha de São Paulo. **T9- Metas sociais: erradicar a extrema pobreza e a fome.** http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/buscade_talhada/?all_words=pobreza&commit.x=32&commit.y=20&commit=Enviar&date[day]=&date[month]=&date[year]=&final_date=31%2F12%2F2010&fsp=on&group_id=0&initial_date=01%2F01%2F2003&page=68&phrase=&theme_id=0&utf8=%E2%9C%93&without_words=&words=

Jornal Folha de São Paulo. **T10 – 'Radar social' do IPEA diz que Brasil tem 53,9 mi de pobres.** http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/buscade_talhada/?all_words=pobreza&commit.x=32&commit.y=20&commit=Enviar&date[day]=&date[month]=&date[year]=&final_date=31%2F12%2F2010&fsp=on&group_id=0&initial_date=01%2F01%2F2003&page=66&phrase=&theme_id=0&utf8=%E2%9C%93&without_words=&words=

Jornal Folha de São Paulo. **T11 – Brasil miserável é o 6° mais pobre do mundo.** http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/buscade_talhada/?all_words=pobreza&commit.x=32&commit.y=20&commit=Enviar&date[day]=&date[month]=&date[year]=&final_date=31%2F12%2F2010&fsp=on&group_id=0&initial_date=01%2F01%2F2003&page=63&phrase=&theme_id=0&utf8=%E2%9C%93&without_words=&words=

Jornal Folha de São Paulo. **T12 – Bolsa Família e a pobreza.** http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/buscade_talhada/?all_words=pobreza&commit.x=32&commit.y=20&commit=Enviar&date[day]=&date[month]=&date[year]=&final_date=31%2F12%2F2010&fsp=on&group_id=0&initial_date=01%2F01%2F2003&page=58&phrase=&theme_id=0&utf8=%E2%9C%93&without_words=&words=

Jornal Folha de São Paulo. **T13 – Lula troca slogan de 'Paz e Amor' por Pai dos Pobres**. http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/buscade_talhada/?all_words=pobreza&commit.x=32&commit.y=20&commit=Enviar&date[day]=&date[month]=&date[year]=&final_date=31%2F12%2F2010&fsp=on&group_id=0&initial_date=01%2F01%2F2003&page=57&phrase=&theme_id=0&utf8=%E2%9C%93&without_words=&words=

Jornal Folha de São Paulo. **T14 – Uma vacina infalível contra a pobreza.** http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/buscade_talhada/?all_words=pobreza&commit.x=32&commit.y=20&commit=Enviar&date[day]=&date[month]=&date[year]=&final_date=31%2F12%2F2010&fsp=on&group_id=0&initial_date=01%2F01%2F2003&page=56&phrase=&theme_id=0&utf8=%E2%9C%93&without_words=&words=

Jornal Folha de São Paulo. **T15 – A vergonha de ser pobre.** http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/buscade_talhada/?all_words=pobreza&commit.x=32&commit.y=20&commit=Enviar&date[day]=&date[month]=&date[year]=&final_date=31%2F12%2F2010&fsp=on&group_id=0&initial_date=01%2F01%2F2003&page=55&phrase=&theme_id=0&utf8=%E2%9C%93&without_words=&words=

Jornal Folha de São Paulo. **T16 – O que não se sabe dos ricos e pobres**. http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/buscade_talhada/?all_words=pobreza&commit.x=32&commit.y=20&commit=Enviar&date[day]=&date[month]=&date[year]=&final_date=31%2F12%2F2010&fsp=on&group_id=0&initial_date=01%2F01%2F2003&page=48&phrase=&theme_id=0&utf8=%E2%9C%93&without_words=&words=

Jornal Folha de São Paulo. **T17 – Público de cinema rejeita pobreza.** http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/buscade_talhada/?all_words=pobreza&commit.x=32&commit.y=20&commit=Enviar&date[day]=&date[month]=&date[year]=&final_date=31%2F12%2F2010&fsp=on&group_id=0&initial_date=01%2F01%2F2003&page=39&phrase=&theme_id=0&utf8=%E2%9C%93&without_words=&words=

Jornal Folha de São Paulo. **T18 – A pobreza e a pouca vergonha.**

http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/buscade_talhada/?all_words=pobreza&commit.x=42&commit.y=17&commit=Enviar&date[day]=&date[month]=&date[year]=&final_date=31%2F12%2F2010&fsp=on&group_id=0&initial_date=01%2F01%2F2003&page=33&phrase=&theme_id=0&utf8=%E2%9C%93&without_words=&words=

Jornal Folha de São Paulo. **T.19 – O que é um miserável? Pnad abre rodada de medição de pobreza**.
http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/buscade_talhada/?all_words=pobreza&commit.x=42&commit.y=17&commit=Enviar&date[day]=&date[month]=&date[year]=&final_date=31%2F12%2F2010&fsp=on&group_id=0&initial_date=01%2F01%2F2003&page=33&phrase=&theme_id=0&utf8=%E2%9C%93&without_words=&words=

Jornal Folha de São Paulo. **T.20 – O dia dos direitos humanos e a pobreza.**
http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/buscade_talhada/?all_words=pobreza&commit.x=42&commit.y=17&commit=Enviar&date[day]=&date[month]=&date[year]=&final_date=31%2F12%2F2010&fsp=on&group_id=0&initial_date=01%2F01%2F2003&page=30&phrase=&theme_id=0&utf8=%E2%9C%93&without_words=&words=

Jornal Folha de São Paulo. **T.21 – Planejamento familiar para os pobres.**
http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/buscade_talhada/?all_words=pobreza&commit.x=42&commit.y=17&commit=Enviar&date[day]=&date[month]=&date[year]=&final_date=31%2F12%2F2010&fsp=on&group_id=0&initial_date=01%2F01%2F2003&page=29&phrase=&theme_id=0&utf8=%E2%9C%93&without_words=&words

Jornal Folha de São Paulo. **T.22 – Quanto mais tempo na pobreza, mais difícil é deixá-la.**
http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/buscade_talhada/?all_words=pobreza&commit.x=42&commit.y=17&commit=Enviar&date[day]=&date[month]=&date[year]=&final_date=31%2F12%2F2010&fsp=on&group_id=0&initial_date=01%2F01%2F2003&page=23&phrase=&theme_id=0&utf8=%E2%9C%93&without_words=&words=

Jornal Folha de São Paulo. **T.23 – Punição da pobreza.**
http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/buscade_talhada/?all_words=pobreza&commit.x=42&commit.y=17&commit=Enviar&date[day]=&date[month]=&date[year]=&final_date=31%2F12%2F2010&fsp=on&group_id=0&initial_date=01%2F01%2F2003&page=12&phrase=&theme_id=0&utf8=%E2%9C%93&without_words=&words=

Jornal Folha de São Paulo. **T.24. Lula atraiu pobres de metrópole, diz analista.**

http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/buscade_talhada/?all_words=pobreza&commit.x=30&commit.y=16&commit=Enviar&date[day]=&date[month]=&date[year]=&final_date=31%2F12%2F2010&fsp=on&group_id=0&initial_date=01%2F01%2F2003&page=7&phrase=&theme_id=0&utf8=%E2%9C%93&without_words=&words=

Jornal Folha de São Paulo. **T.25. Um país pobre.**
http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/buscade_talhada/?all_words=pobreza&commit.x=30&commit.y=16&commit=Enviar&date[day]=&date[month]=&date[year]=&final_date=31%2F12%2F2010&fsp=on&group_id=0&initial_date=01%2F01%2F2003&page=3&phrase=&theme_id=0&utf8=%E2%9C%93&without_words=&words=